



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

# MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO  
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL  
ANO 34 - Nº 674 - DE 2 A 16 DE OUTUBRO DE 2022 - R\$ 5,00

## Sete Meses de Guerra na Ucrânia

◉ **prolongamento da guerra serve sobretudo aos Estados Unidos**

**A INCORPORAÇÃO DE DONBASS À RÚSSIA NÃO UNIRÁ O POVO UCRÂNIANO E RUSSO PELO FIM DO CERCO ECONÔMICO E MILITAR DO IMPERIALISMO**

**Somente a classe operária europeia e mundial unida poderá derrotar a ofensiva norte-americana e dos aliados europeus**

**LULA E BOLSONARO VÃO PARA  
◉ SEGUNDO TURNO DAS ELEIÇÕES**

**A polarização eleitoral resultou em enorme divisão entre os explorados**

**O Partido Operário Revolucionário mantém sua luta pela independência política e organizativa do proletariado e dos demais trabalhadores. Essa luta se materializa na defesa do programa de reivindicações próprio dos explorados e no voto nulo.**

**105 anos  
da Revolução Russa (1917-2022)**

**O POR inicia sua campanha em defesa da Revolução Russa**



# Sete meses de guerra na Ucrânia

*Novos passos de agravamento da crise na Europa e no mundo*

*A necessidade de a classe operária se levantar com seu programa próprio é urgente!*

Desde o início da intervenção militar da Rússia na Ucrânia, em 24 de fevereiro de 2022, esteve claro que não seria um conflito fácil e rápido de se resolver. Isso porque envolvia os Estados Unidos, a União Europeia e a OTAN. Altos interesses do imperialismo se vinham manifestando nas condições de aprofundamento da crise mundial, que se agravou a partir de 2008-2009.

Os fatores e tendências de guerra, que despedaçaram o Oriente Médio e países da Ásia, como o Afeganistão, se deslocaram para a região sob o controle da Federação Russa, que resultou da desintegração da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), e para o Indo-Pacífico, onde o principal problema dos Estados Unidos se encontra na projeção econômica da China, e na disputa pela ascendência sobre Taiwan.

É nessas condições que a Ucrânia se tornou o pivô da nova etapa da crise mundial. Em 2004, foi arrastada pelas pressões do imperialismo, de um lado, e pela necessidade de a Rússia mantê-la sob a sua guarda, de outro. O fato de a oligarquia restauracionista ucraniana ter derrubado o governo pró-russo, e instaurado um governo pró-União Europeia, estabeleceu uma divisão interna no país, e potencializou o confronto que vinha desenvolvendo-se entre o imperialismo desde há muito, mas que ganhou novas dimensões após a desintegração da URSS. Um dos primeiros sintomas desse processo que culminou da crise foi a emergência de um movimento separatista na região de Donbass, e a anexação da Crimeia e Sevastopol pela Rússia, em março de 2014. Seis meses depois, foi assinado o Acordo de Minsk, cujos termos pretendiam pôr fim à guerra civil, instalada na região leste e sul da Ucrânia.

Estava claro que no território ucraniano se desenvolviam os antagonismos entre as potências ocidentais e a Rússia. Os dois acordos de Minsk, de 2014 e 2015, fracassaram desde o início. O fator fundamental estava em que os Estados Unidos e a União Europeia se encontravam decididos a incorporar a Ucrânia o quanto antes, deslocando-a da órbita da Rússia. O que possibilitava torná-la membro da OTAN. Assim, se estabelecia uma proteção militar diante da Rússia. Mais do que montar um anteparo bélico, o imperialismo daria um passo significativo em seu velho objetivo, estabelecido desde a “Guerra Fria”, contra a URSS, de fortalecer o cerco à Rússia. O fracasso dos acordos de Minsk, e a persistência de Zelensky de seguir as ordens dos Estados Unidos em reagir aos objetivos da Rússia, de manter ascendência sobre a Ucrânia, a partir da Crimeia e de Donbass, resultaram no dramático 24 de fevereiro.

A guerra se mostrou mais renhida do que poderia supor o governo de Putin. Os Estados Unidos colocaram todo o empenho em alimentar a capacidade financeira e militar do governo ucraniano em resistir às forças russas, bem como isolar, o quanto possível, econômico, militar e diplomaticamente, a Rússia. Depois do rápido recuo das tropas russas das imediações de Kiev, a guerra se concentrou no objetivo de ocupar a região de Donbass, estratégica para a Rússia, tanto quanto para a Ucrânia, não somente devido ao seu desenvolvimento industrial, mas também devido à saída ao Mar Negro. Se o objetivo inicial de Putin de vencer rapidamente a guerra, e impor as condições de uma paz

que evitasse a Ucrânia de se entregar completamente à União Europeia, não teve como ser atingido, a solução passou a ser o controle de Donbass e a sua incorporação à Rússia. Esse é o acontecimento mais significativo nestes sete meses de guerra.

O imperialismo forneceu armas de maior poder de destruição a Zelensky. Os últimos feitos militares ao sul, em Donetsk, favoráveis à resistência ucraniana, impulsionaram a decisão da Rússia, de fortalecer suas tropas, convocando trezentos mil reservistas e, sobretudo, antecipando o referendo que dá cobertura legal à separação das “Repúblicas Populares de Donetsk e Lugansk, bem como das regiões de Zaporozhya e Kerson. Imediatamente à apuração, Putin fez um pronunciamento de integração à Federação Russa de “quatro novas regiões”. Era de se esperar a condenação dos Estados Unidos, da União Europeia e do Secretário Geral da ONU, qualificando o referendo de fraude e o decreto da integração, de anexação. Evidentemente, nas condições em que se desenvolvem a guerra e a ocupação russa de Donbass, o imperialismo, que se caracteriza como tal por ser anexador, como demonstra a partilha do mundo nas duas guerras mundiais, se vê em vantagem, perante a classe operária e os camponeses ucranianos, para acusar a Rússia de violar o direito de autodeterminação, que as próprias potências violaram e violam, sempre que seus interesses exigem.

Na realidade, a Ucrânia, país que se desgarrou das imposições da burocracia estalinista, com o desmoronamento da URSS, acabou por ser arrastada para o domínio da União Europeia e dos Estados Unidos. Transformada em bucha de canhão do imperialismo, em sua disputa com a Rússia pelo controle da região, onde imperava a ex-URSS, está diante da iminência de perder parte de seu território, como já ocorreu com a anexação da Crimeia e Sevastopol. Essa via, arquitetada pelo governo Putin, não vai solucionar a crise, e fortalecer a Rússia em detrimento dos interesses do imperialismo. Tudo indica que a agravará ainda mais. As anexações de parte do território alheio criarão um precipício ainda maior entre Rússia e a Ucrânia, o que acabará por favorecer os objetivos estratégicos do imperialismo.

O Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI), desde o início da guerra, levantou a bandeira de autodeterminação e integridade territorial da Ucrânia, seguindo os fundamentos marxista-leninista-trotskistas. Isso como parte de um conjunto de bandeiras, que começa pela defesa do desmantelamento da OTAN e das bases militares dos Estados Unidos. O problema fundamental está em unir a classe operária da Ucrânia e Rússia contra a guerra de dominação. Esse é o ponto de partida de classe para a defesa da autodeterminação e integridade territorial da Ucrânia, portanto, contra a dominação imperialista e a anexação de parte de seu território pela Rússia. É nessas condições que vem à tona a bandeira levantada por Trotsky e pela Oposição de Esquerda Internacional, em 1939, no limiar da Segunda Guerra, “por uma Ucrânia Soviética de operários e camponeses, unida, livre e independente.” Bandeira que confirma seu valor e sua atualidade histórica, que corresponde ao programa da revolução e do internacionalismo proletário. Trata-se de lutar, portanto, firmemente, sob a orientação estabelecida e desenvolvida pelo CERQUI.

# Balanço parcial das eleições

## Segundo turno dificulta a vitória de Lula

A dianteira folgada de Lula no primeiro turno, em relação a Bolsonaro, como previam os principais institutos de pesquisa, não se confirmou. A diferença, entre 48,41% e 43,21%, evidenciou uma força eleitoral de Bolsonaro muito acima das expectativas, apuradas pelo “Agregador de Pesquisa do Estadão”, que indicava 51% das intenções de voto em Lula e 36% em seu adversário. O erro foi enorme.

A distância de seis milhões de votos que separa Lula e Bolsonaro no segundo turno obscureceu a esperada vitória folgada do petista. Já não se tem clareza bem definida da capacidade das cartas de Bolsonaro para vencer e ultrapassar a diferença, que daria vitória a Lula.

No Nordeste e Norte, tudo indica, os votos em Lula continuarão firmes. As vantagens para Bolsonaro se encontram no Sudeste e Sul. A vitória em primeiro turno dos governadores de Minas Gerais e Rio de Janeiro, dois adeptos de Bolsonaro, por larga margem de votos, pesará na balança no sentido contrário a Lula. É possível que a chegada do candidato bolsonarista ao governo de São Paulo à frente do candidato do PT, que disputarão o segundo turno, servirá de contrapeso aos esforços de Lula em evitar o crescimento de Bolsonaro. O Sul mostrou a profunda penetração da ultradireita bolsonarista. Nada indica que o candidato do PT possa ganhar terreno. Não é preciso detalhar o caso do Centro-Oeste, cuja força do bolsonarismo ficou tão evidente quanto no Sul.

A polarização que marcou o primeiro turno, desde o seu início, vai ser ainda mais acirrada. Certamente, a distância de seis milhões de votos não é desprezível. E Lula, em compensação às vantagens de Bolsonaro, acima assinaladas, contará com o apoio MDB, PSDB, PDT e Cidadania. Juntas, as candidaturas da coligação do MDB, PSDB e Cidadania e do PDT somam cerca de oito milhões de votos, que, evidentemente, serão disputados palmo a palmo. A declaração de apoio de Simone Tebet a Lula será de grande importância. Ciro Gomes reluta, mas o PDT obrigatoriamente está pela ampliação da coligação do PT, PSB, PSOL e PCdoB no segundo turno.

Caso, de fato, Lula consiga congregiar os adversários da “terceira via”, a ofensiva

dos bolsonaristas se verá diante de uma barreira eleitoral mais consistente. Trata-se de uma possibilidade viável, uma vez que há um setor da burguesia que, na atual situação de crise, prefere Lula a Bolsonaro. A fração burguesa e a pequeno-burguesa, que amparam a candidatura de Bolsonaro, é mais determinada e ofensiva, em seu empenho de impedir a volta de Lula e o PT ao poder do Estado. Essa determinação ficou bem clara no primeiro turno. Mas, Lula conseguiu importantes apoios nos bastidores de influentes grupos econômicos, como demonstra a aproximação do ex-ministro Meirelles. Na polarização entre a ultradireita e a centro-esquerda, se encontram as divisões interburguesas, que, no segundo turno, terão de jogar as últimas cartas do baralho.

Esses aspectos do balanço parcial, que poderão ser ampliados, modificados e mais bem compreendidos com o resultado do segundo turno, são expressões da política burguesa, condicionadas pelo momento eleitoral, que quase sempre expõe a fratura no seio da burguesia e o estado de ânimo social da pequena-burguesia (classe média). As mudanças das forças políticas no interior da máquina estatal envolvem enormes interesses econômico-financeiros. Eis por que se refletem nas eleições como disputa pela conquista de guerra de posições no comando do País.

A democracia burguesa e as respectivas eleições são meios e caixas de ressonâncias de interesses alheios às necessidades da classe operária, dos camponeses e das camadas mais oprimidas da classe média urbana. Um de seus “segredos” mais bem protegidos se encontra no ocultamento do caráter burguês da democracia, das eleições, das relações partidárias, das alianças políticas, e do próprio governo que sucederá o anterior, caso esse seja derrotado eleitoralmente.

Não é por outra razão que os balanços jornalísticos da disputa eleitoral se limitam às descrições numéricas e aos aspectos “críticos” das atitudes, posições e omissões dos candidatos, afastando qualquer possibilidade de identificação de classe. Esforçam-se por explicar que, apesar de tudo que é falado e feito como malefícios – basta ver as denúncias mútuas de cor-

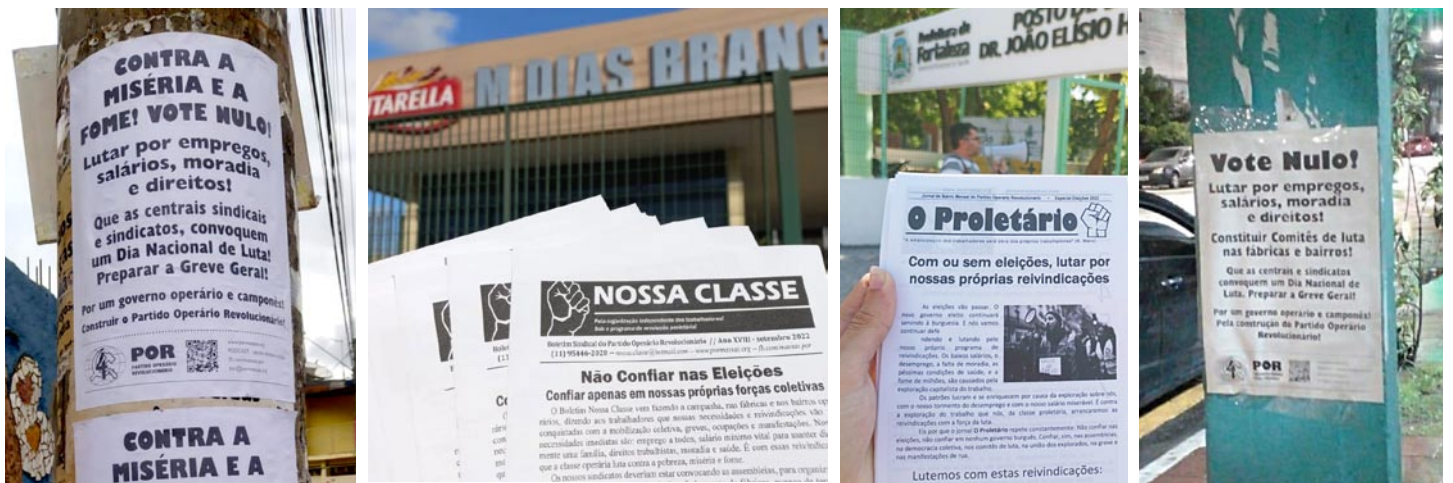
rupção – imperou a “soberania do povo”, ou seja, do eleitor, como se de fato, em sua somatória, se erguesse como uma força social consciente e destinada a resolver os grandes problemas do país, elegendo os governantes. Força “popular” que teria a função de dirimir as divergências entre os partidos e os governantes, escolhendo uma das vias apresentadas nas eleições.

---

***A democracia burguesa e as respectivas eleições são meios e caixas de ressonâncias de interesses alheios às necessidades da classe operária, dos camponeses e das camadas mais oprimidas da classe média urbana.***

---

A população, na realidade, é dividida em classes. E justamente a sua imensa maioria é constituída pelos explorados e oprimidos, que, por sua vez, se distinguem em classes, como a proletária, a camponesa e a pequeno-burguesa. Quem decide o resultado das eleições não são as massas, mas a minoria burguesa, que maneja o poder econômico e político. Basta ver o quanto o Fundo Eleitoral e o Fundo Partidário, que somados correspondem a mais de R\$ 5 bilhões, saqueados dos cofres públicos, condicionam a capacidade de propaganda e arregimentação dos explorados para elegerem os representantes diretos e indiretos dos exploradores. Bolsonaro agiu contra as necessidades da maioria oprimida, durante a Pandemia. Concedeu, no entanto, um “Auxílio Brasil” de R\$ 600,00, que, nas condições de contenção momentânea da elevação do preço dos combustíveis, redução da elevação inflacionária e reanimação econômica, serviu para se contrapor, apoiando-se em parcelas da população miserável, à memória do assistencialismo de Lula, com seu reles Bolsa-Família. As igrejas, mais abertamente, as evangélicas, assumiram a campanha de Bolsonaro, como se a volta de Lula significasse a subversão comunista, a quebra de “valores” cristãos, da família e da pátria. Tanta mentira e tanta impostura foram descarrega-



**A tarefa de construir o partido marxista-leninista-trotskista se sobressai nas condições em que a classe operária e os demais explorados se dividem e são arrastados pela disputa interburguesa.**

das nos bairros pobres e miseráveis para impulsionar a campanha de Bolsonaro.

Do lado do PT, também não faltaram os aparatos de arregimentação dos explorados. Pela primeira vez, se conseguiu uma quase unanimidade das centrais sindicais em torno à candidatura de Lula, apresentada como a via de solução para o desemprego, subemprego, baixos salários, destruição de direitos, pobreza, miséria e fome. As centrais se uniram a um movimento pela “democracia”, puxado por organizações empresariais e por aparatos burocráticos. Quanto dinheiro se gastou na campanha de arregimentação eleitoral, em nome da democracia e das soluções mágicas a tudo que provoca agonia entre os desempregados, subempregados, trabalhadores informais, subnutridos e famintos!

A polarização eleitoral resultou em enorme divisão entre os explorados, quando deveriam estar unidos, em torno aos seus sindicatos e movimentos, em defesa de um programa próprio de reivindicações e da estratégia de poder, voltada à luta pelo fim do capitalismo e pela construção da sociedade socialista. A polarização entre Lula e Bolsonaro não nasceu no interior das massas. Foi gestada no interior do poder do Estado e da classe capitalista, nas condições de avanço da crise econômica e de escalada da miséria e fome. É bom lembrar que a polarização política foi se gestando e ganhando proporção cada vez maior nos dois anos de Pandemia. Esteve no centro dos conflitos partidários e governamentais, a política burguesa do isolamento social e a guerra comercial das vacinas, impulsionadas desde fora pelo imperialismo, com os Estados Unidos à

frente. Chegou-se a constituir uma CPI da Covid, com o objetivo de viabilizar o impeachment de Bolsonaro. Os conflitos federativos se agravaram. Os choques institucionais chegaram ao ponto de se discutirem as ameaças de golpe de Estado, amparado pelos generais bolsonaristas.

Em meio à crise política, marcada pelas profundas disputas interburguesas, desencadeou-se o processo de fechamento de fábricas, vieram as demissões em massa, impuseram-se os acordos de redução salarial e ampliou-se o número de miseráveis. O rompimento da política burguesa do isolamento social e a volta das manifestações coletivas se deram sob a bandeira de “Fora Bolsonaro e Impeachment”. Bolsonaro e seus aliados armaram a contraofensiva com a ameaça de golpe. As forças burguesas apaziguaram os ânimos. As manifestações foram sendo desmontadas. Os sindicatos e centrais colaboraram descaradamente com o fechamento de fábricas. Nenhuma medida foi tomada em defesa dos empregos. O descontentamento dos explorados foi sendo canalizado para as eleições. Esse processo de colaboração de classes garantiu a continuidade do governo de Bolsonaro, por um lado, e serviu ao PT e à burocracia sindical, de outro, para armar o campo da polarização eleitoral, por onde as massas foram canalizadas e divididas.

O Partido Operário Revolucionário (POR) trabalhou diuturnamente, durante a Pandemia, para que os sindicatos organizassem a resistência das massas diante do governo obscurantista de Bolsonaro e dos ataques do empresariado às condições de trabalho. Diante das eleições, desenvolveu

a linha anterior à polarização eleitoral entre Lula e Bolsonaro. Concentrou a propaganda e agitação em torno a um programa próprio da classe operária, à independência política dos sindicatos, à convocação das assembleias, à formação dos comitês de empregados e desempregados, à resposta às demissões e à defesa da convocação de um Dia Nacional de Lutas, com paralisações e bloqueios, como ponto de partida para a realização de uma greve geral. Sob essa linha, convocou os explorados e a juventude oprimida a não confiarem nas eleições burguesas, a não se deixarem arrastar pela polarização eleitoral, e a confiarem em suas próprias forças coletivas. Diante do segundo turno, o POR mantém a defesa do voto nulo, como expressão da independência de classe e defesa do programa de reivindicações, que permanecerá sob o governo Lula ou Bolsonaro. Evidentemente, o fato de cair o número de votos nulos e brancos evidencia que a polarização ganhou tal proporção, que potenciou as ilusões democráticas entre os explorados, ao ponto de arrastar as camadas mais revoltadas com os governantes burgueses a não anularem seu voto.

A tarefa de construir o partido marxista-leninista-trotskista se sobressai nas condições em que a classe operária e os demais explorados se dividem e são arrastados pela disputa interburguesa. Justamente pela ausência de um poderoso partido do proletariado, não tem sido possível ao POR participar nas eleições com candidaturas próprias, e utilizar as eleições como meio auxiliar ao método da ação direta e da luta de classes.

Como dissemos, esse balanço é parcial. Em seguida ao segundo turno, o conjunto da relação de forças, que se estabelece nestas eleições polarizadas, ficará mais disponível e clara.

Carta aos trabalhadores, à juventude e à vanguarda com consciência de classe

## O que esperar das eleições?

*Ou a classe operária conquista a sua independência política e organizativa, ou continuará incapacitada de combater o capitalismo, a pobreza, a miséria e a fome!*

27 de setembro de 2022

Está praticamente concluída a campanha eleitoral do primeiro turno. A polarização entre Lula e Bolsonaro se mantém. Os últimos dados de pesquisa confirmam a derrota do presidente, e vitória do ex-presidente da República. Ambos os candidatos são conhecidos. Já demonstraram o que puderam ou não fazer diante dos grandes problemas, que atingem a economia e que afligem os explorados. A maioria oprimida guarda na memória a experiência vivida com os dois governantes, que serviram, antes de tudo, à burguesia. Os oprimidos não tiveram como identificar o conteúdo de classe de ambos os candidatos. Mas, por motivos de necessidades imediatas, vividas sob tais governantes distintos, a maior rejeição recai sobre o presidente Bolsonaro, que concorre à reeleição.

Segundo pesquisas, 51% dos brasileiros rechaçam Bolsonaro, enquanto 35% se declaram contrários à volta de Lula. Assim, as intenções de voto pela continuidade do bolsonarismo são de 31%, e, pela volta do lulismo, 48%. A alta rejeição a Bolsonaro poderá dar a vitória a Lula no primeiro turno. Essa previsão não é líquida e certa. De qualquer forma, Bolsonaro irá para o segundo turno como perdedor. Somente uma grande reviravolta imprevista desfará essa tendência, assinalada quase às vésperas das eleições.

A eleição de Lula, seja em primeiro ou segundo turno, é garantida pelas camadas mais exploradas, oprimidas e empobrecidas da população. Entre os brasileiros que ganham até dois salários mínimos, a intenção de voto é de 53% em Lula, e 29% em Bolsonaro. Uma grande parcela dessa população sofrida, pela brutal exploração capitalista e pelas condições de atraso econômico, se encontra no Nordeste. Tudo indica que as famílias camponesas e os pobres da cidade estão mais com Lula do que com Bolsonaro. Mas, não é desprezível o que se passa no Sudeste. Tudo indica que a maioria da classe operária condena a política de Bolsonaro aplicada durante a Pandemia. Objetivamente, repudia os acordos de redução salarial, a implantação da reforma trabalhista, o fechamento massivo de fábricas, o aumento do subemprego e o avanço da miséria e fome. Há que considerar ainda que a maioria dos que ganham até dois salários mínimos é formada de pretos discriminados em todos os aspectos da vida social. Bolsonaro se identificou com a fração burguesa e pequeno-burguesa racista mais reacionária. Não é por acaso também, que a maioria das mulheres viram no governo bolsonarista um retrocesso, diante das pequenas concessões obtidas durante o governo petista. Igualmente, se passou com as massas pretas, sobretudo com a sua juventude.

Em resumo, as pesquisas mostram que a maioria explorada dará a vitória a Lula, destacando-se as mulheres e os negros, podendo acrescentar as massas jovens, que enfrentam o desemprego, o subemprego, a informalidade e miséria. Bolsonaro conta sobretudo com a classe média urbana e rural, que não deixa de representar um contingente social importante. Evidentemente, o bolsonarismo terá votos entre os pobres e miseráveis, inclusive em

uma parcela minoritária ou ultraminoritária da classe operária.

O papel das igrejas evangélicas, nesse sentido, tem um peso considerável. Mas, também se manifestaram divisões nas fileiras dos evangélicos, pelo visto, devido ao descontentamento de jovens arregimentados pelas diversas nomenclaturas das igrejas evangélicas. Por outro lado, Lula conta com o apoio de boa parte da igreja católica. A religião conserva uma poderosa influência sobre as massas exploradas. Influência que emerge fortemente nas crises sociais, nos momentos da luta de classes mais acirrada, e nas eleições. Os aparatos das igrejas dependem em grande medida das benesses financeiras do Estado e da política governamental. Eis por que se lançam a eleger representantes que lhes serão fiéis e úteis. Sem um poderoso partido revolucionário, o proletariado e os demais oprimidos não têm como se emancipar da rígida influência da religião e dos ricos aparatos das igrejas.

É necessário acrescentar ainda a união da grande maioria das centrais sindicais, principalmente da CUT e Força Sindical, em busca da eleição de Lula. Velhas rixas burocráticas foram, momentaneamente, postas de lado.

De conjunto, esses fatores vieram à tona nas eleições, refletiram a polarização eleitoral, e evidenciaram a tendência de vitória de Lula. Bolsonaro ameaçou o tempo todo não reconhecer a derrota, aventando a possibilidade de fraude nas urnas eletrônicas. Os militares escoraram os ataques bolsonaristas ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Acabaram impondo uma apuração e controle paralelos. O Tribunal de Contas da União (TCU) foi empurrado pelo governo a auditar as eleições. Empresários e pastores evangélicos se reuniram para financiar a campanha, já regada de milhões pelo Fundo Eleitoral e Fundo Partidário. A máquina do Estado, contando com as Forças Armadas e as polícias, foi acionada, em apoio aos comícios eleitorais massivos, principalmente em 7 de Setembro. O governo e os bolsonaristas do Congresso Nacional bancaram o “Auxílio Brasil”, de R\$ 600,00, a mais de vinte milhões de famílias miseráveis, valor esse muito acima do “Bolsa Família”, dos governos petistas. Nessa mesma linha, vieram o Bolsa Caminhoneiro e outros subsídios eleitoreiros. A economia teve um pequeno reanimamento, o desemprego diminuiu, e a inflação foi contida, sem, contudo, alterar sensivelmente o quadro de subemprego, de informalidade, de rebaixamento salarial e de alta do custo de vida.

O que Bolsonaro podia fazer para se mostrar protetor dos pobres e de setores da classe média foi realizado. Não reverteu, no entanto, a rejeição da maioria dos brasileiros, que mal consegue sobreviver, com menos de um a dois salários mínimos, com o desemprego e subemprego. Essas ações mostram o quanto a democracia e o sistema eleitoral montados pela burguesia brasileira condizem com o domínio oligárquico do País, portanto, com o domínio da minoria de capitalistas. É dessas condições de domi-

nação que se tem um Congresso Nacional afeito a praticar o “orçamento secreto”, forjado no governo de Bolsonaro, que garante enormes privilégios aos parlamentares na máquina do Estado e nas ramificações políticas, em todos os estados da federação. Não são apenas os caixas paralelos organizados por empresários e igrejas que revelam os condicionamentos materiais, ideológicos e políticos sobre as eleições. O Fundo Partidário e o Fundo Eleitoral, somados e conhecidos como “Fundão”, despenderam R\$ 4,9 bilhões dos cofres públicos, para se promoverem as campanhas eleitorais da oligarquia política que comanda o Brasil, a serviço dos industriais, banqueiros, latifundiários e comerciantes.

A pergunta que se faz é como pôde o PT, que nasceu vinculado aos sindicatos e movimentos, ultrapassar a barreira da oligarquia política? Não é simples responder a essa questão. Mas, em geral, a causa se encontra na decomposição da burguesia nacional, que recorreu ao golpe militar de 1964, para esmagar a luta dos explorados, e que sujeitou o País a vinte e um anos de regime ditatorial, concluindo em uma grande crise econômica e política. Os velhos partidos burgueses, que sustentaram a ditadura dos generais, não conseguiram ganhar e manter a confiança da maioria oprimida. Nestas eleições, não conseguiram lançar uma candidatura da denominada “terceira via”, cujo representante é Simone Tebet, do MDB. A recomposição das instituições democrático-burguesas após a ditadura potenciou um partido de conciliação de classes, capaz de canalizar a revolta do proletariado, dos camponeses pobres e da classe média urbana arruinada para a política de subserviência da maioria oprimida aos seus exploradores. Essa é a função histórica do PT e de seu dirigente máximo, Lula. Uma vez capacitado a vencer as eleições e a governar o País, o PT se integrou completamente nas instituições do Estado burguês e na política oligárquica dominante.

O golpe de Estado institucional de 2016, que derrubou o governo petista de Dilma Rousseff, deu lugar à ditadura civil de Temer, rechaçada pela maioria da população, e, em seguida, à eleição de Bolsonaro, expressão da ultradireita burguesa e pequeno-burguesa, cujo fracasso permitiu a revitalização do PT e a projeção eleitoral de Lula. Durante todo esse processo, o PT e sua burocracia sindical não se dispuseram a enfrentar as contrarreformas de Temer e de Bolsonaro, respectivamente, a trabalhista e previdenciária, bem como as inúmeras medidas antioperárias, que favoreceram a redução do valor da força de trabalho, as demissões e o subemprego. Mas, estando na oposição, o PT se reconstituiu nas condições da crise econômica, social e política, marcada pelos dois anos de Pandemia. O que indica que as experiências das massas com o PT não se esgotaram. Um partido de conciliação capaz de conter a luta de classes é de inestimável valor para a burguesia, embora não seja de seu feito.

Devido à rejeição da maioria oprimida aos velhos partidos oligárquicos e aos novos partidos artificialmente constituídos ou empostados, e à incapacidade de Bolsonaro de continuar governando, Lula trouxe para a sua candidatura parte dos políticos dos velhos partidos, do MDB ao PSDB. A aproximação de Lula e Alckmin, ex-governador de São Paulo pelo PSDB, que entrou na chapa na condição de vice-presidente, constituiu um elo com importantes setores da burguesia. Desta vez, não foi preciso que Lula se comprometesse com uma “Carta ao Povo Brasileiro”, como a de 2002, por meio da qual se comprometia a respeitar a grande propriedade privada dos meios de produção, a estabilidade jurídica

dos negócios da burguesia e, em relação aos miseráveis, não ir além do assistencialismo social. Lula poderá ser eleito sobre a base de uma experiência já realizada como governante, que garantiu a dominação capitalista, mas que não evitou a crise política. O que resultou em processo judicial por corrupção movido pela Operação Lava Jato, que o condenou à prisão. Nada disso pesou na virada da maioria popular para a candidatura de Lula, e já não teve importância sequer para setores da própria oligarquia burguesa. Eis por que as acusações de corrupção não tiveram o peso desejado pelos seus adversários eleitorais.

O fato é que chegou o momento de trocar um governo burguês por outro, ou seja, um governo de ultradireita fracassado, por um afeito ao democratismo, à colaboração de classes e ao assistencialismo social. A burguesia, no caso da vitória de Lula, engolirá essa variante da política institucional, preparando-se, desde já, para manter os condicionamentos de seus interesses gerais no terceiro mandato de Lula. Essa é a maior dificuldade para os militares e os bolsonaristas aventurarem-se ao golpe de Estado.

Na ausência de um partido revolucionário enraizado na classe operária, prevalece a polarização político-eleitoral entre a centro-esquerda e a ultradireita. O que os explorados devem esperar? Suas ilusões no lulismo logo se chocarão com o novo governo burguês de plantão. O que quer dizer que suas esperanças nas promessas de solução da dramática situação de desemprego, subemprego, baixos salários, pobreza, miséria e fome não se realizarão. É bom levar em conta o fato de que os petistas, que levantaram a bandeira de revogação da reforma trabalhista, se tenham calado, sob a ordem da direção nacional do partido. Lula terá de governar nas condições de continuidade e agravamento da crise econômica nacional e mundial, distintas do período em que se elevou ao poder, em 2003.

O Partido Operário Revolucionário (POR) sempre combateu as ilusões democrático-eleitorais dos explorados, em todas as formas e manifestações da política burguesa e pequeno-burguesa. Trata-se de um imperativo do combate pela independência política do proletariado, e da defesa de suas organizações como instrumentos da luta de classes, como é o caso dos sindicatos. Na impossibilidade de candidaturas verdadeiramente revolucionárias, que encarnem o programa da revolução proletária e da luta por um governo operário e camponês, o POR se tem utilizado das eleições como meio e tribuna para propagandear e agitar o programa de reivindicações próprio da classe operária. Passarão as eleições e um novo governo tomará posse, mas permanecerão na ordem do dia as necessidades mais prementes dos pobres, miseráveis e famintos.

É com essa orientação política e com o programa de emancipação dos explorados que o POR defende, junto aos oprimidos, o voto nulo. Trabalhadores e juventude oprimida, não nos iludamos com as promessas eleitorais, confiemos em nossas próprias forças, que nascem e se fortalecem na luta contra a exploração e os exploradores! Lutemos para pôr em pé nossa própria democracia, que se constrói por meio das assembleias, das comissões de fábrica, dos comitês de bairros, das manifestações coletivas, das greves e da autodefesa contra a violência do Estado. Trabalhadores e juventude oprimida, fortaleçam a construção do Partido Operário Revolucionário. É com esse instrumento que a maioria oprimida reagirá com seu próprio programa ao capitalismo em decomposição, e combaterá pelo fim do capitalismo e construção da sociedade socialista.

# Ataque da direita à posição de Lula sobre o MST

## Resposta operária

Era inevitável que os meios de comunicação, comentaristas e setores da agroindústria cobrassem do candidato petista uma posição sobre o MST e os perigos das ocupações de terra. Bolsonaro se apresenta como o governo que pôs fim ao conflito entre os camponeses sem-terra e os latifundiários. E que deu solução legal aos assentamentos já existentes, e acabando com o reconhecimento de novas ocupações. Lula não teve como deixar de responder às “preocupações” da oligarquia agrária. Procurou interlocução com empresários e associações agroindustriais que se afastaram do bolsonarismo.

A entrega da vice-presidência ao ex-governador e ex-peessedebista Geraldo Alckmin teve a função de mostrar à burguesia que, se eleito, fará um governo de conciliação de classes, portanto, contraposto à luta de classes. Uma das funções de Alckmin é a de aproximar Lula do agronegócio paulista. Não havia, no entanto, como deixar de lado o apoio do MST, que, juntamente, com a maioria das centrais sindicais e movimentos urbanos, vem trabalhando com afinco pela eleição do candidato petista.

Na realidade, a burguesia em geral, e a fração agrária em particular, não têm o que temer, se considerarem a experiência dos dois mandatos de Lula. Foi justamente no governo do PT que o MST entrou em declínio, freou as ocupações, e procurou a via de convivência econômico-social dos assentamentos conquistados com o agronegócio. Lula pôde se valer desse patrimônio governamental, obtido pela via da política de conciliação de classes. Em resumo, esse patrimônio demonstraria concretamente a possibilidade de entrelaçamento entre o assentamento, a pequena, média e grande produção agrária.

Evidentemente, para os reformistas adaptados até a medula ao capitalismo, não há contradição no tamanho das propriedades e da extensão da produção. As dificuldades e atritos naturais do ponto de vista capitalista poderiam muito bem ser resolvidos pela via de políticas governamentais. É sintomático que o próprio

Bolsonaro se vale dessa fórmula, afirmando que, com a titulação das terras assentadas, em seu governo, finalmente, passou a reinar a paz no campo.

Nesse sentido, o conhecido articulista de direita do jornal O Estado de São Paulo, Denis Lerrer Rosenfield, ainda acha que Lula deveria ser assertivo e condenar o MST, ou seja, as ocupações de terra, que, mesmo diminuídas, continuam ocorrendo. Atacou o elogio de Lula à produção familiar. Argumenta que, excluindo os produtores camponeses que não têm o título de propriedade, por isso não entram nas estatísticas do IBGE, a produção familiar fica muito

que ambas poderiam florescer pacificamente, é um sonho dos reformistas. A pequena produção sempre estará subordinada à estrutura latifundiária dominante, sobrevivendo à míngua, sob a sua sombra. E milhões de camponeses pobres se manterão na pobreza e na miséria, distribuídos em situações distintas, nas várias regiões do País.

As forças produtivas estão determinadas e condicionadas pela grande propriedade dos meios de produção, que confere a distinção entre o caráter capitalista geral da produção e o particular da pequena propriedade, dentre a qual se encontra a forma pré-capitalista da pro-

---

*(...) o movimento pequeno-burguês agrário, expressão da pequena propriedade, se choca com a estrutura latifundiária, mas não tem como transformá-la com suas próprias forças. É fundamental que o movimento camponês conflua com o movimento operário, potenciando a luta de classes no campo e na cidade, ou seja, a luta de classes nacional.*

---

aquém da grande propriedade. Ou seja, “83% dos estabelecimentos agropecuários de produção de arroz são oriundos da agricultura familiar, mas representam 10,5% da produção nacional”, sendo que apenas “0,7% da produção provém dos assentamentos.” “No caso do feijão, por sua vez, a sua produção na agricultura familiar corresponde a 18,7% da produção, porém os assentamentos respondem somente com 1,8% de sua produção.”

Munidos desses números, o portavoz dos agroindustriais conclui que os assentamentos não são “uma política agrícola alternativa, mas um problema social que deve ser resolvido com medidas adequadas, entre as quais a titularização de terras (...)” Logo, “invasões de terra trariam insegurança para a agricultura e pecuária, prejudicando, por isso mesmo, o desenvolvimento econômico nacional.” O restante do artigo de resposta ao PT e Lula tratará da questão ambiental, que não é possível analisar nesse espaço restrito desse artigo.

A ideia de Lula de combinar a pequena produção para o mercado interno e a grande para a exportação, de forma

dução familiar e a de subsistência. Há que se considerar que a tendência é de avanço da grande produção comprimir o espaço econômico e social da pequena produção camponesa, bem como ampliar a presença do proletariado rural.

O mais provável é que as ocupações continuarão ocorrendo, como mostram os números da Comissão Pastoral da Terra. É por esse caminho que se desenvolve a luta de classes no campo. Sob o governo Bolsonaro, os sem-terra ocuparam 125 propriedades. E os choques continuam a fazer vítimas do lado dos pobres do campo.

O critério de realizar assentamentos apenas em terras devolutas, griladas ou improdutivas, limitou o MST ao reformismo e à procura de políticas públicas governamentais. Não é estranhar que a sua direção se tem empenhado em eleger parlamentares comprometidos com suas teses agrárias.

A experiência, no entanto, já foi conclusiva, em demonstrar que não haverá solução para a questão camponesa nos marcos da grande propriedade capitalista de produção e no regime agrário tipicamente latifundiário. Não faltaram

tentativas de realização de uma reforma agrária limitada e compatível com as relações fundiárias baseadas na grande propriedade. Trata-se de uma tarefa democrática que a burguesia não tem como realizar. Eis por que o movimento pequeno-burguês agrário, expressão da pequena propriedade, se choca com a estrutura latifundiária, mas não tem como transformá-la com suas próprias forças. É fundamental que o movimento camponês conflua com o movimento operário, potenciando a luta de classes no campo e na cidade, ou seja, a luta de classes nacional.

O programa da classe operária, de

luta pelo poder e pela expropriação da burguesia, tem como um dos objetivos estratégicos a emancipação dos camponeses da opressão latifundiária e do capital agroindustrial. A expropriação da burguesia conduzirá à nacionalização da propriedade agrária. Somente assim, a massa de camponeses terá acesso livre à terra como meio de produção, e poderá evoluir para a agricultura coletivizada.

Ao se ter claro esse aspecto do programa da revolução proletária como indispensável para as transformações agrárias e a emancipação dos camponeses pobres, se torna mais compreensível historicamente a necessidade da aliança

dos trabalhadores urbanos com os rurais, e da constituição de um governo revolucionário, operário e camponês. Somente o POR vem desenvolvendo, na luta por sua construção, o programa da revolução agrária, como parte da revolução e ditadura do proletariado.

É com esse programa e orientação política que combate no processo eleitoral pela independência política da classe operária e do conjunto dos trabalhadores. Torna-se um imperativo não apenas lutar pelo fim do governo burguês de ultradireita, como também se preparar para dar continuidade a um possível governo de colaboração, sob a direção de Lula.

## Pernambuco

### **As massas serão arrastadas pelas disputas interburguesas e interoligárquicas enquanto não erguerem seu partido independente**

No dia 2 de outubro, as massas pernambucanas comparecerão às urnas para eleger seu próximo carrasco. Em um estado em que os explorados amargam o alto desemprego, miséria e fome, jorra dinheiro nas campanhas eleitorais, patrocinadas por milhões do fundo eleitoral e pelo poder econômico privado.

A definição das candidaturas em Pernambuco teve um peso importante nas articulações do PT, tendo em vista o objetivo de garantir uma frente amplíssima, capaz de reconduzir Lula à presidência da República. Marília Arraes, assim como em 2018, foi preterida em nome da aliança com o PSB. Entre as duas eleições para o governo, foi marcante o embate em 2018, entre Marília Arraes (pelo PT) e seu primo João Campos (PSB), em que o PSB abusou do discurso antipetista. Sem espaço para desenvolver seu carreirismo político, Marília migrou para o Solidariedade, e encabeça uma coligação de direita com o vice do Avante, e a presença do Agir, PSD e PMN. O senador da chapa é o direitista André de Paula (PSD), que também era cotado para a vaga pela “Frente Popular”, capitaneada pelo PSB. Com a exceção do PMN e PSD, que decidiram não apoiar nenhum candidato à presidência, os demais partidos integram a coligação de Lula à presidência. O que deixa a candidata muito à vontade para justificar sua direitização como pragmatismo comum a Lula. Marília faz questão de usar, na campanha, as fotos com Lula e, desde as primeiras sondagens eleitorais, se mantém com folga na dianteira, sempre com mais de 30% das intenções de voto. O conteúdo de suas falas não se diferencia em nada de qualquer candidatura burguesa. Apoiar-se na figura do avô nacionalista, Miguel Arraes, e de Lula, e faz compromissos com as oligarquias, enquanto ilude as massas.

O PSB, que governa Pernambuco há 16 anos, e a prefeitura do Recife há 10 anos, acumula um grande desgaste. A rejeição ao governo de Paulo Câmara (PSB) é superior à de Bolsonaro. Nas costuras com a candidatura de Lula, o que implicou também na filiação de Alckmin ao PSB e ocupação do cargo de vice, o PSB garantiu a cabeça de chapa em Pernambuco, com o nome de Danilo Cabral, um burocrata sem apelo popular. A expectativa do PSB era de passar uma borracha em seu apoio a Aécio Neves, em 2014; ao apoio

impeachment de Dilma, e a seu antipetismo, em 2020. Com o peso do caudilho Lula em Pernambuco, pretende garantir sua sobrevivência. Porém, no ato de Lula no Recife, Danilo mal podia falar, sofrendo grandes vaias, e é comum nas bases petistas o apoio a Marília, e rechaço ao PSB. O PCdoB continua a ocupar a vaga de vice, na chapa, e o PT está com a candidata ao Senado, a ex-sindicalista da educação, Teresa Leitão. Além disso, integram a coligação, o PV, Republicanos, MDB, PDT e PP. O PDT estadual tem omitido a candidatura de Ciro, e até mesmo produzido materiais de candidatos a deputado, com a figura de Lula. Da mesma maneira, prefeitos e candidatos a deputados do PSB têm deslizado para a candidatura de Marília, diante da possível derrota de Danilo Cabral.

Com o uso da máquina eleitoral e dos fartos recursos, Danilo tenta viabilizar sua ida ao segundo turno, está empatado, na faixa dos 11%, com Raquel Lyra (PSDB, Cidadania e PRTB), Miguel Coelho (União Brasil, Podemos, PSC e Patriotas), e o bolsonarista Anderson Ferreira (PL). O ex-ministro de Turismo de Bolsonaro, Gilson Machado Neto (PSC), está disputando a vaga no Senado. A movimentação das oligarquias, porém, sinaliza para o distanciamento em relação ao bolsonarismo, considerando a grande popularidade de Lula no estado, além de já viabilizar a migração para seu eventual governo, se necessário. Um exemplo disso é a conduta de Fernando Bezerra Coelho (MDB), pai de Miguel (UB), que, no fim de 2021, saiu da liderança do governo no Senado, já mostrando as movimentações de parte das oligarquias diante do esgotamento do governo Bolsonaro. O MDB-PE é historicamente liderado pelo senador Jarbas Vasconcelos, e pelo deputado federal Raul Henry. Em 2017, Fernando Bezerra Coelho entrou no partido, e tem comandado o Agreste e Sertão, enquanto Jarbas e Henry dominam o litoral e Zona da Mata, fatiamento típico de um partido oligárquico. Essas candidaturas expressam diferentes alas das oligarquias que controlam o estado, e se juntam e separam, de acordo com seus próprios interesses de sobrevivência política, e garantia do acesso aos recursos do Estado. É comum também que uma mesma família oligárquica se distribua por diferentes partidos. Ainda no campo das candidaturas burguesas, estão os



irrelevantes Pastor Wellington (PTB) e Jadilson Bombeiro (PMB).

## A atuação das esquerdas e movimentos

As esquerdas reformistas, centristas e estalinistas saíram separadas nestas eleições. O PSOL, com a candidatura de João Arnaldo, federado com a Rede; O PSTU, com a candidatura de Cláudia Ribeiro, do movimento sindical de professores; o PCB, com Jones Manoel, o PCO recorre do indeferimento da candidatura de Ubiracy Olímpio. PCB e PCO, em seus planos de governo, enunciam que as eleições não resolverão os problemas das massas. Apesar disso, o PCB se esmera em apresentar suas promessas, reforçando as ilusões democráticas. Já o PCO, elenca bandeiras de transição, fala de revolução e socialismo, mas conclui subordinando sua atuação ao objetivo de eleger Lula presidente, e à estratégia de um “governo dos trabalhadores”, sem patrões e sem golpistas. A UP apenas está com candidatos a deputado, sem apoiar nenhum governador.

Tem crescido também a participação direta de lideranças dos movimentos sindical, popular, estudantil, camponês, negro, indígena, LGBTQ+, e ambiental, com candidaturas próprias. Pelo PT, o ex-presidente da CUT-PE tenta a reeleição como deputado federal, assim como dirigentes da Federação dos Trabalhadores Agrícolas de Pernambuco (FETAPE), CNTE, Aduferpe, sindicato dos bancários, dentre outros. Uma novidade de 2022 é a decisão do MST, de lançar 15 candidaturas, em nível nacional, pelo Movimento Brasil Popular, criado após a decretação do fim da Consulta Popular. Um dos nomes de maior projeção é o de Rosa Amorim, candidata a deputada estadual, filha do dirigente Jaime Amorim, e diretora da UNE. Expressando o aumento de candidaturas indígenas, nacionalmente, Pernambuco tem oito candidatos autodeclarados indígenas. Dentre eles, a candidatura coletiva para a Alepe com representantes, incluindo dois caciques, de cinco etnias: atikum, fulni-ô, pankararu, kambiwa e truká, pela REDE.

Com ou sem candidaturas próprias, as direções dos movimentos estão servindo para arrastar as massas em torno das disputas interburguesas e interoligárquicas. Negaram-se a criar comitês de luta contra o desemprego, a miséria, a fome, as contrarreformas, as privatizações e a violência no campo. Capitalizam em votos as ações assistenciais conduzidas sob a Pandemia, e proliferam os comitês eleitorais, indevidamente chamados de comitês populares ou de luta. Preparam uma nova etapa na política de conciliação de classes, com o retorno do PT ao executivo federal, e o consequente aprofundamento da estatização e burocratização dos movimentos de massa.

A análise das candidaturas do PSOL, PSTU e PCB demonstra que nenhuma delas serve ao objetivo de emancipar as massas da influência da política burguesa e pequeno-burguesa.

## PSOL: lulismo e ecossocialismo

Dentre essas candidaturas, a mais adaptada à política burguesa é a de João Arnaldo (PSOL). O discurso lulista é complementado com a defesa da eleição de bancadas no parlamento nacional e estadual, comprometidas com as demandas dos movimentos sindical, popular, e ambientalista, por meio de ações afirmativas e políticas públicas. Arnaldo, em 2020, se candidatou a vice, junto a Marília, quando ela ainda estava no PT.

O PSOL reedita as chapas coletivas, na legislatura passada, conseguiu emplacar as Juntas, co-deputadas, na Assembleia Le-

gislativa. A candidatura, encabeçada pela dirigente do sindicato dos trabalhadores do comércio informal, busca a reeleição. Porém, a advogada trans Robeyoncé tentará sua cadeira própria na Câmara dos Deputados. Outra chapa coletiva é a “Sindicalistas resistem”, com uma metroviária da FENAMETRO, um diretor do sindicato dos rodoviários, e um do sindicato dos trabalhadores dos Correios. Outro sindicalista que tenta se eleger é Áureo Cisneiros, policial civil demitido político, que integra os policiais antifascistas.

**Com ou sem candidaturas próprias, as direções dos movimentos estão servindo para arrastar as massas em torno das disputas interburguesas e interoligárquicas.**

O plano de governo e as propagandas do PSOL defendem acriticamente que, por meio do voto, é possível transformar os “sonhos” em realidade. Apoiam-se na política pequeno-burguesa, requeitando as promessas de inclusão social, igualdade étnico-racial e de gênero; participação e controle popular; democratização do poder; transparência; desenvolvimento sustentável e ambientalmente responsável. Prometem reformar a política, para que tenha uma conformação comunitária e antirracista. E apresentam como estratégia o ecossocialismo, definido como: “uma estratégia política que busca a convergência das lutas sociais e ecológicas, implementando Políticas Públicas de transição para sociedades do bem viver, com direitos humanos, justiça cognitiva e diálogo de saberes, gestão adaptativa, com o olhar para a interculturalidade e socioecologia”. Por sua vez, o bem-viver, é definido como “o equilíbrio, harmonia e na convivência entre os seres, mas também na harmonia entre o indivíduo com ele mesmo, entre o indivíduo e a sociedade, e entre a sociedade com o planeta e todos os seus seres”. Ou seja, é patente que o “socialismo” do PSOL não tem nenhuma relação com qualquer perspectiva classista amparada na luta de classes.

## PSTU: governo dos trabalhadores baseado em conselhos populares

O PSTU usa as eleições para fazer suas promessas de garantir uma vida digna à população de Pernambuco. Diz que vai trocar a Lei de Responsabilidade Fiscal por uma Lei de Responsabilidade Social, promete obras públicas, reforma agrária radical, estatizações de determinados ramos econômicos sob controle operário; reestatizações; aumento salarial, redução de jornada, incorporação de terceirizados da saúde e temporários da educação como efetivos; fim da dupla função e recontração dos cobradores; estatização das empresas de ônibus sob controle dos rodoviários e usuários do transporte; contra a estadualização e privatização do metrô; desmilitarização da PM e uma polícia civil unificada com direito a formar sindicato e fazer greve; descriminalização e legalização das drogas; mais investimentos no combate a violência contra as mulheres; etc. Ou seja, traz reivindicações dos movimentos, mistura bandeiras de transição e proposições reformistas e, no fim das contas, ilude com a promessa de um “governo socialista e dos trabalhadores”, apoiado nos conselhos populares, que decidirão sobre 100% do orçamento. Não têm como desmascarar as eleições burguesas, pois, não defendem a estratégia da revolução e ditadura proletárias.

## PCB: nacional-desenvolvimentismo pseudorrevolucionário

O PCB atua nas eleições para governador com a candidatura de Jones Manoel, youtuber e historiador. Tentou fazer uma frente com o PSOL e/ou UP (ex-PCR, que em 2020 aliou-se com o PCB). Porém, o PSOL se tem direitizado, federando-se com a Rede, e a UP decidiu não apoiar ninguém. Sem explicações coerentes, os zigue-zagues se dão apenas por oportunismo. Assim, a vice também é do PCB, e a formação contingencial passou a ser exaltada como a única 100% negra, periférica e da “classe trabalhadora”. A diretora da UNE, Vic Pinheiro, é candidata a deputada federal.

No plano de governo e campanha, o PCB diz que se guia pela crítica ao capitalismo e propaganda do socialismo, mas o que se vê é uma crítica sobretudo às privatizações e mercantilização de direitos sociais, e o socialismo se confunde com a chamada “revolução brasileira”, com acesos a Cuba, Venezuela e Coreia do Norte, além do alinhamento com as repúblicas populares de Donetsk e Lugansk. O gelatinoso “poder popular” acaba resumindo-se a formas de participação popular no capitalismo. No plano de governo, lê-se que “a construção do Poder Popular também passa pela conquista do poder político na administração pública estadual e no parlamento”. Afirma que “experiências têm demonstrado avanços para a população LGBT em situação de governo, onde se realizam verdadeiras democracias diretas e mecanismos reais de participação popular”, fazendo referência à atuação parlamentar desses segmentos.

O detalhado plano de governo, com 57 páginas, intitulado “Programa Socialista Sumarizado”, assim como as entrevistas de Jones Manoel, expressam a pretensão de gerenciar, de forma eficiente, o Estado burguês. Assim, sob as autoproclamações de radicalidade, revelam-se mesquinhas propostas como taxar a educação privada, para financiar a expansão da rede pública, considerada como condição para o pleno desenvolvimento do país. Jones exalta, sempre que tem oportunidade, o “modo petista de governar” da década de 1980; os mandatos de João Paulo (PT), na prefeitura do Recife, de 2001 a 2008; e Brizola. Promete formar Conselhos Populares em um novo formato, em que o governo forneceria “formação e informação ampla e transparente sobre como funciona o Estado e suas instituições”. Haveria conselhos gerais e setoriais, com proporcionalidade das classes em sua composição, o que garantiria a maioria popular e a “hegemonia dos trabalhadores”. Ou seja, o PCB defende conselhos junto com a burguesia, sob a tutela do governo, onde seria possível uma “hegemonia” dos trabalhadores.

Além disso, Jones promete “desenvolvimento econômico sustentável”, e fortalecimento da economia pública, com uma “lógica anticapitalista”. Diante do favorecimento do Estado ao capital privado, a proposta é auditar a dívida pública estadual e “desmontar, de forma gradual e progressiva, a atual política de isenções fiscais para as grandes empresas”, substituindo por “empresas estatais, cooperativas, associações de pequenos produtores, e por pequenas e médias empresas”. Promete promover a reforma agrária, voltada à produção de alimentos agroecológicos; e demarcar terras indígenas e quilombolas. Diz que gerará empregos com obras públicas, e promoverá capacitação para trabalhadores informais; e garantirá

## Massas serão arrastadas pelas disputas interburguesas

empregos “temporários” aos estudantes. Em entrevistas, chegou a defender um aplicativo público para entregadores, com baixa taxa de lucro. Promete universalizar e desmercantilizar os serviços públicos, e explica: “Ninguém deve precisar pagar diretamente para ter educação, saúde, segurança, transporte, previdência social, acesso à justiça e lazer, pois, toda a sociedade já paga através dos impostos.” Também promete estatizar o transporte público e restaurar “progressivamente” a malha ferroviária do estado; fazer a reforma urbana com um “plano de desenvolvimento social”. No combate à violência, promete criar uma nova política pública de segurança prioritariamente investigativa, associada à distribuição de renda, sob controle popular. Afirma que irá “Liderar a reestruturação da formação para policiais militares e civis, considerando os elementos estruturais de classe, raça/etnia e gênero.” Na política sobre drogas, defende a descriminalização, e criará o “PROGRAMA ATITUDE”. O batismo do programa reproduz o modus operandi da política burguesa, com suas jogadas de marketing.

No enfrentamento ao racismo, promete criar o “Estatuto Estadual de Igualdade Racial”, em clara analogia, sem qualquer balanço crítico, ao feito nacionalmente pelo PT.

O financiamento de suas propostas viria das mudanças graduais e do “imposto progressivo sobre o capital, as finanças, as grandes propriedades e grandes fortunas”. Nas entrevistas, Jones afirma que com “criatividade institucional”, poderá ter “margem de manobra” para não ser “capturado pelo capital”, e que faria coalizão com outros partidos (burgueses), para ter governabilidade. Diz: “então o governo comunista de Pernambuco vai ter uma negociação, uma negociação básica, que é o seguinte, chegar nos deputados x, y e z, e dizer ‘olha, tem um programa de moradia popular aqui, de interesse de planejamento urbano, qualificado, responsável e sério, então você apoia esse projeto e você vai ter uma ação na sua base eleitoral, isso vai ser bom para você’. Agora, a gente não aceita negociar abrindo mão do programa”, e conclui com a citação um de seus ídolos: “e aí repito o velho Brizola, o problema não é quem está no caminhão, é quem dirige o caminhão”.

A campanha de Jones não serve para educar as massas. Impede que elas compreendam que, para resolver seus problemas, será necessário expropriar a grande propriedade capitalista e o latifúndio, e que isso só é possível por meio dos métodos da luta de classes e da estratégia da revolução e ditadura proletárias. Ilude, sobretudo a juventude, com a cobertura revolucionária da velha política nacional-reformista. Dá continuidade ao velho programa estalinista de conciliação de classes, renovado apenas em seu formato das redes sociais. Nada de novo, considerando também que o PCB integrou a coligação de Lula-Alencar, de 2002 a 2005.

## Pelo voto nulo, em defesa do programa de reivindicações dos explorados e da estratégia revolucionária

As massas pernambucanas sofrem com a combinação das heranças de nossa colonização, com o escravismo e o latifúndio, e da brutal exploração capitalista. Mais da metade dos trabalhadores são informais. E, mesmo com a recente queda no desemprego, puxada pelos postos informais e precários, a taxa atinge 13,5%. Metade da população, em 2021, vivia com renda per capita abaixo

*(...) o PCB defende conselhos junto com a burguesia, sob a tutela do governo, onde seria possível uma “hegemonia” dos trabalhadores.*

de R\$ 497,00, por mês.

Os camponeses, povos indígenas e as comunidades quilombolas seguem resistindo à violência latifundiária. A juventude segue sem perspectiva, presenciando a destruição da escola, e se submetendo à escravidão dos aplicativos. Com maior intensidade, a juventude negra vive na mira polícia. A fome se prolifera nos lares, sobretudo os chefiados por mulheres negras. A opressão sobre a mulher, homossexuais e travestis explode em casos de violência. Falta moradia, água e saneamento para uma parcela imensa dos explorados. O desenvolvimento desigual e combinado se reproduz também no interior do estado, com a concentração do PIB em poucas cidades, que atraem grande parte da população, que se aglomera nos morros e beiras de rio. As tentativas de desenvolvimento, em geral puxadas pelo Estado, se dão às custas da exploração brutal e da destruição ambiental, a exemplo do polo de confecção de Toritama e de Suape.

Os politikeiros burgueses usam a miséria e desgraça para acusarem-se uns aos outros, e prometerem soluções por meio do voto. A esquerda reformista, estalinista e centrista, com suas

particularidades, reafirma as ilusões democráticas, entorpecendo a consciência dos explorados, e adiando a conquista de sua independência política e organizativa perante a burguesia.

O POR utiliza as eleições como meio e tribuna para propagandar e agitar o programa de reivindicações da maioria oprimida, bem como a estratégia da revolução proletária e a tarefa de construir o partido operário revolucionário. Tem feito uma campanha pela independência de classe dos explorados e de suas organizações sindicais. O Boletim Nossa Classe chega às fábricas, mostrando que os trabalhadores têm suas próprias reivindicações e capacidade de se unir para defendê-las. O POR chama o voto nulo, não por princípio, mas por necessidade tática. Isso por que não tem como participar das eleições com candidaturas próprias, tendo em vista que, sem uma forte presença na classe operária, não há como impor à burguesia sua legalização, sem restrições ao seu programa. Assim, o POR tem atuado em defesa de que a classe operária e os demais explorados se coloquem em movimento, organizando a luta unitária em torno às suas reivindicações mais sentidas, e em defesa da estratégia do governo operário e camponês.

### Eleições Ceará:

## Crescimento da candidatura burguesa de Elmano e crise da oligarquia Ferreira Gomes

Após a ruptura da coligação PT-PDT, e o lançamento de Roberto Cláudio (PDT) ao governo estadual, em detrimento da atual governadora Izolda Cela, a oligarquia Ferreira Gomes mergulhou na pior crise de sua história. Os irmãos Ivo e Cid Gomes divergiram de Ciro (PDT), rejeitando participar da convenção que lançou Roberto Cláudio candidato a governador. Além da não participação na campanha estadual do PDT, têm manifestado apenas discreto apoio à campanha de Ciro nas presidenciais. A situação inesperada motivou Ciro a falar publicamente, há alguns dias de "traição" e "punhalada nas costas", numa referência ao abandono de aliados, incluídos os próprios irmãos.

A crise da oligarquia tem sido impulsionada pelo fracasso eleitoral, que há muito se anunciava. A candidatura petista de Elmano de Freitas, articulada pessoalmente por Camilo Santana (rompido com Ciro), se fortaleceu na reta final das eleições, ultrapassando as candidaturas de Roberto Cláudio (PDT) e Capitão Wagner (UB). Além da derrota no âmbito estadual, que se vai confirmando a cada nova pesquisa, soma-se o seu fracasso no plano nacional, onde a candidatura de Ciro permanece enquistada, entre 5% e 6%. Mesmo no Ceará, Ciro amarga apenas 10% das intenções de voto, bem atrás das intenções de voto de Bolsonaro (18%) e Lula (63%), e em visível contraste com as eleições de 2018, quando Ciro venceu, com certa folga, Haddad e Bolsonaro no Ceará, superando 2

milhões de votos.

O rápido crescimento das intenções de voto em Elmano confirmam nossa tese, de que o apoio combinado de Camilo, Lula, a articulação das alianças, a arregimentação de prefeitos etc. levaria à ultrapassagem da empreitada de Ciro/Roberto Cláudio.

A divisão da coligação PT-PDT, que resultou no lançamento de duas candidaturas adversárias, conduzirá, pela primeira vez, depois de décadas, as eleições ao segundo turno no estado. Caso se confirme o fracasso do candidato do PDT em chegar no segundo turno, Ciro terá de negociar o apoio à coligação liderada pelo PT (ou, o que é mais provável, deixar a tarefa aos irmãos) contra capitão Wagner, o que, por si só, expressa o declínio alcançado pela oligarquia, nos últimos anos.

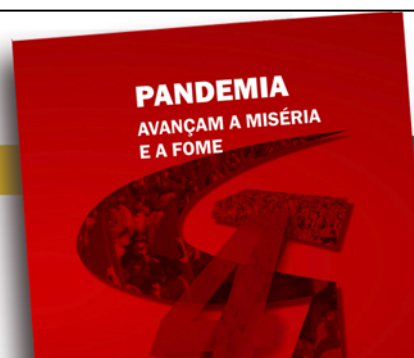
A disputa entre capitão Wagner (UB), Elmano (PT) e Roberto Cláudio (PDT) pelo governo estadual nada tem a ver com os interesses dos explorados. São candidaturas burguesas, inimigas dos explorados e qualquer novo governo saído das urnas governará defendendo os interesses dos capitalistas, protegendo a grande propriedade privada, e descarregando a crise econômica sobre as massas. A defesa do voto nulo, dessa forma, se impõe como condição para a independência de classe do proletariado, e a construção de uma fração revolucionária, que desenvolva a perspectiva de um governo próprio dos explorados, o governo operário-camponês.

Publicado o livro:

## PANDEMIA

AVANÇAM A MISÉRIA E A FOME

“ A classe operária, desorganizada e estilhaçada mundial e nacionalmente pela crise de direção, se sujeita à política pandêmica, que aterroriza as massas, com a campanha orquestrada internacionalmente pelo imperialismo, e executada nacionalmente pelos Estados. Sem o seu partido e sem uma vanguarda internacional com elevada consciência de classe, e capaz de desenvolver o programa da revolução proletária, os explorados ficam à mercê das respostas burguesas à crise econômica e pandêmica.



R\$40

ADQUIRA  
COM NOSSO  
DISTRIBUIDOR

## No Paraná, prevalece a extrema direita

*Na reta final das eleições, no Paraná prevalecem os candidatos mais reacionários à frente do pleito.*

Na contramão das pesquisas nacionais para Presidência da República, no estado do Paraná, quem aparece na frente é o candidato à reeleição, Jair Bolsonaro, com 44%, deixando Lula para trás, com 36%.

Quanto ao governo de estado, Ratinho Jr (PSD) se mantém com 58,2% das intenções de voto, podendo ganhar em primeiro turno. O reacionário Ratinho Junior representa as oligarquias paranaenses e seus negócios. Ataca os serviços públicos, fornecendo migalhas aos mais pobres, a exemplo do cartão comida boa, de R\$ 80,00, fornecido a um punhado de miseráveis durante a Pandemia, e retornando agora no ano eleitoral. Seu governo também está marcado pela escalada repressiva na Educação. Criou o sistema de militarização das escolas, impondo aos municípios, e reprimindo o movimento estudantil, que ocupou as escolas em 2016, contra a reforma do ensino médio.

Disputando com ele, em segundo lugar, aparece Roberto Requião, recém-convertido ao PT, para surfar a onda Lula. Indicando que o caudilhismo nacional de Lula não tem a mesma força no Paraná.

Branco e nulos somam 3,3% para o governo de estado. Para o governo de estado, apresentam-se, como concorrentes, também candidatos do PSOL, PSTU, PCB, PDT e PMN, estes, com exceção de PSOL e PDT, não chegaram a 1% das intenções de voto.

Na disputa pelo Senado, ainda lideram o senador Álvaro Dias (do Podemos), com 32,5%, e o ex-juiz Sergio Moro (do União Brasil), com 27,6%, seguidos pelo candidato apoiado por Bolsonaro, Paulo Martins, com 12,3%. O PT não lançou candidato para o senado paranaense.

O poder das famílias oligárquicas no Paraná, como já dissemos antes, se apresenta para todos os cargos, e também para os cargos de deputados estaduais e federais. Vemos a continuidade da política:

## A atuação dos centristas (PSTU, PCB e UP) nas eleições

As eleições de 2022, do ponto de vista da luta dos trabalhadores, foi marcada pelo profundo eleitoralismo dos partidos de esquerda, que são legalizados e participam do pleito com candidatos. São eles: PSTU, PCB, UP, com candidatos à presidência, e PCO e PSOL, com candidatos a outros cargos. Este ano tem a particularidade de que o PSOL não lançou candidatura própria para presidência, se subordinando à candidatura petista. A justificativa psolista é de que a prioridade número 1 é a de tirar Bolsonaro, o restante deve ser resolvido depois. O caso do PCO é diferente, pois, se lançou em uma cruzada de defesa da eleição de Lula, sob a impostura de que é a forma de retomar a organização e a luta dos explorados. Uma falsificação gritante, já que a eleição do caudilho petista, ainda que sirva para retirar Bolsonaro do poder, vai retomar o amplo movimento de estatização das centrais sindicais, sindicatos e movimentos sociais, tal como foi nos seus dois mandatos, de 2003 a 2010. A eleição de Lula representa o retorno da política de colaboração de classes em um nível ainda mais elevado, de tal forma que a luta dos explorados pela independência política, ideológica e organizativa deverá ser a ponta de lança do movimento social no próximo período, para enfrentar essa política colaboracionista.

Os outros três partidos lançaram suas candidaturas pró-

Para estadual, se apresenta Ney Leprevost, família de bastante história na política paranaense, com participação em negócios bancários, e mineração por todo o país. Seu tio José Carlos Leprevost, foi eleito pela ARENA, em 1966, para deputado federal.

A reacionária família Barros também mantém o Ricardo Barros para deputado federal, cuja tradição se inicia em 1940, com seu pai Silvio Magalhães Barros, que em 1964 integrava a UDN.

Luiza Canziani para deputada federal, filha de Alex Canziani.

Pedro Lupion, como candidato a deputado federal, filho do ex-deputado federal Abelardo Lupion, e bisneto do ex-governador Moisés Lupion.

Sejam quais forem os resultados, o fato é que não haverá alteração na condução do estado, pois, será administrado segundo os interesses da burguesia estadual, nacional e internacional, como já vem sendo desde o início.

As eleições burguesas são a forma de constituição do estado burguês, e não podem dar respostas às reivindicações concretas das massas, tais como defesa dos empregos, dos salários, dos direitos sociais. Essas reivindicações só podem ser alcançadas com a organização e luta da classe operária e demais explorados, com seus métodos de luta próprios.

Por isso, o POR se coloca diante das eleições na defesa de um programa de reivindicações (contra o desemprego, subemprego, a miséria, a destruição dos direitos trabalhistas), demonstrando que os interesses do proletariado só podem ser defendidos pelos próprios, e não pelos representantes da burguesia. Diante da falência e decomposição do capitalismo, da extensão do sofrimento das massas, é cada vez mais urgente afirmar a defesa do poder próprio dos explorados, que se sintetiza na luta por um governo operário e camponês.

prias para a presidência. Não foram capazes de sequer constituir uma frente de esquerda, como houve no passado. Ainda que, nos discursos, reivindicuem da luta dos trabalhadores, têm cumprido um papel miserável, ao alimentar as ilusões das massas na democracia burguesa e nas eleições. Proclamam aos quatro ventos que, “se eleitos”, farão isso e aquilo, ou seja, poderão gerenciar melhor o Estado burguês.

As eleições são um campo de disputa próprio da burguesia. No Brasil, a democracia burguesa tem conteúdo oligárquico, o que implica eleições controladas pelas oligarquias regionais e pela burguesia nacional e imperialista. Isso não significa que os revolucionários não devam participar das eleições, mas sua atuação não deve se confundir em nada com a dos partidos da ordem burguesa. Não faz parte da atuação tática revolucionária nas eleições as promessas de campanha, mas sim o desmascaramento do caráter burguês e oligárquico do pleito eleitoral. Faz parte da atuação revolucionária nas eleições a denúncia de que se trata de um processo amplamente antidemocrático, e que, diante disso, a tarefa é usar a tribuna eleitoral para convocar as massas a lutarem por um programa próprio, com seus próprios métodos.

O caso dos debates na TV, nesse sentido, é emblemático. A mídia justifica que os convidados para os debates são aqueles

que atingem certa pontuação nas pesquisas. Acontece que a candidata do MDB, Simone Tebet passou de uma quase desconhecida para uma das que mais aparece na TV. O mesmo aconteceu com a candidata do União Brasil, Soraya Thronicke. Mesmo quando tinham a mesma pontuação de pesquisa que Vera Lucia, do PSTU, as primeiras eram convidadas para os debates, enquanto Vera, não. Como a militância da UP e PSTU têm respondido a isso? Como sendo uma atitude racista, e que é preciso ter candidatos negros nos debates, o que não passa de identitarismo e populismo baratos. Esses partidos são excluídos dos debates não por terem candidatos negros, mas porque são identificados como esquerdistas, por não terem poderoso aparato partidário, e por não arrastarem uma significativa camada da classe média, para a qual sobretudo se volta sua campanha eleitoral. Ao não denunciar o caráter burguês das eleições, esses partidos alimentam as ilusões das massas, de que o problema delas é uma questão de tipo de governabilidade, ou seja, se o Estado for gerenciado por negros, mulheres ou por partidos mais à esquerda, então, os problemas serão resolvidos.

O PSTU, que desses partidos é o que mais tem os pés na classe operária e nos movimentos, em um manifesto, escreveu: *“No 1º turno, temos que fortalecer uma alternativa da classe trabalhadora, revolucionária e socialista, que possa ajudar no avanço da consciência, da organização e da luta da nossa classe. Fortalecer uma alternativa para enfrentar a extrema-direita pela raiz; ou seja, enfrentando também os bilionários, a “Faria Lima” (avenida de São Paulo, símbolo do poder capitalista), seus governos, a “ricocracia” corrupta de sempre e esse sistema capitalista. Esse é o caminho para realmente acabarmos com a fome, o desemprego, a vergonhosa desigualdade social, e conquistar soberania para o país.”* Além das invenções desnecessárias de palavras como “ricocracia”, que só confunde as massas, é possível identificar algumas ideias importantes para caracterizar o oportunismo eleitoral do centrismo. Chama o voto de construção partidária no primeiro turno, indicando que, caso ocorra o 2º turno, devem apoiar o petismo, como fez em quase todas as eleições. E indica que o caminho para acabar com as mazelas das massas é o fortalecimento desse partido, através do voto. E conclui seu manifesto: *“O que precisamos é de um governo socialista dos trabalhadores, que governe através de conselhos populares e se apoie na mobilização unificada dos trabalhadores e da maioria do povo. Voto útil no 1º turno é o que fortalece essa alternativa.”* Aqui é possível ver o abandono da estratégia histórica do proletariado dos países atrasados, a estratégia revolucionária de um governo operário e camponês, forma governamental da ditadura do proletariado, fruto da revolução proletária, por um genérico “governo socialista dos trabalhadores”.

Em uma sabatina para a Folha de SP, Vera Lúcia diz que o Brasil “precisa de uma rebelião” e que “caso eleita, a tarefa central é organizar os trabalhadores para essa rebelião”. O fundamental está na ideia de que os explorados precisam que o seu partido ingresse no Estado burguês para organizar e impulsionar a “rebelião”. Se se leva a sério a “rebelião” da maioria oprimida, é necessário um partido que a dirija sob a estratégia e os métodos da revolução proletária. Jamais um partido revolucionário chegará ao poder pela via eleitoral para promover a revolução social. Nisso reside a farsa eleitoral-esquerdista do PSTU centrista, e de sua candidatura presidencial. A experiência demonstra que a luta revolucionária parte das necessidades imediatas das massas contra a fome, desemprego etc., que passa pela luta contra a conciliação de classe, o que implica combater a política das direções sindicais que

arrastam os trabalhadores para a via eleitoral e a troca de um governo burguês por outro. Que a única forma de conquistar as reivindicações e avançar o combate pelo programa da revolução socialista é com os métodos próprios da classe operária e da maioria oprimida, que são os métodos da ação direta coletiva e da organização independente.

O PCB ficou órfão do PSOL, quando este decidiu pelo apoio a Lula, já no 1º turno. Assim, foi obrigado a lançar uma candidatura própria que oscila entre generalidades pseudo revolucionárias, como “poder popular”, e propostas de melhor gestão do Estado. Já a Unidade Popular é o mais novo e também mais degenerado partido no campo da esquerda. Isso porque não esconde suas propostas de como poderão dirigir melhor o país que os partidos da burguesia. Ambos já deixaram claro, em muitas entrevistas e discursos, que o segundo turno será o de combater o mal maior. Desde já, suas críticas ao petismo e o elevadíssimo grau de conciliação de classes que atingiu nessas eleições (Alckmin, Meirelles etc.) são muito leves, apenas circunstanciais, já preparando o terreno para o chamado “voto crítico”, no segundo turno. Na história da luta revolucionária, já houve circunstâncias muito particulares de a vanguarda ter de se colocar pelo voto crítico em um partido reformista assentado e apoiado pela classe operária. O “voto crítico” da UP não passa de uma máscara ao seguidismo às forças políticas colaboracionistas, galvanizadas pelo PT e pelo caudilho Lula, completamente voltado a preservar os interesses da burguesia.

O certo é que as massas estão desmobilizadas, atomizadas e arrebanhadas pelos bilhões gastos pelos partidos nesta eleição. O período precedente foi de mobilizações festivas e distracionistas, para desgastar o governo, foi de desvio da revolta das massas para a CPI, impeachment e outras saídas burguesas, foi de fechamento dos sindicatos por mais de 1 ano, sob a justificativa da Pandemia, etc. É bom lembrar que, no período anterior, todas essas organizações centristas permaneceram subordinadas à política do reformismo. Não lutaram pela independência de classe diante da maior crise econômica e social dos últimos anos; se recusaram a convocar as massas para lutar por um programa próprio, com independência de classe; se recusaram a colocar seus sindicatos e movimentos em uma luta unificada contra os fechamentos de fábrica, as demissões em massa etc.; em contrapartida, assinaram o “Superpedido de impeachment”, junto com o PSDB e o MBL. É por isso que o POR rechaça e denuncia o canto da sereia de que agora, na disputa eleitoral, os centristas e estalinistas representam uma saída independente, ou como gostam de dizer, “uma alternativa” para os trabalhadores.

O POR, com suas limitações dado seu caráter embrionário, realizou sua campanha eleitoral centrada nas reivindicações da maioria oprimida do país. Essa campanha foi uma continuidade daquela que desenvolvemos em todo o período anterior: que a derrubada do governo Bolsonaro passaria pela luta em torno às necessidades imediatas e mais sentidas dos trabalhadores: os empregos, salários e direitos trabalhistas. Nossa atuação durante a Pandemia e no movimento pelo “Fora Bolsonaro” teve como eixo principal essas reivindicações e os métodos da ação direta coletiva, o que se materializou na defesa da convocação de um Dia Nacional de Lutas, com greves, paralisações e bloqueios, como forma de preparar uma poderosa greve geral no país. É com esse programa que continuaremos nas portas de fábrica, bairros proletários, escolas, universidades etc., no dia seguinte às eleições, trabalhando por organizar a classe para combater o novo governo burguês que for eleito.

## Nota do Boletim Nossa Classe

### **Somente com uma greve com ocupação da fábrica, será possível enfrentar o plano de demissão na Mercedes**

Nesse início de semana, os metalúrgicos do setor de logística concordaram com a proposta da direção do sindicato, de paralisação. Foi um protesto contra o plano da montadora, de terceirizar todo o setor, e de rejeição à imposição do PDV de até 10 salários.

Trata-se de uma paralisação que visa a forçar a empresa a negociar com o Sindicato, antes de tomar as decisões, como essa, de contratar estudos sobre a viabilidade da terceirização. A direção insistiu no argumento de que essa é uma conduta desrespeitosa, isso por que a “*negociação pressupõe achar caminhos*”. Com um discurso radicalizado, disse aos operários que é preciso união e disposição, e que o emprego não pode ser trocado por 10 salários. E que é preciso de uma negociação longa.

Apesar de discursar sobre a união de todos e da luta árdua, a paralisação se restringiu à logística. Não defendeu a organiza-

ção de uma greve de toda a montadora. Não aprovou nenhuma proposta de ampliar o movimento para outras montadoras da região. Não se dispôs a convocar uma assembleia geral, para aprovar a luta unitária contra as 3.600 demissões.

O Boletim Nossa Classe, distribuído na Mercedes, faz um chamado à unidade dos operários, para derrotar o plano de demissões. Nenhuma divisão entre os que ficarão na empresa e os que serão demitidos. Propõe a convocação de uma assembleia, para constituir um comitê de defesa dos empregos, salários e direitos. Que o comitê prepare os metalúrgicos para ocupar a fábrica. Levanta a reivindicação de redução da jornada sem redução dos salários. Conclui, dizendo que para vencer essa luta é preciso que os metalúrgicos imponham o controle coletivo da produção, e exijam a estatização da montadora, sem indenização. ■

## Mercedes

### **Operário pergunta: como conseguir a redução da jornada sem redução de salário?**

A redução da jornada sem redução de salários é a única proposta, única forma, para impedir as 3.600 demissões e a terceirização de vários setores, anunciadas pela Mercedes-Benz, no início de setembro. O presidente do Sindicato, Moisés Selerges, na assembleia que informou o plano da empresa, e aprovou a paralisação de 3 dias da produção, em nenhum momento, defendeu a redução da jornada sem redução de salários; em nenhum momento, apresentou, para os operários, qual é a proposta e o método de luta que devemos utilizar, para impedir as demissões, e garantir todos os empregos.

A direção do sindicato, há muito tempo, deixou de organizar a luta contra a terceirização e as demissões. O sindicato abandonou a bandeira histórica da redução da jornada sem redução de salários – que era defendida pela CUT, nos anos 1980, para defender os empregos – e passou a negociar, fazer acordos que permitem aos patrões terceirizar, demitir em massa, e reduzir salários e direitos. Nas assembleias que fazem nas fábricas, na

Tribuna Metalúrgica – jornal do Sindicato publicado diariamente – o Sindicato não fala, não escreve uma só palavra, defendendo, chamando os operários a lutarem pela redução da jornada sem redução de salários; chamando a lutar contra a terceirização; alertando os trabalhadores de que a terceirização significa demissão, precarização de salários e de direitos. Por isso, quando entregamos o Boletim Nossa Classe na Mercedes e demais fábricas, os companheiros nos perguntam “como conseguir a redução da jornada sem redução de salários?” A única forma de conseguir é aprovando a greve com a ocupação da fábrica; organizando o piquete e o comando de greve pelos próprios operários, para impedir os fura-greves; exigindo que o Sindicato convoque uma assembleia geral dos metalúrgicos do ABC, para estender e unificar a luta contra a terceirização e a demissão, que não acontecem apenas na Mercedes. É lutando pela estatização sem indenização da Mercedes e demais empresas, sob o controle operário, coletivo da produção. ■

## **Distribuição do Boletim Nossa Classe e agitação na porta da Volks**

O Boletim sindical Nossa Classe está trazendo aqui uma matéria sobre qual a posição que a classe operária tem de ter diante dessas eleições de outubro, que vão eleger um novo governo burguês. Livraremos-nos de um governo burguês fascizante e ditatorial, e colocaremos um governo burguês democratizante, será isso? Será que a democracia burguesa oligárquica vai permitir um governo democratizante, que sirva aos interesses dos trabalhadores? Nós achamos que não! Nós, do Partido Operário Revolucionário, defendemos que a classe operária tem de se manter no campo da independência de classe. Tem de defender as suas reivindicações, que é o direito ao trabalho, salário, direito à saúde, o direito à assistência médica e a Previdência. Nas eleições de 2 de outubro, a classe operária deve manter a independência de classe. A classe operária não pode se juntar aos partidos da

burguesia, não pode alimentar nenhuma ilusão nos partidos da burguesia, com os partidos patronais, latifundiários, que assassinam indígenas, camponeses, que discriminam as mulheres, os negros, esses são os partidos da burguesia, que têm uma política de ataque aos direitos elementares dos oprimidos, dos explorados, da classe operária e dos demais trabalhadores. Portanto, nós temos de manter a independência de classe. Nenhum voto nos partidos da burguesia. E nós estamos dizendo, aqui, que é necessário não alimentar a ilusão no parlamento burguês, que temos de nos organizar, como classe operária independente, para defender as reivindicações, que é a defesa do emprego, a defesa do salário. Você vê que a Mercedes anunciou aí a demissão de 3.600 trabalhadores. Nós estamos dizendo que é necessário enfrentar com luta, um combate em defesa dos companheiros

da Mercedes. Nenhuma demissão! Temos de defender a redução da jornada, sem redução dos salários, para que os trabalhadores da Mercedes mantenham os seus empregos. Para isso, os sindicatos têm de estar presentes, têm de convocar assembleia com os operários da Mercedes, e convocar assembleia geral dos metalúrgicos do ABC, e tirar um plano de lutas, em defesa dos companheiros da Mercedes e das demais fábricas, que estão demitindo, que estão fechando, aqui na região do ABC. Esse é o caminho, o caminho da luta, o caminho, no caso do ABC, tem de ser o da greve com ocupação de fábrica, não tem outro caminho. A Mercedes já anunciou a sua determinação, vai demitir 3.600 trabalhadores, e a política operária tem de se colocar presente nessa hora, tem de organizar a luta imediata, para organizar o combate, não tem de ter ilusão alguma na mesa de negociação

com a multinacional alemã.

Os sindicatos têm de parar de fazer corpo mole. Estão todos imbuídos na campanha eleitoral, e não se lembram de defender a classe operária. Essas 3.600 demissões já estavam anunciadas. Nós tivemos o fechamento, aqui, da Toyota recentemente, em 2019, o fechamento da Ford. Então, estamos dizendo que a classe operária está sendo eliminada aos poucos, com o fechamento de postos de trabalho e o aumento da terceirização. As multinacionais estão tirando, trocando o trabalhador mais experiente, mais antigo, que ganha um pouco mais de salário, e trocando por um trabalhador terceirizado, sem direito algum, com baixo salário, e praticamente sem nenhum direito. É necessário defender os companheiros da Mercedes, é isso que o boletim Nossa Classe vem aqui dizer aos companheiros da Volkswagen. ■

## Boletim Nossa Classe – Ectista -setembro

O Boletim de setembro traz um breve balanço da Campanha Salarial. A chamada do Boletim resume alguns aspectos em torno dela: “Campanha Salarial 2022/2023, balanço: Negociação sem luta, migalhas do lucro bilionário e liberação para a burocracia sindical”.

A greve, que havia sido marcada para setembro, não ocorreu. Já no dia 6, as direções das duas federações, FINDECT e FENTECT, fecharam o acordo com a empresa estatal, com a intermediação do TST. O Acordo Coletivo de Trabalho de 2022/2023 prevê reajuste no salário e no vale-alimentação de 10,12%, IPCA dos últimos doze meses. O acordo sem luta ficou muito aquém das necessidades de uma categoria que sofreu rebaixamento salarial em 2020, com o corte de diferentes cláusulas do então ACT, e que garantiu, só nos últimos dois anos, mais de R\$ 5 bilhões de lucro, para os caixas dos Correios. O Boletim explica que, com o aumento dos lucros, a exploração do trabalho também aumenta, de modo que os salários ainda baixos dos ectistas os colocam em uma situação de superexploração, numa fase de crescimento da empresa, que pretende ser privatizada pelos governos.

O balanço do Boletim também apresenta outros dois pontos, vistos como muito “vitoriosos” para a categoria, e um “reco” da direção da Empresa: a aprovação do PLR de dois anos, e a liberação sindical de dirigentes. Sobre o primeiro ponto, o Boletim afirma se tratar de uma migalha, que serve para não elevar, de fato, os salários, e que é retirado, assim que os lucros diminuem. Sobre o segundo, constatamos que a liberação sindical não tem servido para que os dirigentes organizem a luta de forma permanente, com comitês de mobilização, com assembleias nos locais de trabalho, com a preparação antecipada das Campanhas; a liberação sindical tem funcionado como um privilégio para uma casta burocrática, que se afasta do trabalho, e que permanece assim por anos, décadas, desvinculada das bases sindicais.

Além do balanço, o Boletim apresenta a posição classista para as eleições gerais na nota: “Não há um ‘programa’ para o novo governo, que será burguês e atenderá os interesses do grande capital: chama a votar nulo, em defesa das reivindicações e do método de luta próprio dos explorados. A nota é uma resposta à campanha que, tanto a direção da FINDECT (PCdoB), quanto da FENTECT (PT e correntes de esquerda), têm feito nos últimos meses, para chamar o voto na chapa de Lula/Alckmin. Os sindicalistas querem fazer crer que é só entregar uma carta de reivindicações para o candidato progressista, que os problemas dos trabalhadores estarão resolvidos. A direção sindical mente, sobre os acordos que todos os grandes partidos, incluindo o PT, já fizeram com o capital financeiro, e que levarão à manutenção da política de ataque à vida das massas. Em oposição a esta política eleitoral, o Boletim defende o Voto Nulo, com base em um conjunto de reivindicações e dos métodos de ação direta para projetá-lo. Defende a construção do Partido Operário Revolucionário, que encarna o programa de reivindicações de defesa da vida das massas, diante da barbárie capitalista.

Como nos últimos meses, o Boletim apresenta a Campanha internacionalista do CERQUI/POR, pelo fim da Guerra na Ucrânia. A posição do CERQUI é mostrar que a atual guerra entrelaça a crise mundial do capitalismo ao conflito. Que as tendências bélicas, impulsionadas pelo imperialismo, só crescem e que a Rússia, cercada pela OTAN, se protege exercendo a opressão nacional sobre o país vizinho. Para materializar esta campanha, o CERQUI levanta as bandeiras que podem unificar o proletariado russo, ucraniano e europeu, quais sejam: fim imediato da guerra, desmantelamento da OTAN e das bases militares norte-americanas, revogação das sanções econômico-financeiras à Rússia; autodeterminação do povo ucraniano e integralidade territorial; e retirada das tropas russas da Ucrânia. ■



## Boletim da Corrente Proletária – Docentes ANDES-SN e SINASEFE - Setembro

O Boletim da CPE trouxe três matérias, as quais se centram na crítica à política das correntes e partidos de esquerda, que dirigem os movimentos e os sindicatos, e que se enfileiraram todas por detrás das eleições burguesas, suspendendo qualquer luta, no presente momento.

A matéria central, de conjuntura, “A vida das massas não será defendida por meio das eleições”, mostra como as ilusões democráticas são periodicamente realimentadas pela posição das esquerdas, que chamam sempre a votar em candidatos “progressistas”. No momento, a frente ampla burguesa apresenta a justificativa de que precisa vencer o fascismo, embora não tenha realizado nenhuma luta consequente contra o governo direitista, nos últimos quatro anos. A matéria explica que os fenômenos políticos estão ligados a causas econômicas. E que a ascensão da ultradireita é parte da crise atual do capitalismo. Sintetiza a posição que deve ser defendida no interior dos movimentos e sindicatos: “Seja em um governo de esquerda ou de direita, os movimentos e os sindicatos precisam manter sua independência de classe, o que significa adotar um programa e um método apoiado nas reivindicações e na ação direta nas ruas. Não se derrota o ‘fascismo’ pelas eleições, não há um único exemplo na história que comprove isso. Também não se acaba com a fome, o desemprego, as péssimas condições de trabalho, o rebaixamento da força de trabalho por meio de candidatos “progressistas”. Para se contrapor às ilusões democrático-burguesas, a matéria defende o Voto Nulo, que se assenta no programa próprio de reivindicações dos explorados, que nenhum dos candidatos pode levantar, por seus acordos com o grande capital, e nos métodos da ação direta. A ausência de um poderoso partido revolucionário impede que este programa possa ser expresso para as massas enganadas pela campanha bilionária, mas a defesa do Voto Nulo é também a defesa programática, que coloca a necessidade de construção do partido operário revolucionário, que encarne este programa e este método no seio das massas, para que este ciclo infernal, de exploração, de crise após crise, possa ser rompido pelo levante das massas que erguerão, contra os governos burgueses e seu Estado, um governo operário e camponês”.

A segunda matéria do Boletim continua trazendo a posição da Corrente Proletária/POR sobre a questão das Centrais Sindicais: “14º CONAD Extraordinário do ANDES-SN: um balanço da CSP-Conlutas, para quem quer romper com a Central”. Estando previsto um Conselho Extraordinário, em novembro, para fazer balanço da CSP-Conlutas, e debater a desfiliação, os militantes da Corrente têm defendido que a discussão sobre a CSP-Conlutas neste momento é oportunista, porque serve para a política do PCB e do PSOL, que querem desfiliar da Central e construir “Fóruns” de luta. Ao lado do PCB e do PSOL, que integram a direção do ANDES-SN, as alas mais oportunistas do PT usam o momento para pedir o retorno à CUT, depois da tentativa fracassada de construir o PROIFES no interior do movimento docente universitário. Defendemos que qualquer balanço só pode ocorrer de forma consequente, se se avaliam as derrotas do proletariado brasileiro, nos últimos anos, que o

balanço deve ser de todo o movimento sindical, e do profundo colaboracionismo que uniu todas as Centrais e sindicatos em uma mesma política, mas que as mantém separadas pelo aparelhismo partidário. Elencamos como síntese da discussão: “a) não se pode realizar um balanço de um organismo separado da luta de classes em que se desenvolveu; b) a posição corporativista é, no fundo e sempre, uma posição aparelhista, de grupos e correntes, que não querem realizar a disputa política, mas que querem ter um controle do seu “próprio” aparelho”; c) vivemos um período, que ultrapassa os últimos dez anos, de profunda conciliação de classe, o que significou a imposição de contrarreformas, de desemprego em massa, e rebaixamento do valor da força de trabalho; d) é preciso ter como princípio, não a fragmentação em vários sindicatos e Centrais, mas a defesa de uma “Única Central, Classista e Democrática”, o que significa lutar contra toda burocracia sindical, dividida em uma dezena de centrais”. Como parte desta matéria, publicamos a denúncia dos companheiros da UERN, que acompanharam uma assembleia para tirar delegado e observador para este CONAD, mas sem debater as posições no interior da base. A ação da direção petista nesta seção sindical, ADUERN, mostra bem qual o caminho que este CONAD vem assumindo, e qual é o objetivo das correntes que querem produzir mais uma divisão no seio do movimento sindical.

Por fim, o Boletim trouxe como última matéria um balanço do VIII Congresso do SINTEFPB, da seção sindical do SINASEFE na Paraíba. A matéria já estampa em seu título a síntese da crítica: “Eleitoreiro e burocratizado: Não respondeu aos ataques do governo aos servidores”. O Congresso aconteceu entre 15 e 18 de setembro, e esteve voltado à tarefa de chamar o voto no PT, de modo que “a direção do PSOL/Resistência, assim como fez no Sinasefe nacional, promoveu um Congresso eleitoreiro, ao ponto de confeccionar e distribuir, na mesa de credenciamento, santinhos e adesivos de carro da chapa Lula/Alckmin”. Além do caráter eleitoreiro, houve alguns debates sobre os Estatutos e a organização sindical, como a possibilidade de realização de assembleias virtuais, defendida pela direção do sindicato, e combatida duramente pela Corrente Proletária. Na parte de avaliação das lutas, a direção sindical chamou a última greve da categoria de um “erro” político e, contra nossa proposta de “Dia Nacional de Luta”, afirmou que estes dias nacionais são um “fracasso”. A direção sindical omite, esconde o papel das direções, de seu próprio papel, quando desmobiliza, não chama as bases, não impulsiona os movimentos. O sindicato se mobiliza para um congresso eleitoreiro, e para comitês eleitorais, mas não para a mobilização permanente das bases, embora, como se viu em mais este Congresso, depois responsabiliza a base pela passividade. A CPE/POR atuou no Congresso com teses, banca, manifesto e fala, e buscou expressar em sua atuação um programa de reivindicações gerais e particulares, apoiado nos métodos da ação direta, para se contrapor à política colaboracionista da direção, e para defender a vida das massas na atual situação de crise capitalista.



## Ceará

**Boletim da Corrente Proletária na Educação**

O Boletim da Corrente Proletária na Educação/POR, distribuído na assembleia dos professores da rede estadual, traz os seguintes eixos: depois da longa de disputa interburguesa na justiça, o governo federal resolveu repassar os recursos dos precatórios aos estados e municípios. Certamente, a pressão de governadores pela liberação dos recursos existiu, já que estamos em ano eleitoral.

A governadora Isolda Cela (sem partido) defendeu o entendimento de que os recursos deveriam ser pagos para os docentes, que trabalharam entre 1998 e

2006 (anos de vigência do FUNDEF), mas a direção da APEOC defendeu o acordo judicial com o governo, para que todos recebam (efetivos, temporários e aposentados). O Boletim mostra que se trata de uma pauta corporativa da categoria.

O Boletim traz ainda a defesa da Corrente Proletária/POR, de que o governo atenda a reivindicação da categoria, ou seja, que o governo pague a todos de acordo com a carga horária e o tempo de serviço, e que atenda não apenas os que trabalharam até o ano de 2006. Além disso, denuncia que a direção do sindicato

não quer se chocar com o governo, porque, ao invés de construir uma grande assembleia, recorre a negociações e mobilização via rede social.

Por fim, o Boletim defende a retomada das mobilizações da categoria, uma assembleia geral, que aprove defesa do salário, emprego, direitos trabalhistas, revogação das contrarreformas, convocação de todos professores do cadastro de reserva, abaixo os descontos previdenciários de 14%, pagamento dos precatórios já a todos da categoria, e fim do EAD.

## São Paulo - USP

**Está colocada a tarefa de organizar uma oposição revolucionária às direções estudantis conciliadoras e eleitoreiras**

Em 20 de julho, ocorreu uma paralisação dos estudantes da USP, cujo estopim foi a falta de água em um dos blocos do Conjunto Residencial da USP (CRUSP). Esse acontecimento, contudo, foi apenas uma recente expressão da política sistemática da reitoria e governo do estado, objetivada em minar as condições de permanência estudantil na universidade e, a partir do sucateamento, avançar com suas pretensões privatistas. Nesse contexto, desde o último ano, a Corrente Proletária Estudantil tem travado uma campanha contínua contra a interdição de todo um bloco de moradia, feita sob um falso pretexto de “reforma”, sem estar sob o controle dos estudantes, e contra a permanência de uma base fixa da Polícia Militar, e a instalação de uma faculdade privada no campus da universidade. Tem defendido a necessidade de os estudantes se organizarem por meio de seus métodos próprios, para defender as reivindicações que de fato expressam as condições de permanência na universidade, como o reajuste de bolsas estudantis para o valor de um salário mínimo, e a devolução dos blocos K e L – originalmente pertencentes ao CRUSP, mas tomados pela reitoria, ainda durante o regime militar – para que sirvam de moradia, sob o controle dos estudantes.

A direção do DCE (PSOL, PCB e UP), contudo, tem se limitado a declarar como uma “vitória” o compromisso da reitoria em resolver o problema da falta de água

– sem questionar o fato de que hoje a USP possui um bloco a menos para servir de moradia – e tem defendido a condução de uma “reforma democrática” no CRUSP, sob o controle da reitoria, e em oposição ao controle estudantil, além de se ter oposto a convocar uma nova assembleia geral dos estudantes, para organizar a continuidade da luta, após a paralisação do dia 20. Fato é que sua política de contenção do movimento objetiva sua subordinação à campanha eleitoral, em torno da qual tem defendido a bandeira “USP Antifascista: Contra Bolsonaro, o Golpismo e a Fome”, sustentando que o objetivo prioritário é “derrotar Bolsonaro”, independentemente de qual governo vier a ser eleito.

Sob essa condição de manifestação da crise de direção sobre a universidade, a Corrente Proletária tem trabalhado para constituir as bases para uma oposição revolucionária às atuais direções estudantis. Um marco foi a formação, no primeiro semestre, de uma chapa para disputar as eleições do Centro Acadêmico do Instituto de Física (CEFISMA), intitulada Transição de Fase, que, junto a militantes do POR e independentes, agora se constituiu como uma frente de intervenção aberta ao conjunto dos estudantes da USP. Essa frente tem publicado boletins regulares – denunciando a política das direções do CEFISMA e DCE, contrapondo-as à política de organização dos estudantes por meio de seus métodos próprios em defesa de suas

*As atuais condições de refluxo do movimento dos explorados em nível nacional e, por consequência, no âmbito da universidade, impedem a consolidação de passos mais amplos em direção à derrubada das atuais direções conciliadoras e eleitoreiras.*



desburocratização do CEFISMA, e por sua retomada enquanto instrumento democrático e de luta próprio dos estudantes.

As atuais condições de refluxo do movimento dos explorados em nível nacional e, por consequência, no âmbito da universidade, impedem a consolidação de passos mais amplos em direção à derrubada das atuais direções conciliadoras e eleitoreiras. Contudo, a experiência recente da Corrente Prole-

tária na USP tem demonstrado ser possível estabelecer as bases para formar a militância capaz de expressar uma direção revolucionária no seio do movimento estudantil na universidade, quando este começar a se movimentar em defesa de suas reivindicações.

## Campanha contra as eleições burguesas

Temos feito curso de formação no

Instituto de Física, tendo como base o texto: "tática leninista de intervenção nas eleições". Esse curso tem sido feito juntamente com a frente (Transição de Fase), que se formou ao redor das eleições ao centro acadêmico, que se mantém ativa até o presente momento. Essa frente elaborou um cartaz específico sobre as eleições, que foi publicado no Instituto de Física da USP.

São Paulo

## Boletim da Corrente Proletária Estudantil - UFABC

O Boletim da Corrente Proletária na Educação (CPE) da Universidade Federal do ABC (UFABC) faz um chamado a estudantes e trabalhadores, para se organizarem em defesa da universidade pública. Considerando o retorno das aulas totalmente presenciais, demonstra que a imposição do EaD, sob o argumento de defesa da vida, se tratou de uma mentira da burocracia universitária. Denuncia a implementação do ponto eletrônico, por ampliar a vigilância punitiva sob o trabalhador, e também o teletrabalho, que divide e atomiza a categoria, precariza as condições de trabalho, inclusive isentando a universidade de fornecer todos os meios necessários à realização do trabalho, e prejudica o funcionamento da universidade e seu caráter de serviço público. Denuncia a terceirização, defendendo a incorporação dos trabalhadores terceirizados ao quadro técnico-administrativo da universidade, sem a necessidade de concurso público. O Boletim da CPE-UFABC também denuncia a ameaça de demissões na planta de São Bernardo do Campo da Mercedes-Benz, e faz um chamado para estudantes e trabalhadores participarem das atividades de formação e intervenção da CPE no ABC Paulista.

Bahia

## Assassinato na escola é expressão da barbárie capitalista

Nós, militantes do Partido Operário Revolucionário (POR), nos sensibilizamos com a morte da estudante Geane da Silva Brito, de 20 anos, que foi assassinada dentro da escola cívico-militar Eurides Sant'anna, localizada no município de Barreiras (BA), que, no dia 26 deste mês, passou por uma tragédia. Por volta das 7h, um garoto de 14 anos pulou o muro, armado com um revólver calibre 38 e um facão, em seguida atirando contra os alunos e matando assim a Geane, que é cadeirante, e por isso não pôde fugir tão rápido quanto os outros alunos que se salvaram. Além de ter sido atingida pelas balas, ela também foi brutalmente esfaqueada, e morreu antes mesmo da chegada da PM. Após a chegada da polícia, houve uma resistência por parte do atirador, que foi baleado e levado ao hospital.

Investigações confirmaram que o atirador era um aluno do colégio, alguém descrito como quieto e não muito presente na escola. Revelaram também comentários preconceituosos na internet, muitos até mesmo de cunho racista. A arma utilizada na ação foi pega do próprio pai, subtenente aposentado no Distrito Federal. Vale lembrar que esse é o segundo caso envolvendo armas e escolas, em menos de uma semana. Como foi o caso, no dia 27/09, em Taubaté (SP), de uma menina de 12 anos, que matou, com um tiro na nuca, sua amiga de 13 anos, por conta de um desentendimento com ela, com uma arma que diz ter conseguido na casa de um parente. Como se vê, desentendimentos nas escolas se transformam em tragédias, como essas que descrevemos.

A crise econômica capitalista tem levado ao aprofundamento da barbárie social. Em meio a essa situação, os agrupamentos pacifistas dizem que Jair Bolso-

naro (PL), por meio de decretos, flexibilizou o acesso a armamentos, o que tem aumentado a compra de armas. Não! Os decretos de Bolsonaro visam a flexibilizar as compras de armas para a ultraminoria capitalista, os latifundiários, grileiros, madeireiros, enfim, para a burguesia. Visam tão somente proteger a propriedade privada dos meios de produção, e a combater as populações indígenas, os camponeses pobres, que lutam pela sobrevivência. Não dizem respeito ao armamento da população.

O POR vem mostrando como a decomposição do capitalismo atinge duramente a juventude pobre. A escola acaba refletindo as contradições da sociedade, que se desagrega. Não por acaso, crescem a violência e a discriminação racial e homossexual no interior das unidades escolares. E a resposta, por parte dos governantes, que incluem a maioria das direções de escolas, é recorrer às ações policiais e aos conselhos tutelares. Por outro lado, os estudantes, muitas vezes vítimas de preconceitos, reagem, usando as armas de que dispõem (facas, estiletes, revólveres, etc.), não se importando com as consequências que recaem sobre ele próprio (prisão, morte). O Boletim da Corrente Proletária defende reivindicações como: emprego e escola a toda a juventude, por meio da bandeira: Nenhum jovem desempregado, nenhum jovem fora da escola; organização dos grêmios estudantis, para lutar por melhores condições de ensino; fim dos projetos privatistas dos governantes, como o ensino a distância; o sistema único, público, científico, voltado à produção social, em todos os níveis. O que implica a luta pela estatização da rede privada de educação, sem indenização. ■



# Intervenção do Partido Operário Revolucionário na reunião da CSP-Conlutas

Aconteceu, no dia 17/09, pela via virtual, a reunião da Coordenação Nacional da CSP-Conlutas. O centro da atividade foi o debate eleitoral. Estavam convidados para participar, três candidatos: Vera Lúcia, do PSTU; Leonardo Pércles, da UP; e Sofia Manzano, do PCB. Os dois últimos não compareceram, enviando justificativas de antemão. Com as desistências, houve mudanças na programação da Coordenação, que ficou toda concentrada no próprio sábado: pela manhã,

o debate com a Vera; pela tarde, a discussão e aprovação das resoluções e dos relatórios dos diversos setoriais. Como se vê, o encontro serviu tão somente à política eleitoral do PSTU.

O Partido Operário Revolucionário participou da atividade, fazendo a crítica da forma virtual da reunião, além de apresentar informes sobre a realização do V Congresso do CERQUI, e sobre a perseguição política à companheira professora Perla.

## Pronunciamento do POR

O primeiro ponto que tenho de tratar é informar aos presentes na reunião que, no final de semana passada, houve o Quinto Congresso do Comitê de Enlace pela Reconstrução da Quarta Internacional (CERQUI), que é uma organização que congrega o POR da Bolívia, o POR da Argentina, o POR brasileiro e um Comitê Construtor, no Chile. A principal colocação que aprovamos nesse Congresso foi a necessidade de construir os partidos-programa, o partido mundial da revolução socialista e combater a crise de direção revolucionária. O tema da Ucrânia foi um aspecto que ocupou o centro do debate, discutimos a caracterização da Rússia, inclusive atualizando o nosso programa em relação a isso, e reafirmamos as bandeiras de nossa campanha: fim da guerra na Ucrânia, desmantelamento da OTAN e das bases militares norte-americanas, revogação das sanções econômicas dos Estados Unidos e aliados à Rússia, autodeterminação, integralidade territorial e retirada das tropas russas da Ucrânia. Reafirmamos a tese marxista de que somente a classe operária unida, sob seu programa e métodos de luta, pode encontrar uma saída progressiva para a guerra, e evitar que os Estados Unidos levem os países a uma nova guerra mundial.

O segundo ponto que quero tratar é sobre a campanha contra as perseguições políticas, sobre a repressão que sofrem os lutadores. Temos uma campanha em curso em defesa da professora, do litoral norte de São Paulo, a companheira Perla, que está sendo perseguida, ameaçada de punição, em função de ter apoiado os estudantes em sua luta, na escola onde atua, contra o PEI (ensino integral). Acon-

tece que não se trata apenas de defender a companheira Perla, mas do conjunto dos lutadores. A CSP-Conlutas assinou uma moção em defesa da Perla, incluindo os seus sindicatos, uma decisão acertada, muito importante para nós, e agradecemos por isso. É preciso, porém, manter alta essa campanha, reforçar a defesa dos lutadores contra a perseguição que é empreendida pelo Estado capitalista e seus agentes.

O terceiro ponto é sobre as eleições. O POR tem uma Declaração sobre o assunto, que está em seu jornal. Temos defendido uma tática e uma estratégia para essas eleições, que apresenta como principal aspecto a defesa das reivindicações dos explorados. São as reivindicações que unificam as massas para enfrentar os ataques que são desfechados pela burguesia. É preciso defender um programa próprio, com independência de classe, que passe também pela defesa dos métodos de organização próprios dos explorados, da democracia coletiva. Deixo registrado aqui, inclusive, o nosso protesto contra o formato virtual desta reunião, precisamos organizar os trabalhadores através das reuniões presenciais. Sequer existe ainda o argumento da Pandemia, não faz o menor sentido. É importante que os trabalhadores se organizem em seu próprio campo, com seus próprios métodos, e para isso precisamos das reuniões presenciais. Essa colocação serve como crítica à CSP-Conlutas.

O fundamental da nossa tática passa pela defesa do programa próprio dos explorados, que se sintetiza na estratégia de poder, que é a do governo operário e camponês. Para nós, a defesa do voto nulo

nessas eleições é a que condensa a defesa da independência política dos explorados e da necessidade de combater imediatamente a pobreza, a miséria, a fome, a violência e tudo o que o capitalismo impõe sobre o conjunto dos explorados, como expressão da ditadura de classe exercida pela minoria exploradora, contra a maioria explorada. Está claro que existe uma ilusão democrática muito grande, que vai arrastar uma parte dos trabalhadores e

***O POR tem uma Declaração sobre o assunto, que está em seu jornal. Temos defendido uma tática e uma estratégia para essas eleições, que apresenta como principal aspecto a defesa das reivindicações dos explorados.***

da juventude para a defesa da candidatura de Lula; sabemos que o bolsonarismo de fato arregimenta um setor importante da classe média, mas, para combater a ultradireita, para combater o conjunto dos ataques que temos sofrido, precisamos defender que o proletariado esteja a frente de um levante nacional, unificado, inclusive para responder ao problema imediato da Mercedes, com as 3.600 demissões. Concluo levantando a necessidade de organizar um dia nacional de lutas, proposta que a CSP-Conlutas deve encampar, como preparação de uma greve geral, que é o caminho para defender os operários da Mercedes, do proletariado de conjunto, dos trabalhadores em geral e da juventude oprimida.

## Empresas fechando, demitindo em massa, e o sindicato metalúrgico dando curso a seus diretores de como desenvolver a indústria

A Tribuna Metalúrgica do Sindicato Metalúrgico, de 22 de setembro, trouxe uma matéria sobre a realização de um seminário nacional, com o tema “Futuro da Indústria: Desafios da Política Industrial”, organizado pela IndustriALL-Brasil, em São Paulo. O diretor executivo dos Metalúrgicos do ABC, e presidente da IndustriALL-Brasil, Aroaldo Oliveira da Silva, destacou a necessidade “de um pacto pelo desenvolvimento produtivo, que seja inclusivo e sustentável”.

Perguntamos: quais as propostas que saíram desse seminário da IndustriALL-Brasil, para defender os empregos, os salários e os direitos? Nenhuma. Não houve nenhum desenvolvimento produtivo, nem inclusivo, nem sustentável. Na realidade, a direção do sindicato fez um pacto com os patrões, abandonou as reivindicações da classe operária, e passou a fazer acordos de terceirização, lay-off, demissão em massa, por meio de PDVs e fechamento de fábricas.

Enquanto a direção do sindicato organiza cursos para seus diretores, de como “desenvolver a indústria”, os patrões, com a ajuda desses mesmos traidores, estão demitindo e fechando as fábricas. A Toyota fechará a fábrica de São Bernardo do Campo, em dezembro. A Mercedes-Benz anunciou a terceirização e a demissão de 3.600 trabalhadores. Na Volks, mais de mil trabalhadores estão em casa, de lay-off, com contrato de trabalho suspenso, e ameaçados de serem demitidos. A fábrica Tupy, multinacional que produz componentes estruturais, em Mauá, anunciou que fechará dia 30 de setembro, demitindo 220 trabalhadores. Não é possível, ao contrário do que afirma a direção do sindicato meta-

lúrgico, em seus seminários e cursos, desenvolver a indústria nacional pela via democrática, elegendo o governo Lula ou qualquer outro governo burguês. A crise econômica do capitalismo é estrutural. As forças produtivas altamente desenvolvidas se chocam com a propriedade privada, monopolista, dos meios de produção. Muitas montadoras produzem anarquicamente carros, caminhões e ônibus, e causam uma crise de superprodução. As empresas introduzem novas tecnologias na produção, inclusive com robôs, e demitem os operários.

A única forma de desenvolver a indústria nacional será expropriando a burguesia do poder, por meio de uma revolução social, e a constituição de um governo operário e camponês, a ditadura do proletariado. Só um governo operário e camponês poderá estatizar sem indenização as montadoras, toda a indústria, e setores da economia, e implantar o controle operário coletivo na produção. Dessa forma, sem patrões, com as fábricas sob o controle operário, as novas tecnologias, inclusive com a introdução de robôs na produção, poderão ser utilizadas para melhorar as condições de trabalho e segurança da classe operária; será possível implantar a redução da jornada de trabalho sem redução de salários, dividir as horas necessárias para produzir nacionalmente entre todos os aptos ao trabalho, para garantir emprego a todos os trabalhadores, empregados e desempregados, acabando com o desemprego, a miséria e a fome. Para isso, é necessário expulsar a direção traidora, e recuperar os sindicatos para a luta de classes. Construir oposição de luta, independente, classista e revolucionária, em todas as fábricas.

Fechamento da fábrica Tupy, em Mauá

### Mais um exemplo de que, sem luta, vence o patrão

*Só há uma resposta operária: ocupar a fábrica e exigir a estatização, sob o controle operário da produção*

Depois do anúncio de demissão de 3.600 metalúrgicos na Mercedes, veio o comunicado da Fundação Tupy, que fechará sua fábrica de Mauá, no dia 30 de setembro. A justificativa do capitalista é sempre a mesma: o custo de produção em Mauá é muito alto, em comparação com suas outras fábricas em Betim (MG) e Joinville (SC). E apresentou a proposta de transferência dos operários para uma dessas unidades, ou a aceitação do “pacote” de demissão.

A direção do Sindicato Metalúrgico, vinculada à Força Sindical, em assembleia, se limitou a repetir a proposta da empresa. Disse que, dos 220 operários, 69 aceitaram a transferência, e terão até 19 de outubro para se apresentarem no local indicado. Não disse as reais razões da aceitação, que é a condição de boa parte desses metalúrgicos ser sequelada. E, para esses sequelados, que têm estabilidade, a empresa ofereceu a transferência. No entanto, o relato de um operário expressa bem a situação: “Tenho estabilidade até a aposentadoria, pois, manuseava benzeno. Hoje, não posso ter acesso ao chão-de-fábrica, pois, tenho problema em ter contato com produtos químicos. Escolhi ir para Betim, até porque não consigo emprego fora daqui”. Para os que não têm estabilidade, a proposta da empresa se resume à manutenção do convênio médico, e vale

compras por seis meses, e três salários nominais. Portanto, a mesma que fez, em 2017, para demitir centenas de operários.

Lamentavelmente, a fala do patrão, de que “sindicato e empresa estão acompanhando e orientando os colaboradores de forma ainda mais próxima, neste momento de transição”, é o que vem de fato ocorrendo. Para o capitalista, trata-se de uma direção sindical servil, que aceita a demissão, em troca de indenizações, que oculta dos operários que, nas unidades de Betim e Joinville, os salários são menores, cerca de 70% do que recebem em Mauá, e que os chamados “benefícios” são inferiores.

A ausência de uma comissão de fábrica classista e de uma oposição de luta à direção do sindicato são os grandes obstáculos para a luta dos operários, que vêm sendo demitidos pelo fechamento de fábricas.

O Boletim Nossa Classe, diante do fechamento de fábricas, tem feito a campanha pela ocupação e estatização das fábricas fechadas e controle operário da produção. Isso porque essa é a única resposta para garantir os empregos. E trabalhado pela construção de uma oposição classista e de luta, para expulsar os traidores da direção dos sindicatos.

## Rio Grande do Sul Modificar o rumo para combater a privatização da Corsan

No final de setembro, ocorreu mais uma manifestação contra a privatização de empresas municipais e estaduais, como a Companhia Riograndense de Saneamento (Corsan), e o Departamento Municipal de Água e Esgoto (DMAE), em Porto Alegre. Contou com dirigentes da CUT, de sindicatos como o Sindiágua e Simpa, do Movimento dos Atingidos por Barragens e de entidades populares.

Com centenas de ativistas, o movimento se limitou às ações simbólicas, a exemplo do abraço ao prédio da Corsan, e ao eleitoralismo. Não faltaram discursos apontando as eleições de outubro como a via para mudar a política privatista dos atuais governantes. Fala como essa *“Estamos em um momento decisivo, momento em que precisamos conscientizar a população sobre seu voto e sobre o que está em jogo... Precisamos decidir nas urnas o futuro da sociedade gaúcha”*, só contribuem para alimentar ilusões eleitorais de que é possível barrar a privatização trocando um governo burguês por outro.

As direções sindicais sabem que os governantes já decidiram pela privatização. De nada valerão atos simbólicos e a “caça do voto”. Para lutar contra a privatização, é preciso que as direções sindicais convoquem as assembleias nos sindicatos, e constituam os comitês de luta nos bairros. Que estejam dispostas a organizar os explorados, para enfrentar a política privatista dos governantes. Sem os poderosos atos de rua, e sem avançar nos métodos próprios dos trabalhadores, não será possível barrar a entrega da Corsan.

## Trabalhadores de diversas categorias exigem um piso salarial nacional

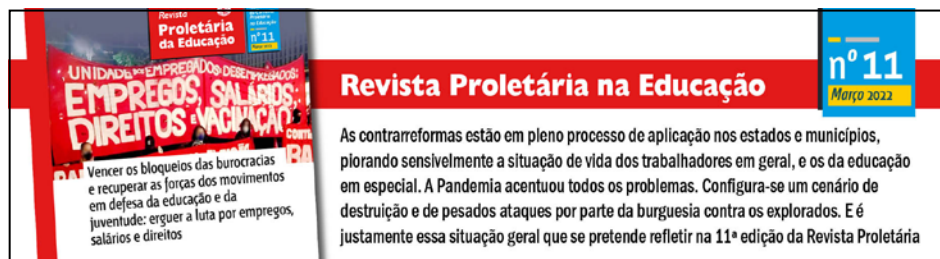
Os profissionais de enfermagem conseguiram que o Congresso Nacional aprovasse um piso nacional, estipulado em R\$ 4.750,00, para enfermeiros, e R\$ 3.325,00, para os técnicos em enfermagem. Mas, logo o Supremo Tribunal Federal aceitou uma ação da Confederação Nacional da Saúde, que representa os interesses de grupos econômicos privados de saúde e Santa Casas, e suspendeu a implementação do piso. Até o momento, permanece o impasse. O que tem provocado paralisações desses trabalhadores, em vários estados.

A aprovação do piso salarial da enfermagem trouxe à tona a reivindicação de inúmeras categorias em também obter um piso profissional. Verificou-se que há 156 projetos no Congresso, e que vêm crescendo, ano a ano. Isso ocorre pelo fato de trabalhadores exercerem a mesma função, pertencerem a mesma categoria profissional, e possuírem salários muito diferentes, como é o caso de costureiras, psicólogos, garçons, etc.

A fixação de um piso salarial serve para demarcar a remuneração mínima que uma determinada categoria vai receber, tanto na iniciativa privada, quanto no setor público. Ocorre que os capitalistas e governantes não aceitam estipular um salário-base, porque assim podem impor um piso salarial livremente. É bom lembrar a árdua a luta dos operários para impor o salário mínimo e a jornada de oito horas.

No passado, não muito distante, as direções sindicais e os Congressos de trabalhadores tinham como reivindicação a defesa do salário mínimo do Dieese, como um piso nacional para todas as categorias. Se fosse levar em consideração, hoje nenhum trabalhador poderia receber menos que R\$ 6.298,91. Observem que o piso da enfermagem é inferior a esse mínimo necessário para manter uma família. O piso nacional dos professores é de R\$ 3.845,00, também abaixo. Boa parte dos trabalhadores tem um piso pouco acima do miserável salário mínimo de R\$ 1.212,00.

Como se vê, a luta por um piso salarial nacional não pode ser corporativa. Não pode se resumir a projetos parlamentares para essa ou aquela categoria. Trata-se de uma reivindicação nacional dos trabalhadores, que permite a unidade e as ações coletivas para impor aos patrões e governantes. O valor do piso nacional para todas as categorias deve ser determinado pelas assembleias gerais. Retomar a reivindicação do salário mínimo do Dieese tem o mérito de ser um cálculo de acordo às necessidades de uma família de 4 pessoas. O fundamental está em que essa luta só pode ser conquistada por meio da unidade e dos métodos próprios dos explorados. Cabe às direções sindicais organizar o movimento nacional para ganhar as ruas.



**Revista Proletária na Educação** n° 11  
Março 2022

As contrarreformas estão em pleno processo de aplicação nos estados e municípios, piorando sensivelmente a situação de vida dos trabalhadores em geral, e os da educação em especial. A Pandemia acentuou todos os problemas. Configura-se um cenário de destruição e de pesados ataques por parte da burguesia contra os explorados. É justamente essa situação geral que se pretende refletir na 11ª edição da Revista Proletária

## Escute o Massas, podcast do Partido Operário Revolucionário

ACESSE O NOSSO CANAL:

**anchor.fm/por-massas**

(Através desse link, é possível acessar outras plataformas, como o Spotify)

No podcast Massas, você ouve episódios sobre a conjuntura nacional e internacional, e sobre as manifestações da luta de classes, além de ouvir a cobertura das atividades e atos políticos presenciais realizados pelo POR, dentre outros episódios.



**PARTIDO OPERÁRIO  
REVOLUCIONÁRIO**

# A fome das crianças

*Não há governo burguês que resolva*

A Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul divulgou o relatório “Pobreza Infantil no Brasil”, mostrando o avanço da pobreza, em 2021. Indicou que 44,7% estão em situação de pobreza, e 12,7%, em extrema pobreza, totalizando 57,4%. Esse relatório coloca em percentual o que se vê diariamente nas ruas das grandes cidades. São milhares de famílias vivendo em barracas e de esmolas nos faróis. São mães carregando no colo crianças e suplicando nos trens e metrô uma bolacha, um pão, ou um dinheiro para comprar remédios.

O relatório aponta que *“a criança que vive com R\$ 467,67 está na pobreza”*, e atribui a suspensão do auxílio emergencial do governo de R\$ 600,00 à causa do crescimento da pobreza infantil. Que o aumento da pobreza traz consequências terríveis para o desenvolvimento mental e físico das crianças. Diz, também, que *“A criança que passa fome e está em situação mais precária, exposta a condições não ideais, vai ter produtividade menor no futuro”*, se referindo ao desenvolvimento do Brasil. Essas conclusões, certamente, não são novas. Os relatórios do médico Josué de Castro, no início dos anos de 1930, sobre as condições de vida da classe operária em Recife, mostravam a relação entre a fome e o desenvolvimento mental, físico e social. E em seu livro “Geografia da Fome”, em

1946, estuda o problema da fome no Brasil, onde revela que as causas da fome são sociais, e não naturais. Ficou conhecida a sua frase: *“A fome é a expressão biológica de males sociológicos”*.

O relatório da Universidade se refere ao ano de 2021. Ano marcado pela Pandemia, fechamento de fábricas, demissões, desemprego e subemprego. Período em que as direções sindicais aceitaram os acordos de redução salarial e suspensão de contratos, com o falso argumento patronal de que era a única forma de garantir o emprego. Ano em que o governo precisou dispor de um mísero auxílio emergencial, na tentativa de amenizar a fome de milhões. No entanto, a fome e a miséria continuam ceifando vidas, em particular, mutilando crianças e jovens.

O problema está em como combater essa chaga do capitalismo. Não há como erradicar a pobreza e fome, mantendo a fonte geradora, que é a existência da propriedade privada dos meios de produção. Não há como combater a fome com discursos eleitorais. Está aí a importância da defesa de um programa próprio dos explorados, de seus métodos de luta. É por meio da luta de classe que o capitalismo será derrubado e, no seu lugar, uma nova sociedade sem exploradores e explorados, sem fome e miséria, a socialista, será erguida.

## Formação Política

São Paulo

### Realizado o curso de formação política

A formação política do Partido Operário Revolucionário (POR) realizou-se no dia 25 de setembro. Contou com dois assuntos: “Os 84 anos de fundação da IV Internacional” e “A tática e a Estratégia do POR diante das eleições”. Foram estudados os artigos do Jornal Massas 672 e 673. Atílio fez uma breve colocação sobre os artigos dos dois números do Massas.

Em seguida, apresentou uma síntese sobre a IV Internacional. E o camarada N. fez uma exposição da campanha do partido junto às fábricas durante o período eleitoral.

***Destacamos alguns pontos da síntese sobre a IV Internacional:***

O camarada assinalou que a I Internacional, da época de Marx e Engels, se constituiu no momento em que a classe operária vinha realizando lutas contra a exploração capitalista, adquiria consciência política e organizativa. No entanto, a cisão provocada pelo anarquismo, em seu enfrentamento ao marxismo, impediu a sua continuidade, e foi dissolvida.

A II Internacional, que nasceu no final do século XIX e início do século XX, acabou sendo desviada para o reformismo, e capitulando diante da burguesia nacional, durante a Primeira Guerra Mundial. Lênin travou uma dura batalha em defesa do internacionalismo proletário, mostrando a inviabilidade de recuperar essa Internacional, e a necessidade de pôr em pé uma nova Internacional, desde 1916.

A III Internacional nasceu potenciada pela vitória da Revolução Russa de 1917. Permitiu erguer o Internacionalismo, edificando Partido Mundial da Revolução Socialista, e formando partidos comunistas em boa parte dos países, a exemplo do que ocorreu com a criação do Partido Comunista no Brasil, em 1922. No entanto, a história não caminha em linha reta, há avanços e retrocessos.

Assim, após a morte de Lênin, a burocratização do Estado soviético e a restauração capitalista começaram a ganhar força com Stalin. Sua política de “socialismo em um só país” se opôs ao internacionalismo proletário, base de sustentação da III Internacional. Consequente com a política do socialismo em um só país e da possibilidade de coexistência pacífica com o imperialismo, Stalin e seus asseclas decidiram que a III Internacional havia perdido sua função de Partido Mundial, e resolveram a sua dissolução, em 9 junho de 1943.

Trotsky fez uma árdua luta contra o revisionismo estalinista do marxismo-leninismo. Ergueu a Oposição de Esquerda, em defesa das teses leninistas dos Primeiros Quatro Congressos da III Internacional, e travou um combate pela recuperação da Internacional, que durou de 1923 a 1933, quando se tornou insustentável a política de Stalin diante do nazismo, e a necessidade de uma nova Internacional. Mas, somente em 3 de setembro de 1938, portanto, cinco anos depois, realizou-se o Congresso de fundação da IV Internacional, nas imediações de Paris.

Como se vê, durante dez anos, Trotsky liderou a fração de esquerda, procurando derrotar o revisionismo estalinista, e recuperar a III Internacional. A avaliação de que essa luta se havia esgotado se deu em 1933, diante da capitulação do estalinismo e, assim, da III Internacional frente ao nazifascismo. Já não havia mais sentido agir como fração marxista-leninista. Impunha-se a necessidade de constituir a IV Internacional.

A IV Internacional foi fundada em 1938, quando Trotsky estava no exílio. Ao contrário da III Internacional, a IV Internacional nasceu após a derrota da Revolução Espanhola, portanto não do ascenso da classe operária, mas de refluxo. Porém, teve o mérito

to de recuperar as teses leninistas da III Internacional da época de Lênin, e edificar a vigência do marxismo-leninista, por meio do Programa de Transição, documento que marca sua edificação. Com o assassinato de Trotsky, a direção da IV Internacional não foi capaz de consolidar o Partido Mundial da Revolução Socialista, e acabou se estilhaçando. Hoje, vivemos uma profunda crise de direção, que coloca a tarefa para o CERQUI de superá-la, construindo os partidos revolucionários em diferentes latitudes.

A guerra na Ucrânia, neste momento, expõe a raiz da crise de direção. Não basta reconhecer em geral esse fenômeno histórico. É preciso verificá-lo, em cada situação objetiva da desintegração do capitalismo e da luta de classes. Acontecimentos como o da guerra na Ucrânia revelam aspectos antigos e novos da crise de direção. Cabe à vanguarda com consciência de classe, marxista-leninista-trotskista, cumprir a tarefa de identificar, analisar e compreender as tendências que opõem a revolução e a contrarrevolução, na atualidade.

*Na exposição sobre a intervenção do partido em relação às eleições, o camarada N. destacou dois pontos:*

- 1) O trabalho com o Boletim Nossa Classe nas portas de fábricas, em defesa das reivindicações dos explorados: emprego, salário e direitos trabalhistas. E em torno à bandeira: “Não confiar nas eleições burguesas, confiar em nossas próprias forças”. Nos corredores fabris, foram colados os cartazes com as reivindicações e a bandeira acima. Enquanto as direções sindicais faziam campanha em apoio à candidatura de Lula e de sindicalistas para eleger parlamentares ao Congresso Nacional, o POR vem intervindo em defesa da vida dos trabalhadores, que enfrentam as demissões, os baixos salários, a elevação do custo de vida e a eliminação de direitos. E que as direções sindicais e políticas convocassem um Dia Nacional de Lutas, com paralisações

## São Paulo – Litoral Norte

### Realizado o Curso de Formação Política - tema “O Marxismo e as Eleições”

Foi realizado, no dia 25 de setembro, o curso de formação política, na subseção da Apeoesp em Caraguatatuba, sobre o tema “O marxismo e as eleições”. O tema foi escolhido pela proximidade com as eleições, e pelo fato de a burguesia ter dividido as massas e arrastado os sindicatos e movimentos sociais, dirigidos pelos reformistas e centristas. Foram selecionados dois textos para o debate: O Boletim Nossa Classe de setembro, e o artigo do Jornal Massas 673 “Tática e Estratégia do POR - sobre as eleições”. Debates também, na segunda parte do curso, sobre a perseguição política à professora e conselheira, em 2014, Perla Camila de Melo Martins.

Na plenária, foram expostos pontos importantes dos textos e da disputa eleitoral na atual conjuntura. Um desses elementos é que os explorados são arrastados para eleição com a promessa que, elegendo os candidatos, estariam combatendo a fome, miséria, exploração e criando mais empregos. Trata-se de uma farsa para ludibriar as massas a acreditarem que isso será possível dentro do capitalismo, que precisa, diante da crise econômica, descarregar todos os ataques sobre os ombros dos oprimidos e as suas chagas. O texto coloca que, para as massas terem suas necessidades atendidas, terão de elas mesmas se mobilizarem, em torno de um programa próprio de reivindicações, para assumir o poder com a classe operária na direção, e realizar a revolução socialista. E que sua participação nas eleições está condicionada aos oprimidos usarem seus métodos e objetivos próprios, o que nada mais é do usá-la como tribuna para propagandear a estratégia da revolução proletária, e combater as ilusões na democracia burguesa.

e preparação de uma greve geral, em defesa de um programa próprios dos explorados. Como parte dessa campanha, o Boletim Nossa Classe levanta a bandeira de independência política da classe operária e demais trabalhadores, diante das disputas interburguesas. E chama os assalariados a lutarem por constituir novas direções sindicais, classistas e revolucionárias.

- 2) Agora, nessa última semana, o Boletim Nossa Classe comparece com o Voto Nulo. E em defesa da estratégia da revolução proletária e do governo operário e camponês. Nos corredores fabris, o partido também faz a colagem dos cartazes do Voto Nulo.

Em seguida, foram constituídos quatro grupos de estudos, que durante uma hora e meia discutiram os artigos selecionados. Todos os grupos tiveram em comum a discussão do artigo do Jornal Massas “A Tática e a Estratégia do POR diante das eleições”. Quanto à discussão sobre a criação da IV Internacional, cada grupo discutiu um dos Manifestos, reunidos no jornal Massas nº 672. São eles: 84 anos; 83 anos; 82 anos e 80 anos de fundação da IV Internacional. Esses anos correspondem aos Manifestos publicados pelo POR, e que expressam a tradição partidária de defesa do internacionalismo proletário.

O curso se encerrou com a apresentação das conclusões dos grupos e considerações finais feitas pelos participantes. Para concluir a atividade dos 84 anos de fundação da IV Internacional, foi lido o Manifesto do CERQUI sobre os sete meses de guerra na Ucrânia. Apresentou-se o Boletim do CERQUI, que traz as Resoluções e Manifestos aprovados no V Congresso, realizado em 10 e 11 de setembro, na Bolívia.

Os presentes se colocaram de pé e, de punhos erguidos, deram um Viva a IV Internacional e ao V Congresso do CERQUI.

Importante trecho também destacado foi que a maioria da classe operária se arrisca a confiar nas promessas de Lula, sem se dar conta que, assim como foi seus dois mandatos, irá governar para burguesia. Os explorados são empurrados, assim, para a disputa entre Bolsonaro e Lula, porém, seja qual for o governo eleito, nas condições de permanência da crise econômica e a putrefação do capitalismo, continuarão a sofrer com o desemprego, subemprego, pobreza, fome e miséria. Terminou com a posição da importância do voto nulo, como meio para propagandear e agitar o programa de reivindicações da classe operária e dos demais explorados, bem como expor a estratégia de poder sintetizada no governo operário e camponês.

Já a segunda parte foi dedicada à campanha contra a perseguição política do governo à professora Perla Camila, por apoiar a mobilização reivindicatória dos alunos em 2014. Também se criticou a política eleitoral das direções sindicais, que suspenderam todas as atividades (assembleias, reuniões presenciais de representantes), para impulsionar os comitês de caça ao voto para os candidatos petistas, em particular a Lula. Ao contrário dos politiquês, o POR vem fazendo uma campanha contra esta e outras perseguições políticas, e defendendo as liberdades democráticas, como a livre expressão, organização, atuação sindical, etc.

Por fim, concluiu pela necessidade de fortalecer o Partido Operário Revolucionário, fazendo um chamado aos contatos presentes a impulsionar as ideias revolucionárias em defesa da revolução e ditaduras proletárias.

**Nesta edição:**

- **CERQUI:** Sete meses de guerra na Ucrânia.
- **Europa:** Crescem as mobilizações e greves na Europa.
- A economia mundial caminha para a recessão.
- **Bolívia:** *Federação dos Trabalhadores de Educação Urbana de Chuquisaca* - Pronunciamento.
- **Chile:** O presidente do Chile na ONU ratifica nossa avaliação de seu servilismo político e submissão do país ao imperialismo.
- **Itália:** Ultradireita ganha as eleições.
- **Irã:** Protestos contra a opressão religiosa abrem uma via à luta de classes.
- **105 anos da Revolução Russa:** *Trotsky* - 15 anos! / Mensagem por Rádio aos Estados Unidos.



# Artigos das Seções Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

**Declaração do CERQUI - Ucrânia****24 de setembro de 2022**

## **Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional**

# **Sete meses de guerra na Ucrânia**

*Os perigos de o confronto se generalizar. A resposta operária à guerra de dominação*

Está claro que a crise econômica mundial tende a se aprofundar. Desde a Pandemia, vêm potenciando-se as contradições do capitalismo em decomposição. A derrocada da economia em 2008-2009, mal havia sido contornada, sobreveio o furacão da Pandemia, que deixou mais de 6 milhões de mortos, interrompeu parcialmente o fluxo do mercado internacional, desencadeou a guerra comercial dos laboratórios, impulsionou o fechamento de fábricas, de estabelecimentos comerciais e de serviços, derrubou o valor da força de trabalho, elevou a taxa de desemprego, e ampliou a miséria e a fome em toda parte, inclusive nas potências.

É nesse marco que, em 24 de fevereiro deste ano, a Rússia iniciou a intervenção militar na Ucrânia, portanto, há sete meses. Desde então, a guerra, envolvendo a Europa, se tornou um acontecimento de grande projeção mundial. Inúmeras foram as guerras em países da Ásia, do Oriente Médio e África, sejam guerras de intervenção direta do imperialismo, sejam guerras civis com a presença indireta das potências, que se seguiram ao fim da Segunda Guerra Mundial. Uma das guerras mais importantes em que os Estados Unidos estiveram envolvidos foi a do Vietnã, em 1975. Destacam-se a guerra do Golfo, de 1990, e a intervenção norte-americana no Iraque, em 2003. O Oriente Médio não conheceu um período de paz, desde o fim do Império Otomano, com a Primeira Guerra, e a nova partilha do mundo, promovida pela Segunda Guerra, em que se criou o Estado sionista de Israel, e se estabeleceu uma feroz opressão colonialista sobre o povo palestino. A guerra civil na Síria, insuflada pelo intervencionismo imperialista, arruinou o país, que não mais conseguiu se reerguer, até agora. A recente retirada dos Estados Unidos do Afeganistão não se deveu apenas ao fracasso, mas também aos cálculos militares de concentrar forças em torno à Rússia e à China.

A estabilização, após a partilha do mundo pelos acordos

de Ialta e Potsdam, foi provisória. Não demorou para que a “Guerra Fria” e a criação da OTAN evidenciassem a ponta do iceberg de novas conflagrações, que modificariam o equilíbrio internacional do pós-guerra. É nesse processo de choque entre o imperialismo e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) que, em outubro de 1962, eclodiu a denominada “Crise dos Mísseis”, em torno à revolução cubana. Nesse momento, pairou o perigo de uma conflagração nuclear. Os Estados Unidos não permitiriam à URSS instalar uma base militar em Cuba. O governo de Nikita Khrushchov se viu obrigado a recuar. Embora em situação muito distinta – a URSS foi liquidada pela contrarrevolução, em 1991–, agora, a Rússia se viu cada vez mais cercada pela OTAN, que, como braço armado dos Estados Unidos na Europa, fortaleceu a escalada militar, servindo de instrumento aos interesses econômicos das potências, que se veem diante de enormes dificuldades, nas condições do capitalismo em decomposição.

O desmoronamento da URSS reacendeu velhos choques entre as nacionalidades, que se emanciparam da opressão imperial pela via da revolução de 1917, e se constituíram como repúblicas soviéticas. Em última instância, tratou-se de uma vitória do imperialismo contra a luta proletária pelo avanço da revolução socialista mundial. O desarme ideológico, programático, político e organizativo da classe operária se tornou em fator decisivo para a consolidação da estratégia da “Guerra Fria”, e da tática militar de cerco à Rússia pela OTAN. A dilaceração dos laços econômicos e históricos que uniam as repúblicas soviéticas foi decisiva, para que os Estados Unidos e aliados europeus penetrassem mais livremente na região europeia e asiática, antes controlada pela URSS.

A constituição da Comunidade de Estados Independentes (CEI) não evitou o enfraquecimento da Rússia diante dos avanços do capital financeiro e dos monopólios industriais e



comerciais. Uma parcela das ex-repúblicas soviéticas se integrou rapidamente à União Europeia, e assim à OTAN. É o caso das repúblicas bálticas, cuja casta restauracionista deu partida ao processo de colapso da URSS, e, hoje, é serviçal do imperialismo. Outra parcela passou a ser influenciada direta ou indiretamente, para se juntar à OTAN. E, finalmente, uma última parcela permaneceu sob a guarda do Estado, por meio da CEL. Entre as ex-repúblicas, a Ucrânia ocupa um dos lugares mais relevantes, diante dos objetivos do imperialismo, de enfraquecer ao máximo a capacidade da Rússia de ainda controlar ou influenciar parte significativa da Eurásia, cujas riquezas naturais são cada vez mais sensíveis às necessidades das potências. Em síntese, esse é o resultado da destruição da URSS. Destruição essa que se encontra na base da disputa entre o imperialismo e a Rússia, submetida à ordem mundial do capitalismo em decomposição. Está claro que o imperialismo necessita de que a Rússia seja submetida e derrotada, para poder apoderar-se de seus enormes recursos naturais, e ter o caminho aberto para uma maior subordinação do conjunto das ex-repúblicas soviéticas.

Depois de sete meses de guerra na Ucrânia, cresce a sombra do perigo de uma conflagração que ultrapasse as fronteiras ucranianas e russas. Com o passar do tempo, ficou cada vez mais claro que o prolongamento da guerra é muito desfavorável à Rússia, apesar da destruição crescente da estrutura econômica da Ucrânia, e do sofrimento da população. Os Estados Unidos contaram com essa variante. Alimentaram o governo de Zelensky e as Forças Armadas ucranianas, com recursos, armamento, inteligência e instrução, de forma a alterar a correlação de forças, que era completamente desfavorável à Ucrânia. Se a capital Kiev não pôde ser controlada pelas tropas russas, havia de garantir a vitória militar na região de Donbass. Por esse caminho, se poderia chegar a um acordo de cessação das hostilidades. De fato, Donetsk e Luhansk, ao leste; e Kherson e Zaporizhia, ao sul do país, passaram ao controle da Rússia, que conta com o movimento separatista. Diante da possibilidade de consolidação das posições russas nessa região, os Estados Unidos forneceram armamentos de grande capacidade destrutiva às Forças Armadas ucranianas. O que permitiu uma contraofensiva na região de Donbass. O recuo das tropas russas em Kharkiv permitiu aos ucranianos avançar em direção a Luhansk, segundo informação da imprensa ocidental.

A conclusão dos analistas pró-imperialistas é de que chegou o momento de atender ao pedido de Zelensky a Biden e aos governos europeus, de enviarem armamentos ainda mais avançados. Se forem colocados à disposição dos militares ucranianos as baterias de mísseis Patriot, tanques Leopard 2, caças F16, etc., avalia-se a possibilidade de Putin se ver na contingência de um acordo que se aproxime mais de uma derrota do que de uma vitória. Tudo indica que, de fato, o encontro da Organização para Cooperação de Xangai, de 16 de setembro, que reuniu a China, Índia e Rússia, não atendeu à expectativa de Putin, de obter um apoio mais ostensivo, diante das pressões norte-americanas. Há, sem dúvida, um temor da parte da China de que uma escalada mais alta da guerra na Ucrânia aumente os desequilíbrios mundiais, e leve os Estados Unidos a acelerarem o curso de uma guerra conduzida pela intervenção da OTAN.

Duas medidas anunciadas por Putin – convocação de 300

mil reservistas, e antecipação do referendo que pressupõe a incorporação das Repúblicas Populares de Donetsk e Luhansk à Rússia – indicam que a guerra pode prolongar-se por muito tempo, e se tornar mais destrutiva. A ameaça de uso de armas nucleares para a defesa da Rússia contra a ofensiva do Ocidente repercutiu em toda a parte. Biden a usou hipocritamente no seu discurso na ONU. Mas, a ameaça da Rússia não é nova. O contexto de recrudescimento da resistência ucraniana, de maior apoio em armamento a Zelensky, e de desgaste da capacidade da Rússia na guerra convencional, torna, certamente, a ameaça mais consistente.

É visível que o prolongamento da guerra serve sobretudo aos Estados Unidos, que querem uma Rússia enfraquecida e vulnerável à penetração de seus capitais, em toda a região outrora controlada pela URSS. Está também no horizonte o choque com a China, cujo recente conflito, despertado pela visita de Nancy Pelosi, presidente da Câmara dos Deputados dos Estados Unidos, a Taiwan, que envolve a escalada militar, tem tudo para ganhar proporções ainda maiores, embora Biden diga que não pretende uma nova “Guerra Fria”. Por outro lado, o prolongamento da guerra potencia a crise e a luta de classes, na Europa.

Não há que perder de vista a marcha da crise econômica e a luta de classes, as quais determinam em última instância as tendências da guerra comercial e bélica. As massas europeias se ressentem da alta inflacionária, da desvalorização dos salários, e da escassez de recursos para atravessar os rigores do inverno. Sentem na carne as consequências de uma guerra que não é sua. Na Bélgica, Áustria, Inglaterra, Escócia, Alemanha, França, República Checa, Grécia e Espanha, vêm sendo desencadeados movimentos grevistas e manifestações de protestos, contra o custo de vida e as más condições trabalhistas. Começam a ser levantadas as bandeiras contra a guerra e o papel funesto da OTAN. Em uma manifestação na República Checa, foi erguida a bandeira “Essa guerra não é nossa”. Na França, os manifestantes pediram a “saída da OTAN”. Esse é o caminho para acabar com a bárbara guerra, e evitar uma catástrofe ainda maior.

A classe operária, portanto, começa a pôr-se de pé com seus próprios métodos de luta, arrastando camadas da classe média. Mostra qual é o caminho para enfrentar a crise e a decomposição capitalistas. Coloca na ordem do dia a importância de resolver a crise de direção, construindo os partidos revolucionários que orientem essas lutas, no sentido de derrubada dos governos burgueses, sejam de direita, conservadores, social-democratas, de centro-esquerda, ou que nome lhes deem. Somente a classe operária, organizada, munida de seu próprio programa e em luta, pode derrotar e quebrar a estratégia e a política de guerra do imperialismo, bem como libertar a Ucrânia da opressão nacional e conquistar sua real autodeterminação, e recolocar a Rússia no caminho das conquistas revolucionárias que edificaram a URSS, e das transformações socialistas.

As bandeiras do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI) – fim da guerra, desmantelamento da OTAN e das bases militares dos Estados Unidos, revogação das sanções econômicas à Rússia; autodeterminação, integridade territorial e retirada das tropas russas da Ucrânia – se vêm mostrando acertadas e necessárias para unir a classe operária pelo fim do capitalismo e pelo socialismo.

## **Crescem as mobilizações e greves na Europa**



Os sindicatos se unem para sair às ruas por toda Europa, contra a “crise salarial”. Está colocado que os sindicatos dos diferentes Estados coordenem as mobilizações em defesa do aumento dos salários, e do apoio à população mais pobre, nas próximas duas semanas, entre “o dia 5 e 19 de outubro”, antes da reunião do Conselho Europeu, marcado para 20 e 21 do próximo mês.

Milhares se mobilizam na Bélgica, contra o aumento do custo de vida, convocados pelos três principais sindicatos, que anunciam a convocação de uma greve geral para novembro contra a carestia.

Na Grécia, estudantes, professores e funcionários universitários realizaram uma manifestação massiva na Praça da Constituição de Atenas, em protesto pela presença de policiais nos campi.

Na República Tcheca, houve uma grande mobilização contra a “submissão política” à União Europeia (UE). Manifestantes saíram pelas ruas, e encheram a Praça de Wenceslao, exigindo a renúncia do governo de Petr Fiala. Exigem neutralidade na guerra entre Ucrânia e Rússia, redução dos preços do gás, e que se retire o controle sobre as empresas russas. Pediram às autoridades da República Tcheca que deixem de fornecer armas à Ucrânia. “Essa não é nossa guerra”.

Na Áustria, milhares de pessoas saíram pelas ruas de Viena e em oito importantes cidades austríacas, furiosos contra o descontrolado aumento dos preços, para exigir medidas eficazes contra a alta dos preços dos combustíveis, energia e alimentos. Os protestos foram organizados por diversos agrupamentos políticos e sindicais, a exemplo da Federação Sindical da Áustria, a ÖGB, a maior deles. Os protestos contra a crescente carestia ocorrem quando se iniciam as negociações entre sindicatos e empresários por aumento de salários. Para amortecer o impacto da inflação, a ÖGB exige elevar em até 2 mil euros brutos o salário mínimo.

Na Alemanha, a ministra do Interior, Nancy Faeser, tinha prognosticado, em julho do ano passado, as mobilizações, assim como a ministra do Exterior, Annalena Baerbock, que se referiu a possíveis “levantes populares”. O governo do chanceler Olaf Schulz anunciou um pacote de 65 bilhões de euros, diante da chegada do inverno, para atenuar o descontentamento. A inflação trouxe à tona os “protestos de segunda-feira” na Alemanha, contra o aumento dos preços dos produtos básicos. Em Leipzig, mobilizaram-se sob a bandeira de “Abaixo os preços – a energia e a comida devem poder serem pagas”.

Na França, houve protestos contra o presidente Emmanuel

Macron e a OTAN. Mobilizaram-se contra aqueles que “preparam um desastre”, e contra a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, exigindo “que se demitam” e, ainda, pedindo a saída da OTAN, rejeitando os racionamentos e sanções e a defesa da “liberdade, paz e soberania”.

Na Espanha, não deixaram de surgir alertas e avisos dos sindicatos majoritários, Comissões Operárias (CCOO) e União Geral de Trabalhadores (UGT), diante do que qualificaram com um “outono quente”, com ameaças de mobilizações nas ruas. Empurrados pela inflação, que ultrapassou a barreira dos dois dígitos, e pela crise energética, que transformou agosto no mês com o preço da eletricidade mais cara da história, os sindicatos estão preparando o terreno para um “outono quente”, por causa da negociação salarial bloqueada.

A cada dia que passa, o Reino Unido, enfrenta uma nova onda de protestos dos trabalhadores. O chamado “verão de descontentamento”, como foi qualificado há meses atrás, começou em junho, e está se agravando, com o país enfrentando a maior onda de greves em 30 anos. Fortes protestos de milhares de operários portuários em Felixstowe, o maior porto de mercadorias do país, um porto de contêineres (o sindicato rejeitou um aumento de 7% nos salários), no sudeste da Inglaterra, iniciando uma greve sem precedentes de oito dias. O setor não tinha organizado uma ação dessa magnitude desde 1989.

O setor ferroviário e os metroviários de Londres avisaram que se trata do “prelúdio do que virá a ocorrer no conjunto do continente europeu”. Por sua vez, em 18 de agosto, em Edimburgo, se realizou a greve dos garis e dos trabalhadores da coleta de lixo. Desde 6 de setembro, a greve na Escócia ampliou-se para os trabalhadores de mais 20 localidades, assim como aos trabalhadores das escolas em Glasgow, East Renfrewshire, Inverclyde, Angus, Dundee City, Tayside, North Lanarkshire y South Lanarkshire. Trabalhadores da saúde planejam se somar aos protestos. Estima-se que cerca de 13 mil pessoas se unam à greve dos trabalhadores da coleta de lixo e das escolas na Escócia. A empresa responsável pela coleta de lixo ofereceu um aumento nos salários de 2% a 5%, mas os sindicatos sequer levaram a proposta para debatê-la com seus filiados, até não receberem uma “oferta decente”.

80 mil trabalhadores dos Correios votaram em 99% a favor da greve. A proposta da empresa, Ryal Mail, é de um aumento de 2% nos salários, e 1,5% a mais, se os trabalhadores renunciarem a outras reivindicações, o que o sindicato considera inaceitável. Também há greve dos Correios nas sucursais de Post Office. O sindicato disse que os empregados não receberam nenhum ajuste salarial em 2021-2022.

Os trabalhadores do AQA iniciaram sua segunda greve. Esse organismo tem por função outorgar o Certificado Geral de Ensino Médio nas escolas privadas. Os funcionários consideram o aumento proposto uma “miséria”. A União nacional de Jornalistas, por sua vez, pospôs a greve para realizar negociações com a empresa de mídia Reach, proprietária de mais de 240 jornais.

Em Newham, leste de Londres, iniciou-se uma greve dos trabalhadores da coleta de lixo. Desde dia 1 de setembro, vol-

taram as greves em Armagh City, Craigavon y Banbridge (Irlanda do Norte), dos trabalhadores municipais, especialmente da coleta de lixo e limpeza de vias públicas (garis).

Também 1.600 condutores de ônibus de Londres anunciaram a greve, após rejeitarem propostas salariais que estavam abaixo dos índices inflacionários. Coincidindo com a greve parcial de motoristas de ônibus, houve também paralisações entre os trabalhadores do metrô de Londres (19 de agosto, pela quinta vez no ano), bem como de 40 mil trabalhadores ferroviários, em particular no mês de julho.

A greve dos advogados interrompeu os Tribunais, e 6.235 processos e 1.145 juízos. Os advogados criminalistas pedem um aumento salarial de 25% por assistência legal, uma vez que afirmam ter assumido perdas de 30% nos salários, desde 2006, e rejeitaram a oferta de 15% anterior. 30 mil trabalhadores da empresa de telecomunicações Openreach votaram por iniciar ações sindicais em 30 de agosto. 10,3 mil trabalhadores de BT uniram-se à greve.

Em setembro, começou a votação de 465 mil trabalhadores, sobre a realização de ações sindicais no Colégio real de Enfermaria, em todo o país. Se continuar, será a primeira greve na Inglaterra, Escócia e Gales. Em setembro, se realizou uma greve dos trabalhadores da indústria química Venator, em Hartleppol, após rejeitar um reajuste salarial abaixo da inflação. Os ferroviários foram os que protagonizaram a maior greve até o momento: Avanti West Coast, Chiltern Railways, CrossCountry, Greater Anglia, Great Western Railway, Hull Trains, LNER, London Overground, Northern Trains, Southeastern, TransPennine Express y West Midlands Trains. A greve coincidiria com outra, de 40 mil trabalhadores de 15 empresas ferroviárias, organizadas sob o sindicato RMT, especialmente em Network Rail. Essa ação social histórica soma-se ao descontentamento que se está produzindo há dois meses no coração do Reino Unido. Os britânicos, arrastados pela precarização e suportando um alta do custo de vida, manifestam sua revolta.

Pela quinta vez desde junho, o Reino Unido ficou paralisado. Mais de 50 mil trabalhadores ferroviários voltaram a se unir aos piquetes, exigindo melhores salários e condições trabalhistas. É a primeira vez que o país assiste a uma greve do setor, em mais de 30 anos, e continuará, até que “consigamos um acordo”, disse o dirigente do Sindicato dos Trabalhadores ferroviários, Marítimos e dos Transportes (RMT). O RMT representa 14 operadoras ferroviárias, e conta com o apoio da Transport Salaried Staffs Association (TSSA) e da Unite, e pede que se abandone o “plano de modernização ferroviária”, que inclui 2,5 mil demissões.

As viagens na outra costa do Canal da Mancha foram uma verdadeira dor de cabeça. Em meio às férias escolares, somente

20% dos trens circularam, e em fusos horários reduzidos.

No que diz respeito aos trabalhadores ferroviários, o choque com a Network Rail, que gerencia a maioria das ferrovias, e indiretamente junto ao governo britânico, não é novo.

O descontentamento produzido pela crescente crise do aumento do custo de vida tem motivado uma onda de greves, não vista desde os anos de 1970. O setor do transporte liderou a maioria das primeiras ações sindicais, chegando a fechar completamente a rede ferroviária de todo o país.

***A classe operária começa a pôr-se de pé com seus próprios métodos de luta, arrastando os setores de classe média. Mostra qual é a via para enfrentar a crise e a decomposição capitalista.***

No setor de energia, destacam-se as greves que realizaram os trabalhadores de gás do Mar do Norte. Até o dia 10 de setembro, o site StrikeMap (Mapa das Greves) contabilizou até 2.400 piquetes convocados, por todo o país.

A primeira grande mobilização, sob o lema “We demand Better march”, foi organizada em 18 de junho pelo TUC (Trades Union Congress, a federação de sindicatos do Reino Unido), e reuniu mais de 40 mil manifestantes, em Londres. A coluna marchou com pirulitos e faixas, chamando à nacionalização dos serviços de energia, água, ferrovias e correios, medidas que contam com grande apoio popular.

Finalmente, no próximo dia 5 de novembro, a People’s Assembly (Assembleia Popular), um movimento contra a austeridade, e de ampla presença nacional, convocou uma manifestação nacional em Londres. Seu programa de reivindicações exige aumento de salários, aumento dos impostos sobre as rendas mais elevadas, resolução da crise de moradia, e reversão da privatização do serviço nacional de Saúde.

A submissão da Europa à agressão militar dos EUA e da OTAN, contra a Rússia, agravou a situação econômica, já duramente atingida pela Pandemia, encarecendo os alimentos e a energia, anunciando um inverno rigorosíssimo. A classe operária começa a pôr-se de pé com seus próprios métodos de luta, arrastando os setores de classe média. Mostra qual é a via para enfrentar a crise e a decomposição capitalista. E põem, na ordem do dia, a importância de constituir sua direção revolucionária, que oriente todas essas lutas até o final, até o derrubada dos governos burgueses, sejam de direita, conservadores, socialdemocratas, centro-esquerda, ou seja lá como se chamem.

(Extraído do Jornal Massas, nº 422, órgão do Partido Operário Revolucionário da Argentina)

**PÔR EM PÉ O PARTIDO MUNDIAL DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA RECONSTRUIR A IV INTERNACIONAL**



R\$ 35

ADQUIRA COM NOSSO DISTRIBUIDOR DE MASSAS

# A economia mundial caminha para a recessão

*O agravamento da crise exige esforço da vanguarda para defender o programa de reivindicações e trabalhar pela superação da crise de direção*

No dia 21 de setembro, o Reserva Federal dos Estados Unidos (FED) anunciou um novo aumento da taxa de juros, em 0,75 pontos percentuais, passando para a faixa de 3%-3,25%. Já é a quinta alta seguida da taxa de juros, este ano. O FED também comunicou que haverá novos aumentos de juros, até o final do ano.

Durante os primeiros aumentos da taxa de juros neste ano, o FED argumentava que se tratava de realizar um “pouso suave” (Soft Landing) na economia, o que significaria aumentar gradualmente a taxa de juros, até que a inflação se aproximasse da meta de 2%, sem causar muito prejuízo à economia. No entanto, o último aumento dos juros dos EUA atestou o fracasso da política do “pouso suave”. A inflação, que já está em 8,3%, nos últimos 12 meses, está longe da meta de 2%. O que tem obrigado o FED a intensificar o aumento dos juros sem, no entanto, conseguir que a inflação seja controlada.

Economistas burgueses buscam explicar o aumento da inflação por meio do descompasso entre pouca oferta e aumento da demanda na retomada econômica pós-pandemia. No entanto, omitem o papel das sanções norte-americanas e europeias sobre a Rússia, o que tem gerado uma escassez de alimentos e combustíveis em nível mundial. Omitem também que os monopólios se têm aproveitado dessa situação de escassez de oferta

para especularem sobre os preços das commodities (grãos, combustíveis), adquirindo superlucros, e intensificando o aumento inflacionário em toda a economia.

O essencial está em verificar as consequências sociais da alta inflacionária, que incide, necessariamente, sobre o custo de vida. Quem definitivamente sofre com a recessão são os explorados, que padecem com o aumento do desemprego e a miséria. Os monopólios, por outro lado, aproveitam-se das crises econômicas para salvaguardar seus lucros, concentrar ainda mais capital, e despejar os efeitos da crise sobre os oprimidos.

O aumento da taxa de juros dos EUA, com a conseqüente valorização do dólar, tem forçado os bancos centrais dos demais países a também aumentarem suas taxas de juros. Dessa forma, o governo norte-americano conduz cada vez mais a economia mundial para a recessão.

Os governos burgueses estão diante das profundas contradições do capitalismo em decomposição. Os burocratas e ideólogos da burguesia se dividem entre duas saídas: 1) aplicar uma política econômica de aumento gradual dos juros, o que significa adiantar, a conta-gotas, a recessão mundial; 2) aumentar apenas um pouco os juros, e deixar que a “mão invisível do mercado” equilibre os preços, o que apenas adiará a recessão mais

para frente. A primeira saída, implementada pelo governo dos EUA, tem sido a preferida pelos monopólios, pois, assim, conseguem ter tempo de realocar seus investimentos para a especulação financeira, e assim salvar os seus capitais.

À medida que a economia dos EUA se deteriora, isso obrigará que o governo norte-americano radicalize cada vez mais sua política exterior, de cerco militar à China e à Rússia, no sentido de conquistar novos territórios para aliviar as tendências desintegradoras das forças produtivas.

As manifestações e greves que vêm ocorrendo na Europa, ultimamente, indicam que os explorados se veem diante da necessidade de se defender da inflação, da queda do valor da força de trabalho, do desemprego e do empobrecimento. Se se confirmar a recessão, agravará ainda mais as condições de existência dos explorados em todo o mundo. O problema está em que a crise de direção continua sendo um grande obstáculo para aproveitar a situação caótica que tem marcado a economia mundial, desde o início da Pandemia e, agora, com a guerra na Ucrânia e a ofensiva dos Estados Unidos contra a China. A vanguarda com consciência de classe deve se apoiar nas tendências de revolta da classe operária para defender o programa próprio de reivindicações e a estratégia da revolução proletária.



**R\$ 30**

ADQUIRA COM NOSSO DISTRIBUIDOR DO MASSAS

**Lênin estrategista da revolução proletária**  
*Apontamentos sobre a história do Partido Bolchevique*

**LANÇAMENTO LIVRO**

**Lênin estrategista da revolução proletária**

Este livro faz parte da luta da vanguarda consciente em superar a crise mundial de direção, construindo o Partido Operário Revolucionário, como seção brasileira do Comitê de Enlace pela Reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.



Nova Coleção Editorial

## Bolivia

**Federação dos Trabalhadores de Educação Urbana de Chuquisaca****PRONUNCIAMENTO**

A Federação dos Trabalhadores da Educação Urbana de Chuquisaca emite a seguinte declaração, em relação à perseguição política desencadeada pelo governo contra organizações independentes:

O governo acentuou seu caráter repressivo e, agora, ataca abertamente os dirigentes revolucionários que defendem a independência política e sindical, ou seja, aqueles dirigentes sindicais que defendem a política da classe operária contra a política antipopular e antioperária, expressa no governo do MAS.

Primeiramente, foi instaurado um processo administrativo contra a Executiva da Federação Urbana dos Professores de Cochabamba, Griselda Torrez, punindo-a com dois meses sem remuneração, como forma de tentar intimidá-la. Isso por lutar, à frente dos professores, contra os abusos cometidos pelas autoridades educacionais.

Posteriormente, foi instaurado um processo criminal contra o dirigente do COD de Chuquisaca, professor Rodrigo Echalar Amorós, por dirigir as mobilizações no Departamento, durante o ano de 2019; acusando-o de ser um “golpista”, quando todos sabem em Chuquisaca que a CODEINCA promoveu uma revolta popular contra o governo, que não atendeu às necessidades mais urgentes do Departamento e do país, e que a todo momento a independência foi preservada contra o partido no poder e a oposição.

Sob os mesmos argumentos, pretende-se processar 27 professores de Potosí, que dirigiram a comissão de mobilização em 2019, que teve como um de seus pontos centrais de mobilização a rejeição à política entreguista do governo em relação ao Lítio do Salar de Uyuni, e vários compromissos descumpridos pelo governo com o povo de Potosí.

Agora, o governo está atacando a Federação de Professores de La Paz, dirigida por José Luis Álvarez. Em primeiro lugar, é o ministro da Educação, Edgar Pari, quem lança uma série de ataques contra Álvarez, por promover as mobilizações dos professores nacionais, por negar as acusações do presidente, de que qualificaria os professores como assalariados, e de ser responsável pela queda da qualidade educacional, a partir de La Paz, a Federação afirmou claramente que a crise educacional é de responsabilidade exclusiva da política educacional dos governos no poder, e que se aprofundou, devido à imposição retrógrada e anticientífica da Lei 070. O contra-ataque do governo não tardou e, desta vez, através da Ministra do Trabalho, Verónica Navia, nega reconhecimento à Federação de La Paz, acusando-os de ter contas pendentes, esta falsa acusação nada mais é do que a reedição da acusação que o Ministro Aguilar lançou na época, e se mostrou completamente falsa, já que a federação de La Paz tem relatórios econômicos auditados e aprovados, em seus eventos orgânicos.

Os trabalhadores não devem permitir que o governo e os empregadores, através do Ministério do Trabalho, tentem intervir em nossas organizações, os únicos que podem dar legitimidade e legalidade a uma direção sindical devem ser as bases e as entidades matrizes. A guerra suja que o governo desena-

deia contra os revolucionários tem o objetivo de decapitar as organizações de protesto e, em Chuquisaca, tem sua réplica por meio do processo sindical promovido pelo MAS contra os dirigentes de Chuquisaca.

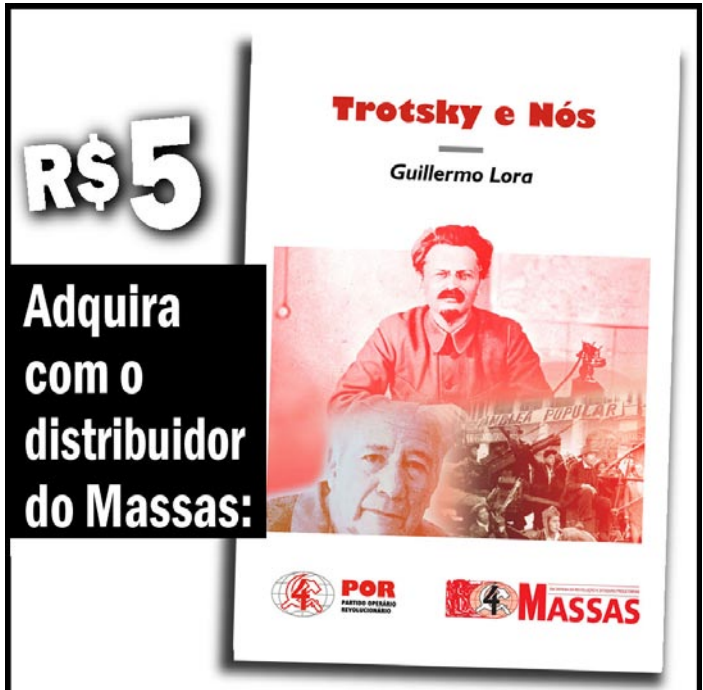
***Os trabalhadores não devem permitir que o governo e os empregadores, através do Ministério do Trabalho, tentem intervir em nossas organizações, os únicos que podem dar legitimidade e legalidade a uma direção sindical devem ser as bases e as entidades matrizes. A guerra suja que o governo desencadeia contra os revolucionários tem o objetivo de decapitar as organizações de protesto e, em Chuquisaca, tem sua réplica por meio do processo sindical promovido pelo MAS contra os dirigentes de Chuquisaca.***

Diante de todos esses ataques sofridos por nossas organizações e dirigentes, devemos promover a mobilização, a ação direta, que é a única maneira de deter a repressão da classe dominante e do governo, como mostra a experiência recente da derrota política do governo contra a grande mobilização dos cocaleiros das Yungas. Nesse sentido, exigimos que nossa Confederação convoque a Conferência Nacional o quanto antes, para continuar com a luta, caso contrário, significaria boicotar a luta que já começamos.

Sucre, 13 de setembro de 2022

(Extraído do Jornal Massas, nº 2713,

Órgão do Partido Operário Revolucionário da Bolívia)



**R\$5**

**Trotsky e Nós**  
Guillermo Lora

**Adquira com o distribuidor do Massas:**

**POR** PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO

**MASSAS**

Chile

# O presidente do Chile na ONU ratifica nossa avaliação de seu servilismo político e submissão do país ao imperialismo

O presidente Gabriel Boric, em atitude formal, expressa por suas características pessoais, com ações de patética caricatura religiosa, se curva diante do templo de um império decadente e decomposto. Mantém um regime de servilismo extremo. Essa tem sido a função dos governantes que dirigem os países de capitalismo tão atrasados, como o Chile. Estão pela bandeira de defesa da sociedade capitalista, repetindo os governantes de países tão avançados como os europeus, onde uns subjagam outros, e que impõem a miséria e fome a milhões de pessoas em todo o mundo.

nalidade. Ressalta a falta de moradia. A especulação com os aluguéis e os alimentos básicos para a vida aumenta, com os negócios de comerciantes inescrupulosos, acentuando a submissão dos mais pobres. Enquadrada neste círculo vicioso, desenrola-se a política-gem burguesa, cujos programas devem ser submetidos à aprovação da classe dominante – a burguesia – que defende abertamente os seus interesses com arrogância ditatorial, em contraposição à maioria, cujas parcelas crescentes vêm sendo submetidas, pela fome, pela condição de miséria humana.

rece os capitalistas, em seus objetivos vorazes de lucratividade e de acumulação de riqueza. O Partido Operário Revolucionário do Chile se constrói no interior da resistência dos explorados, e trabalha para que assimilem o seu programa proletário.

Em particular, os Mapuches, usurpados pela invasão de seu território pelo Chile e pela Argentina, hoje têm pleno direito a reconquistar o que foi tomado pelos seus opressores nacionais. Está em andamento, a luta pela recuperação de suas terras, e expulsão dos opressores, que não os reconhecem como nacionalidade com direito irretirado a seu território, sequer os reconhecem como cidadãos. Os Mapuches, como nacionalidade ancestral, não pedem a intervenção e rejeitam sem preâmbulos os Estados opressores, bem como as tentativas de impor a farsa do pós-modernismo indigenista de plurinacionalidade. São e se consideram uma nação independente para administrar suas terras, sua cultura, religião e língua. Não admitem a interferência Winca. Como Comitê de Construção do Partido Operário Revolucionário, consideramos, como parte de nosso programa revolucionário, que a libertação internacional da classe operária permitirá a libertação de todas as nações oprimidas do Continente, desde que se unam para alcançar a independência nacional e, assim, construir uma sociedade socialista internacional, que supere o capitalismo em decomposição, e acabe com a divisão entre nações opressoras e oprimidas, e assim com o regime de vassalagem, sustentado pela ditadura imperialista da burguesia.

*O governo Boric realiza uma agenda comprometida com os interesses da burguesia, colidindo diretamente com a luta da classe operária e dos oprimidos, que reagem contra o desemprego, os baixos salários, o alto custo de vida e à terrível desatenção do Estado para com a Saúde, Educação, Habitação, etc.*

A classe operária chilena, a nação-classe Mapuche, os trabalhadores e os oprimidos carregam a dupla exploração. Mantêm-se subjugados e literalmente esmagados pelo desemprego, salários represados, galopante inflação e desvalorização do peso. Os serviços estão sucateados, privatizados e dependentes de subsídios pessoal ou estatal. São os casos da Saúde Pública e Educação, onde impera a precária infraestrutura. Com a exploração e os baixos salários dos agentes públicos, o Estado sequer faz o mínimo para proteger os flagelados e moradores de rua, onde muitos morrem de doença ou hipotermia. A polícia confirma as mortes, como se fossem de causas “naturais”. É nessas condições que cresce a crimi-

O governo Boric realiza uma agenda comprometida com os interesses da burguesia, colidindo diretamente com a luta da classe operária e dos oprimidos, que reagem contra o desemprego, os baixos salários, o alto custo de vida e à terrível desatenção do Estado para com a Saúde, Educação, Habitação, etc. Esta imagem realça a luta de classes, onde a burguesia dominante quer impor a sua ditadura, e os oprimidos e marginalizados resistem, quer por meios pacíficos, ligados às leis burguesas, quer pelo confronto da classe operária à classe inimiga, por meio da ação direta. As ocupações questionam diretamente a propriedade privada, que serve à exploração da força de trabalho, e favo-

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.**  
nossa.classe@hotmail.com - www.pormassas.org - fb.com/massas.por - anchor.fm/por-massas / ☎ (11) 95446-2020

## Itália

## Ultradireita ganha as eleições, nas condições de profunda crise econômica e social

A coalizão dos partidos *Irmãos de Itália* (Giorgia Meloni), a *Liga* (Matteo Salvini) e *Força Itália* (Silvio Berlusconi), que reuniu a ultradireita fascitizante e a direita nacional-chauvinista, obteve 46% dos votos, constituindo a maioria no Senado e na Câmara de Deputados, o que permite à coligação formar um governo, sem recorrer a novas alianças. O mais provável é que Meloni seja eleita primeira-ministra, sendo a primeira mulher na história da Itália a ocupar esse cargo.

Preocupa às autoridades e aos governos europeus o fato de que *Irmãos de Itália*, partido herdeiro do Movimento Social Italiano (MSI), movimento fascista que reivindicava o legado de Benito Mussolini, multiplicou por seis vezes a quantidade de votos: passou, de 4,3% (2018), para 26% (2022). A *Liga* e *Força Itália*, juntos, obtiveram quase a mesma quantidade que *Irmãos de Itália*.

Desde que Mussolini foi eleito primeiro-ministro da Itália (1921), e Hitler chanceler alemão (1933), nenhum outro partido fascitizante tinha conseguido ascender ao poder de qualquer Estado na Europa. Embora diferentemente do passado, *Irmãos de Itália* não chega ao comando das instituições como uma força social e política homogênea. As divergências no interior da coalizão ultradireitista são inúmeras. Porém, o certo é que o partido *Irmãos da Itália* é quem terá as principais rédeas do governo em suas mãos, determinando o rumo mais geral das medidas de Estado.

É necessário explicar e entender ainda as particularidades desse fenômeno, que assombra a Europa mais uma vez. A ascensão eleitoral da extrema direita no país se dá no quadro de desagregação dos partidos social-cristãos e social-democratas. A saída antecipada do primeiro-ministro, Mario Draghi, principal figura política do país, e fiel representante do capital financeiro ali, indicou o quanto a crise capitalista mundial e os reflexos da guerra na Ucrânia têm destruído, cada vez mais, a economia nacional, e impulsionado a crise política, marcada especialmente pelo desespero da classe média arruinada e setores proletários, que viram suas condições de vida serem trucidadas pelas imposições e ditames do Conselho Europeu, para manter equacionado o parasitismo financeiro sobre o país. Essas condições, de conjunto, permitiram ao partido *Irmãos da Itália* achar as condições políticas e sociais para se fortalecer e, finalmente, se impor como força eleitoral no interior da ultradireita.

A oposição parlamentar do Partido Democrático-PD (survido do extinto Partido Comunista Italiano-PCI), que ficou com 26,2% dos votos, e do Movimento Cinco Estrelas-M5S (19,10%), não alterará o desequilíbrio político que tende a favorecer à ultradireita. Sua vitória na Itália é uma expressão nacional do vertiginoso crescimento eleitoral e enraizamento social de partidos direitistas e nacional-chauvinistas por toda a Europa. Em 2017, a ultradireita constituía uma reduzida minoria nos países e no parlamento europeus. Cinco anos depois, aumentou sua votação na França, Alemanha, Suécia e Espanha, e ganhou uma importante expressão parlamentar, não apenas

nesses países, como também no Parlamento Europeu. Alcançaram o comando de Estados, como os da Polônia e Hungria.

As circunstâncias políticas do fortalecimento dessa tendência repetem-se na Itália: incapacidade dos governos socialdemocratas em responder às graves consequências da crise capitalista sobre a economia nacional e as massas. Não por acaso, a inflação e aumento dos preços que decorrem dos abalos da guerra na Ucrânia foram temas recorrentes dos comícios e debates da coalizão ultradireitista. Acusaram aos “democratas” de aplicar, uma após a outra, todas as medidas ditadas pelo Conselho Europeu, e que empurraram as massas italianas à fome e miséria. Outra de suas cartadas na propaganda eleitoral foi acusá-los de impotência para travar o fluxo migratório, que culpabilizam por afundar os assalariados italianos na precarização e redução de salários.

---

***Se eleita primeira-ministra, Meloni logo terá de chocar com as massas que a apoiaram. Não haverá como ela fugir de atacar a pequena burguesia arruinada e setores proletários que a apoiaram. Desfazer-se-á, assim, o palavreado da “defesa dos italianos”, perante os “burocratas da Europa”. Não pode romper com esses “burocratas”, sem romper com seus amos: o capital financeiro.***

---

Certamente, a aliança ultradireitista terá de passar pela prova da crise política e econômica. O que testará o grau de unidade e convergências entre as três forças que comporão o governo. Meloni defendeu a intervenção imperialista na Ucrânia e simpatiza, abertamente, com os agrupamentos nazifascistas que ali progridem. Salvini e Berlusconi, sob o ponto de vista do nacionalismo ultradireitista, se colocaram contrários ao envio de armamentos, e não fizeram coro com o imperialismo europeu, em seus ataques à Rússia e Putin. Exigem que sejam revogadas as sanções, assinalando que nada mais fazem que prejudicar a Itália.

Os rumos da guerra na Ucrânia e da luta de classes serão a prova de fogo para a consolidação da coalizão, ou então para sua implosão. A possibilidade de a guerra agravar o quadro da crise econômica, abrindo caminho às revoltas operárias e populares, exigirá da “coalizão ultradireitista” equacionar seus atritos, e apresentar uma frente unida em defesa da burguesia monopolista. Há movimentos na Europa que começam a rejeitar a guerra, e exigem de seus governos imediatas soluções contra o aumento dos preços. Se eleita primeira-ministra, Meloni logo terá de chocar com as massas que a apoiaram. Não haverá como ela fugir de atacar a pequena burguesia arruinada e setores proletários que a apoiaram. Desfazer-se-á, assim, o palavreado da “defesa dos italianos”, perante os “burocratas da Europa”. Não pode romper com esses “burocratas”, sem

romper com seus amos: o capital financeiro. Itália, estagnada e em recessão, precisa dos banqueiros para manter equilibrados os déficits, e equilibrar a dívida pública (190% do PIB,) que sangra o país. E terá de ir mais a fundo ainda, nessa trilha, quando as tendências bélicas se potenciarem ainda mais. O que irá definindo mais claramente seus traços fascistas e nacional-chauvinistas, deixando de lado sua retórica de ultradireita respeitosa, da democracia e da institucionalidade burguesa.

O que não significa que, necessariamente, terá de recorrer à centralização ditatorial e fascista do Estado. Não, enquanto a fachada da democracia servir de muro de contenção à luta de classes. Mas, essa situação não está garantida. As eleições demonstraram que cresceu a desconfiança das massas na democracia burguesa: a abstenção eleitoral chegou a 46 % – a mais elevada nos últimos 25 anos. O que mostra que grande parcela das massas italianas (como acontece na maior parte do mundo) já não confia em resolver seus problemas elegendo qualquer governo burguês. Sabe pela experiência que sai e entra governo, e todos continuam aplicando as mesmas medidas antipopulares e antinacionais.

Entretanto, a ausência do partido-programa, marxista-leninista-trotskista, impede que as massas assumam um programa próprio, face à crise e desagregação capitalistas. Certamente, não se pode esquecer de que a crise de direção revolucionária no país tem suas raízes históricas na destruição da III Internacional, que levou à dissolução, décadas depois, do poderoso PCI: o maior dos partidos comunistas da Europa ocidental. Sua degenerescência, na condição de partido de oposição democrática no Estado burguês, expressou a adaptação do estalinismo à política de coexistência pacífica com a burguesia imperialista e nacional. Após a dissolução da URSS, passou a ser um ponto de apoio dos governos burgueses, e a impulsionar suas contrarreformas. E, assim, acabou dissolvendo-se. Os diversos agrupamentos trotskistas, por sua vez, nunca conseguiram superar seu estágio embrionário, nem se forjar como fração revolucionária no interior da classe operária italiana.

A luta de classes desenvolveu-se, nos últimos anos, através da luta sindical, e limitada por seu caráter reivindicativo e econômico. Mas, aqui também as massas se acharam órfãs de seus

instrumentos próprios de luta. A burocracia abandonou, uma após outra, as reivindicações históricas da classe operária. E passaram a negociar em representação das patronais, apresentando suas propostas como as únicas possíveis de serem conquistadas. O que impulsionou uma massiva desfiliação, que enfraqueceu ainda mais a capacidade de pressão e negociação dos sindicatos.

Avançaram as violentas mudanças nas leis trabalhistas e as contrarreformas salariais, a terceirização e as demissões. As crises econômica e pandêmica constituíram um novo marco no avanço da superexploração da força de trabalho e do desemprego. Alargaram-se a miséria e pobreza, alavancando a barbárie social. É em meio a essas desgraças que as posições nacional-chauvinistas, que prometem defender os assalariados e os oprimidos, ganharam força. Ficou também claro que a democracia burguesa em decomposição não constitui um freio à ascensão da extrema direita. Nas condições atuais, está servindo ao seu fortalecimento. E sua preservação serve para criar as condições para avançar com as violentas contrarreformas, e destruição de direitos. Sua forma “democratizante” indica que a burguesia imperialista, base social do fascismo, avalia que ainda não chegou o momento de recorrer ao esmagamento físico das organizações de massas, para impor suas condições.

Porém, os explorados são obrigados a se prepararem para quando essa virada toque nas portas da situação política. O primeiro passo é o de se constituir em uma só força e recorrer a seus próprios métodos para derrubar as contrarreformas e impor suas mais imediatas reivindicações. Uma vitória das massas contra seus exploradores, ainda que limitada a conquistas econômicas e trabalhistas, fortalecerá sua confiança, e potencializará suas forças, para enfrentar e derrotar as tendências e as medidas fascistas que as ameaçam. É nesse cenário convulsivo que se destaca como principal tarefa do momento o empenho da vanguarda classista e revolucionária em forjar o partido operário revolucionário. O que tornará possível transformar as revoltas das massas em organização e política revolucionárias, transformando cada greve e manifestação em um poderoso movimento de luta de classes, desenvolvendo os métodos, táticas e estratégia da revolução e ditadura proletárias.

**Irã**

## **Protestos contra a opressão religiosa abrem uma via à luta de classes**

O assassinato da jovem curda, Masha Amini, em mãos da Polícia da Moral, por não “vestir adequadamente” o véu islâmico, em 13 de setembro, deflagrou uma onda de manifestações por todo o país. As mulheres queimaram seus véus, em protesto contra as rígidas normas teocráticas, que reprimem a livre manifestação da individualidade e sexualidade das mulheres. Mais de 40 manifestantes foram assassinados, e milhares presos. Dentre os mortos, há vários policiais.

Sob o regime teocrático, a Polícia da Moral tem por função vigiar a conduta e vestimenta da população feminina nos espaços públicos. Pode registrar a vestimenta e deter quem não respeitar a lei islâmica. Os castigos vão, da multa e prisão, até chicotagens.

O rígido código de vestimenta é uma herança das relações so-

ciais feudais, que se preservaram, mesmo após o Irã se inserir no mercado mundial capitalista. Trata-se de uma marca distintiva do caráter desigual e combinado do atraso do país. Porém, quanto mais a sociedade iraniana foi obrigada a manter uma relação de interdependência – não apenas econômica, mas também cultural – com o modo de produção e a cultura dos países capitalistas avançados, mais penetraram os anseios, e mais se refletiram, no interior do Irã, as conquistas dos movimentos em luta pela ampliação dos direitos civis, democráticos e econômicos. Eis por que o movimento revolucionário que derrubaria a monarquia pró-imperialista do Xá Mohammad Reza Pahlevi, não apenas integrou, como também acordou as mulheres para suas reivindicações e luta política.



Após a vitória da insurreição de massas e da constituição da República Islâmica (1979), o regime nacionalista-burguês teocrático reinstalou a rígida lei islâmica, em nome da rejeição à tendência de “ocidentalização” do Irã. De um dia para outro, as mulheres que participaram ativamente da revolução se viram desprovidas de liberdades, e confinadas em seus lares. Seus anseios de emancipação individual e ampliação de direitos civis foram frustrados. Pouco tempo depois de consolidado o regime teocrático, aconteceu a primeira grande manifestação de mulheres. Dezenas de milhares se revoltaram contra a lei do hijab obrigatório (roupas que cobrem todo o corpo das mulheres), instituída pela nova Constituição Islâmica.

Ocorre que a insurreição anti-imperialista, sem contar com o partido revolucionário, não conseguiu desenvolver amplamente os fundamentos de uma profunda revolução democrática, que jogasse na lata do lixo da história os preconceitos religiosos e o obscurantismo, impondo a igualdade das mulheres perante as leis, como se tem formalmente nas democracias burguesas mais desenvolvidas. Tampouco se pode desconhecer que a casta

teocrática xiita, por décadas o centro ideológico que promoveu uma cobertura retórica à revolta contra a monarquia, tinha fincado profundas raízes no movimento dos oprimidos. Consolidada a vitória revolucionária das massas, o novo regime nacionalista-burguês, com a cobertura religiosa adaptada à exploração assalariada, impôs a repressão ideológica.

Resulta evidente que a confluência da religião e da insurreição anti-imperialista das massas correspondeu, não apenas às consequências da brutal opressão imperialista, mas também ao bloqueio das transformações democráticas, típicas de um país atrasado que ainda conservava relações semifeudais, que, para serem realizadas, dependiam da revolução proletária. Mas, devido à ausência do partido revolucionário, marxista-leninista-trotskyista, capaz de erguer o proletariado (que tinha dado mostra de instinto revolucionário nas greves petrolíferas, no combate pela derrubada do regime monárquico), como direção da nação oprimida, a burguesia nacional iraniana conseguiu expropriar a vitória insurrecional das massas, graças à ajuda da casta religiosa xiita.

A tendência da atual situação política é bem distinta. Caracteriza-se pelo predomínio das tendências à contrarrevolução burguesa. A decomposição capitalista empurra os governos a atacarem violentamente as condições de vida das massas, e recrudescerem a opressão nacional. O nacionalismo-burguês iraniano, assim como aconteceu com o movimento islâmico por todo Oriente Médio, não completou nenhuma das tarefas democráticas pendentes (revolução agrária, autodeterminação nacional, industrialização, etc.). E rapidamente passou a ser um canal de expressão dos monopólios estrangeiros. Avançou no entreguismo e aplicou, uma após outra, todas as contrarreformas. No momento em que a crise capitalista mundial dá um salto, e que o bloqueio imperialista aprofunda essas contradições, o regime teocrático e a burguesia nacional iranianos não têm como preservar seus lucros e interesses, sem descarregar ainda mais violentamente os estragos da crise sobre as massas oprimidas. E enfrentam enormes dificuldades de romperem o isolamento imposto pelos Estados Unidos

e o Estado sionista de Israel. Obrigados a descarregar a crise econômica sobre os trabalhadores, se veem diante de greves e protestos, movidos pela crescente miséria e pobreza das massas, bem como pelas restrições à classe média urbana.

O aumento exponencial dos preços, a espiral inflacionária, a destruição de direitos trabalhistas e o congelamento dos salários têm impulsionado diversas greves recentemente, a exemplo dos motoristas e dos professores, contra o fim dos contratos temporários e o pagamento de matrículas, exigindo que se garanta a gratuidade e o livre acesso. É nesse quadro que a revolta e manifestação das mulheres amplia as camadas sociais e populares, que se chocam com o regime teocrático.

Apesar das brutais repressões, o regime nacionalista-burguês islâmico se enfraquece diante da potenciação da luta de classes. É o que vem sucedendo desde 2019, quando se deflagrou um levante popular contra o aumento dos combustíveis. Ou também em 2020, quando estourou a greve dos petroleiros terceirizados por salários, melhores condições de trabalho, fim dos contratos precários, planos de saúde, liberdade de expressão e asso-

ciação sindical. Na ocasião, emergiu a formação dos Comitês de Greve, forma avançada na experiência do proletariado iraniano. A burocracia sindical, um agente do regime teocrático e da burguesia nacional e estrangeira, foi superada pelas bases. A criação desses organismos da democracia operária trouxe à superfície o instinto proletário de conquistar sua independência. Foi sintomático o fato de a greve convergir com a elevadíssima abstenção eleitoral (70%), contra a farsa democrática desse ano, utilizada para administrar as divisões internas ao regime e estimular ilusões democráticas.

O essencial para fixar uma clara posição perante a revolta das mulheres iranianas diante do reacionarismo religioso, e contra as caducas normas morais, está em compreender que se trata de uma manifestação particular da opressão de classe. O obscurantismo que domina nas relações sociais, afetivas e familiares é um instrumento de controle ideológico e de reprodução das relações capitalistas adaptadas às particularidades do país semicolonial e atrasado. A luta pela igualdade entre mulheres e homens em todos os âmbitos das relações econômicas, políticas e sociais cria as condições para integrar a luta democrática à política dos explorados e oprimidos, pelo fim do regime burguês dominante. É o que se expressou nas manifestações pela confluência das bandeiras “Mulher, vida e liberdade” e “Fim da ditadura”.

Somente a revolução proletária pode outorgar às mulheres a plena igualdade de direitos. De forma que a conquista dos direitos democráticos mais elementares para as mulheres exige a luta conjunta destas com os homens, pelo fim da exploração do homem pelo homem. Somente assim, se superará definitivamente o fardo ideológico da religião, colocado a serviço dos capitalistas, internos e externos. A permanência e extensão dos protestos democráticos, econômicos e políticos, são favoráveis para que a vanguarda classista e revolucionária apresente um programa próprio dos explorados, defendendo os métodos da luta coletiva e da democracia operária, que permitirão avançar a sua independência política, sob a estratégia e programa revolucionários.

***A luta pela igualdade entre mulheres e homens em todos os âmbitos das relações econômicas, políticas e sociais cria as condições para integrar a luta democrática à política dos explorados e oprimidos, pelo fim do regime burguês dominante.***

## **I05 ANOS DA REVOLUÇÃO RUSSA (1917-2022)**

Iniciamos, desde já, a comemoração dos 105 anos da Revolução Russa. O Partido Operário Revolucionário (POR) reivindica integralmente o bolchevismo, o marxismo-leninismo-trotskyismo, a ditadura do proletariado, a transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade social, a nacionalização integral dos meios de produção, a economia planificada, o monopólio do comércio exterior, a edificação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), o fim da opressão nacional, os Primeiros Quatro Congressos da Internacional Comunista, enfim, o internacionalismo revolucionário.

A Revolução Russa de outubro de 1917 rompeu um dos elos mais fracos da cadeia do capitalismo mundial, e iniciou a transição do capitalismo ao socialismo. Indicou a necessidade de a classe operária romper outros elos dessa cadeia, e avançar no sentido da revolução mundial. Há que acrescentar ainda que o POR reivindica o enorme sacrifício do proletariado russo e das demais nacionalidades que vieram a compor a URSS. Sacrifício esse que se refletiu no firme combate contra a Primeira Guerra de dominação imperialista e a guerra civil. As massas operárias e camponesas enfrentaram a miséria, a fome e as pandemias, em meio às duas formas de guerra, para vencer o czarismo e a burguesia.

O Estado Operário, a economia estatizada, a planificação socialista e o monopólio do comércio exterior foram constituídos sobre a base de uma Rússia economicamente atrasada, de maioria camponesa, que mal se desprendia do feudalismo, cercada pelo avanço das potências imperialistas, e arruinada pelas guerras. Essa obra extraordinariamente difícil e complexa somente foi possível, devido à existência do Partido Bolchevique.

Sob a direção de Lênin, o bolchevismo aplicou rigorosamente a teoria marxista e o programa contido no “Manifesto do Partido Comunista”, de Marx e Engels. Para isso, os revolucionários tiveram de assimilar e aprender com as lutas do proletariado, que permitiram a Marx e Engels formularem com precisão a doutrina da luta de classes.

Não por acaso, na raiz histórica da Revolução Russa se encontra na gloriosa Comuna de Paris, de 1871. Encontra-se, também, na Primeira Internacional, fundada em 1864, e dissolvida em 1876.

Reivindicar a Revolução Russa significa assentar a construção do Partido Operário Revolucionário de nossa época em todas as conquistas programáticas e práticas das revoluções proletárias. A Revolução Russa tem uma particularidade, que a distingue das demais revoluções proletárias, devido ao fato de ser a primeira revolução socialista triunfante, depois da experiência da Comuna de Paris. Mas, essa ordem temporal não diz tudo. O fundamental está em que contou com o Partido Bolchevique, que foi capaz de entroncar o programa de expropriação da burguesia e a estratégia da ditadura do proletariado com os instintos revolucionários da classe operária, e conseguir estabelecer a aliança operária e camponesa, sem a qual não seria possível a tomada do poder e sua conservação.

Foi com essa estratégia e tática revolucionárias que o bolchevismo compreendeu em profundidade o caráter da democracia proletária, que se materializava na forma dos soviets. A edificação do Estado soviético, portanto, baseado na democracia proletária, no poder da maioria oprimida sobre a minoria exploradora, foi a condição para dar vida à economia estatizada, planificada e dotada do monopólio do comércio exterior.

Esse conjunto de conquistas da classe operária russa, aliada aos pobres do campo, é reivindicado pelo POR, e consta de forma geral em seu programa.

A experiência da Revolução Russa, no entanto, não se limita a esse período de grandes conquistas, que se impuseram ao imperialismo. Faz parte do processo de construção do socialismo, o período posterior à morte de Lênin, em 1924, e a ascensão de Stalin na direção do Partido Comunista da União Soviética (PCUS). A cisão que viria a ocorrer com a constituição da Oposição de Esquerda, dirigida por Trotsky, deu os primeiros sinais dos perigos de uma contrarrevolução restauracionista liquidar a URSS e interromper o processo de transição, do capitalismo ao socialismo. As posições programáticas desenvolvidas por Trotsky se mostraram totalmente de acordo com o bolchevismo, e com a continuidade do marxismo-leninismo.

O desmoronamento da URSS, em dezembro de 1991, foi o ponto culminante do processo de restauração capitalista, encarnado pelo PCUS estalinizado, e pela burocracia estatal parasitária. O significado histórico desse acontecimento se pode medir, observando e compreendendo a que ponto chegou a crise mundial de direção, nas condições de apodrecimento do capitalismo e de potenciação de todas as contradições próprias de sua fase última, que é a do imperialismo.

Essa mesma crise direção explica o significado histórico da derrota da Oposição de Esquerda, cuja consequência mais significativa se verifica no fato de a revolução política, formulada por Trotsky, não ter podido ser encarnada pelo proletariado soviético e mundial. Stalin venceu a fração revolucionária, utilizando-se de todo o aparato do Estado Operário, que foi se degenerando sob a forma de ditadura burocrática. Como previu Trotsky, sem a revolução política, que reformasse e regenerasse o Partido Bolchevique (PCUS), o regime soviético e a III Internacional, a restauração acabaria por liquidar a URSS, e concluir a restauração capitalista.

Não há como reivindicar a Revolução Russa em sua integridade, sem compreender o programa da revolução política, e o porquê do proletariado não ter tido a possibilidade de tomá-la em suas mãos e, assim, expulsar a burocracia estalinista do poder, e dar continuidade à construção do socialismo, em consonância com a luta pela revolução mundial.

A Oposição de Esquerda e a IV Internacional, como se vê, estão visceralmente vinculadas à Revolução de 1917, que abalou o mundo, e abriu caminho para a luta internacional contra o capitalismo senil e pela sociedade sem classes, o comunismo. Assim como a derrota da Comuna de Paris tão somente indicou um elo dos acontecimentos históricos, que expressam as leis da transformação do capitalismo em comunismo, a derrocada da URSS também indica tão somente que o imperialismo obteve uma vitória provisória. Sem dúvida, é preciso considerar as diferenças, mas, no fundamental, há que se entender que a luta de classes do proletariado para acabar com a escravidão assalariada consiste em um longo processo, que, inevitavelmente, leva ao fim da exploração do homem pelo homem.

É nesse sentido que o POR comemorou a fundação da IV Internacional de 3 de setembro de 1938, e homenageou Trotsky, na data de seu assassinato, em 20 de agosto de 1940, por um dos agentes da GPU, sob a ordem de Stalin.

Diante de mais de sete meses da guerra na Ucrânia, o POR se tem empenhado na campanha internacional do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI), defendendo o fim da conflagração, sob o ponto de vista do proletariado. É importante reconhecer as raízes da guerra, o lugar do imperialismo encabeçado pelo Estados Unidos e da Rússia restauracionista. Obrigatoriamente, a crise mundial, a guerra na Ucrânia e a escalada militar dos Estados Unidos contra a China exigem a mais completa possível compreensão do significado histórico da liquidação da URSS. As inúmeras Declarações do CERQUI expõem a defesa da revolução e do internacionalismo proletário como o caminho para unir a classe operária contra o cerco imperialista à Rússia e

em defesa da autodeterminação da Ucrânia. O CERQUI, no seu V Congresso, tratou de todas essas questões, e aprovou resoluções que servem de guia para a intervenção da vanguarda revolucionária, e para trabalhar no sentido da superação da crise de direção, que implica a reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional. O POR faz parte desse combate, e, assim, aproveita todas as oportunidades, como a do aniversário da Revolução Russa, para melhor compreender as leis da história que levam ao fim do capitalismo.

Nesse número do jornal Massas, iniciamos a campanha de defesa da Revolução Russa. Publicamos, em seguida, dois artigos de Trotsky: “15 anos!” e “Mensagem por Rádio aos Estados Unidos”

## “15 anos!”

A Revolução de Outubro chega ao seu décimo quinto aniversário! Esse simples número demonstra, diante do mundo inteiro, a gigantesca força do Estado proletário. Ninguém, nem o mais otimista de nós, previu essa vitalidade. E não é para se surpreender: essa previsão teria assinalado que éramos pessimistas a respeito da revolução internacional.

Os dirigentes e as massas viam na insurreição de Outubro somente a primeira etapa da revolução mundial. Em 1917, ninguém defendia, nem apoiava, nem formulava, a ideia de um desenvolvimento independente do socialismo em uma Rússia isolada. Nos anos seguintes, sem exceção, todo o partido considerava que a construção econômica constituía a infraestrutura da base material da ditadura do proletariado, a preservação da aliança econômica entre a cidade e o campo e, finalmente, a criação de pontos de apoio para a futura sociedade socialista, que somente poderia desenvolver-se em escala internacional.

O caminho que leva à revolução mundial demonstrou ser muito mais longo e tortuoso do que supúnhamos e esperávamos, há quinze anos atrás. Às dificuldades externas – a mais importante das quais foi o papel histórico do reformismo – se agregaram as internas, sobretudo a política dos epígonos do bolchevismo, falsa até a medula, e de consequências fatais. A burocracia do primeiro Estado operário – inconscientemente, ainda que isso não seja nenhuma desculpa – fez todo o necessário para impedir o surgimento de um segundo Estado operário. É necessário desatar ou cortar os nós atados pela burocracia, para poder avançar pelo caminho da revolução.

Ainda que o atraso no desenvolvimento da revolução tenha limitado as perspectivas que havíamos traçado, analisamos com exatidão as forças motrizes fundamentais e suas leis, também no

*13 de outubro de 1932, Trotsky*

que se refere aos problemas do desenvolvimento econômico da União Soviética. Não há resolução nem exorcismo que possam confinar as modernas forças produtivas dentro dos limites nacionais. A autarquia é o ideal de Hitler, não o de Marx, nem o de Lênin; o socialismo e os estados nacionais se excluem mutuamente. Hoje, quando faz quinze anos, o programa de uma sociedade socialista em um só país continua sendo utópico e reacionário.

Os êxitos econômicos da União Soviética são muito grandes, mas, enquanto comemoramos seu décimo quinto aniversário, as contradições e dificuldades assumem proporções ameaçadoras. As brechas, as interrupções e as desproporções testemunham, em primeiro lugar, os erros da direção. Mas, isso não é tudo. Revelam que a construção de uma sociedade harmoniosa somente é possível por meio de uma ininterrupta experiência, que se estenda durante décadas, e sobre uma base internacional. Os obstáculos técnicos e culturais – o abismo entre a cidade e o campo, as dificuldades no comércio de importação e exportação – demonstram que a Revolução de Outubro necessita desenvolver-se em escala mundial. O internacionalismo não é um rito convencional, mas sim um problema de vida ou morte.

Não faltarão artigos e discursos celebrando o aniversário. A maioria será escrita ou pronunciada por aqueles que em Outubro eram intransigentes adversários da insurreição proletária. Esses senhores dirão que nós, os bolcheviques leninistas, somos “contrarrevolucionários”. Não é a primeira vez que a história permite essas chacotas, e não temos nada que reprová-la por isso. Apesar da confusão e da demora, a história cumpre a sua tarefa.

E nós também cumpriremos a nossa!

*(Extraídos da obra “Escritos”, Leon Trotsky, tomo III, 1932, vol.2, Editorial Pluma)*

## Mensagem por Rádio aos Estados Unidos

Estimados ouvintes: minha tentativa de transmitir para o público norte-americano uma breve exposição de minha Conferência sobre a Revolução Russa é uma tarefa arriscada, em um duplo sentido. O tempo de que disponho é muito limitado, e meu inglês, meu pobre inglês, não guarda proporção alguma com minha admiração pela cultura anglo-saxônica. Peço sua compreensão, já que esta é a primeira vez que falo a um público em inglês.

Que pergunta a Revolução Russa coloca para uma pessoa reflexiva? Em primeiro lugar, por que e como se realizou essa revolução? Em segundo lugar, passou bem a Revolução Russa pelas provas a que os acontecimentos a submetem? Somente à primeira vista parece um mistério, o fato de que o proletariado tenha to-

mado pela primeira vez o poder em um país tão atrasado como a Rússia czarista. Na realidade, esse fato está de acordo plenamente com a lei histórica. Foi possível prever, como de fato se previu. Mais ainda, sobre a base desse prognóstico, os revolucionários elaboraram sua estratégia muito antes dos acontecimentos decisivos.

Permitam-me citar um trabalho meu, de 1905:

“Em um país economicamente atrasado – escrevi – o proletariado pode chegar ao poder antes que em um país capitalista avançado (...) Na Rússia, a revolução cria condições que podem (e no caso de um triunfo devem) passar o poder ao proletariado, ainda antes do liberalismo burguês ter a oportunidade de demonstrar sua capacidade de governar”.

*Trotsky, 27 de novembro de 1932*

Cito esse parágrafo, para demonstrar que a teoria da Revolução Russa, que eu defendo, antecedeu em muito tempo à Revolução Outubro.

Permita-me resumir brevemente este trabalho, de 1905. Por seus objetivos imediatos, a revolução russa é uma revolução burguesa. Mas a burguesia russa é contrarrevolucionária. Portanto, a revolução só pode triunfar, se triunfa o proletariado. Mas, o proletariado vitorioso não se deterá no programa da democracia burguesa, passará para o programa socialista.

Essa é a teoria da revolução permanente, que formulei em 1905. Desde então, esteve exposta às mais severas críticas, rotulando-a de “trotskismo”. Fica claro, portanto, que os marxistas previram não só as causas, mas também a orientação geral da revolução, vários anos antes de que viesse a ocorrer.

A primeira explicação, e a mais geral, é que, ainda que a Rússia seja um país atrasado, faz parte da economia mundial, não é mais do que um elemento do sistema capitalista mundial. Nesse sentido, Lênin resolveu o enigma da Revolução Russa, com uma formulação muito concisa: “A cadeia se rompeu no seu elo mais débil”.

A situação intolerável do campesinato, sob o sistema monárquico-feudal, agravada pela exploração capitalista, criou uma força tremendamente explosiva, que encontrou sua direção no proletariado. Um fator fundamental foi a existência de uma grande reserva revolucionária nas nacionalidades oprimidas das fronteiras do império, que constituem 57% da população total. A esses elementos, há que acrescentar a experiência da revolução de 1905, a qual Lênin considerou como “ensaio geral” da de 1917, e que indicou o surgimento dos soviets; e a guerra imperialista, que agudizou todas as contradições, arrancou de sua passividade as massas atrasadas, e preparou assim uma catástrofe de dimensões colossais.

Por último, um elemento que não foi menos importante: existia um poderoso Partido Bolchevique, o partido mais revolucionário, originado na história da humanidade. Era a condensação viva da história moderna da Rússia, de tudo o que tinha de dinâmico nela. Aprendeu na luta, nos grandiosos acontecimentos que se sucederam, durante os doze anos que mediaram, entre 1905 e 1917, a conhecer a mecânica de classe da sociedade. Educou quadros capacitados, na iniciativa como na subordinação. A disciplina de sua atividade revolucionária se apoiava na unidade de sua doutrina, na tradição da luta em comum, e na confiança em sua experimentada direção. Assim era o partido, em 1917.

Lênin, que estava obrigado a manter-se na clandestinidade, deu o sinal em setembro: “A crise está madura, a hora da insurreição se aproxima”. Tinha razão. A burguesia, finalmente, tinha perdido a cabeça. As massas perderam o pouco que lhes restava de confiança nos partidos democráticos, nos mencheviques e nos socialistas revolucionários. O exército, que tinha despertado, já não queria lutar em benefício do imperialismo estrangeiro. Ignorando os conselhos democráticos, os camponeses expulsaram de suas terras os latifundiários. As nacionalidades oprimidas da periferia se levantavam contra a burocracia de Petrogrado. Os bolcheviques eram maioria nos soviets de operários e soldados mais importantes. Os operários e os soldados exigiam ação. A úlcera estava madura, exigia o corte do bisturi.

Somente nessas condições políticas e sociais, era possível a insurreição. E, conseqüentemente, tornou-se inevitável. O partido levou a cabo a Insurreição de Outubro, com a cabeça fria e com uma decisão ardente. Essa foi a razão do triunfo quase sem vítimas. Por meio dos soviets triunfantes, os bolcheviques se colocaram à frente de um país que abarca um sexto da superfície do globo.

Surge uma pergunta: o que se conseguiu pagando o alto preço da revolução? Muitos críticos revelam sua maligna alegria, diante do fato de que a terra dos soviets se parece muito pouco com o

reino do bem-estar geral. Para que então a revolução, e para que os sacrifícios?

Estimados ouvintes! Permita-me supor que não lhes são menos conhecidos que a mim os erros, as dificuldades e as carências do regime soviético. Mas, a perspectiva é tão necessária para a crítica como para a atividade criadora. Quinze anos! Quanto representa esse período na vida de um homem! Mas esses mesmos quinze anos, que lapso insignificante são para a vida de um povo! Apenas um minuto, no relógio da história!

Na Guerra Civil dos Estados Unidos, morreram cinquenta mil homens (NT: segundo informação, foram quase meio milhão). Pode-se justificar esse sacrifício? Do ponto de vista do escravagista norte-americano e das classes dominantes que marcharam com ele, não! Do ponto de vista das forças progressivas da sociedade norte-americana, do negro ou do trabalhador britânico... Sim! absolutamente! E do ponto de vista do desenvolvimento de toda a humanidade, não resta nenhuma dúvida! Da Guerra Civil, saiu a atual América do Norte, com sua ilimitada iniciativa prática, sua tecnologia racional, seu impulso econômico. Essas conquistas do norte-americanismo fizeram parte da base da nova sociedade.

O critério de análise do progresso social mais profundo, objetivo e indispensável é o aumento na produtividade do trabalho da sociedade. A experiência já nos permite avaliar a Revolução Russa do ponto de vista dessa perspectiva. Pela primeira vez na história, o princípio da economia planificada demonstrou sua capacidade de levar a produção a resultados sem precedentes, em um curto espaço de tempo.

Não tenho intenção de negar ou ocultar os aspectos débeis da economia soviética. Nos resultados da produção industrial, influi o desenvolvimento desfavorável da agricultura. Esse setor não se elevou ainda, no essencial, aos métodos socialistas, mas, ao mesmo tempo, foi empurrado para via da coletivização com uma preparação insuficiente, de maneira burocrática, mais do que técnica e econômica. Podem corrigir-se esses erros, e serão corrigidos. A primeira lâmpada de Edison tampouco foi perfeita. Mas este é um grande problema, que supera amplamente os limites de minha exposição.

Sem dúvida, o significado mais profundo dessa revolução consiste em que forma e tempera o caráter do povo. Está muito divulgada, e não por casualidade, a ideia de que o povo russo é lento, passivo e místico-melancólico. Essa ideia tem suas raízes no passado. Mas, nos países ocidentais, ainda não se levou devidamente em conta que se produziram grandes mudanças no caráter do povo. A revolução é uma dura escola. Nós não a elegemos. Um martelo pesado destrói o vidro, mas forja o aço. O martelo da revolução forja o aço do caráter do povo.

Muitos observadores estrangeiros, seguindo um hábito muito arraigado, não encontram outra explicação para a extraordinária persistência das massas populares da União Soviética, nos anos que passaram desde a revolução, a não ser a “passividade” do caráter russo. As massas russas de hoje suportam privações pacientemente, mas não passivamente. Estão criando um futuro melhor com suas próprias mãos, e querem criá-lo a todo custo. Que tente o inimigo impor desde fora sua vontade sobre essas massas pacientes, e verá se são ou não passivas!

Estou seguro de que o grande povo norte-americano tem o maior interesse, tanto moral como material, em seguir com simpatia os esforços do grande povo russo, por reorganizar sua vida social a um nível social superior. Se minha breve exposição ajuda que mil ou milhares de norte-americanos compreendam a inevitabilidade interna e o desenvolvimento da Revolução Russa, sentirei que meus esforços foram devidamente recompensados.

*(Extraídos da obra “Escritos”, Leon Trotsky, tomo III, 1932, vol.2, Editorial Pluma)*